

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

ANA PAULA SAPATERRA

**Um Estudo Descritivo-Analítico do *Manual de Análise  
Léxica e Sintática* de José Oiticica**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo  
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Ana Paula Sapaterra

**Um Estudo Descritivo-Analítico do *Manual de Análise  
Léxica e Sintática* de José Oiticica**

DOUTORADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Língua Portuguesa, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero.

São Paulo  
2015

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

SAPATERRA, Ana Paula. Um estudo descritivo-analítico do *Manual de Análise Léxica e Sintática* de José Oiticica. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. (171) p.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo descrever e analisar a obra *Manual de Análise Léxica e Sintática*, de José Oiticica. Para tal fim, examinamos as doze edições e constatamos que as quatro primeiras permaneceram idênticas nos aspectos linguísticos. A partir da quinta, houve um refazimento parcial da obra, fato que se manteve até a décima segunda edição (1958), motivo pelo qual escolhemos cotejar a primeira (1919) e a quinta edição (1940) a fim de apontar a permanência e as mudanças ocorridas entre as versões. Observamos que a segunda, a terceira e a quarta edição “foram melhoradas” com o acréscimo dos conceitos de morfose, flexões, raiz e radical nas definições preliminares da segunda edição, a junção de dois parágrafos em um só e o aditamento de uma errata na 2ª edição. Essas alterações que ocorreram a partir da segunda até a quarta versão não significam que os volumes sofreram modificações no conteúdo; já a partir da quinta, registrou-se o “refazimento” da obra, como as “modificações de quadros”, motivo que nos levou a colacionar a versão de 1919 e a de 1940. Também apontamos o porquê da produção do *Manual* e a quem se destinava. Para desenvolver esta pesquisa, foi necessário fazer um levantamento histórico de como era o Brasil na Primeira República e dos fatos que se tornaram fundamentais na construção da nação tão idealizada pelos republicanos e, posteriormente, contestada pelos anarquistas. Abordar-se-ão, também, aspectos da vida de José Oiticica, dos espaços sociais e culturais por onde transitou, do trabalho que realizou como educador, jornalista e escritor, das obras que produziu e dos problemas que sofreu devido ao seu envolvimento com o ideário anarquista. Para tal, utilizaremos como aparato teórico a História das Ideias Linguísticas (Auroux, Fávero e Orlandi) a fim de apreender no objeto escolhido - o *Manual* de José Oiticica -, como e de que forma ele e o meio estão interligados numa relação de causa e efeito.

**Palavras-chave:** História das Ideias Linguísticas; *Manual de Análise Léxica e Sintática*; anarquismo; educação anarquista; José Oiticica.

## ABSTRACT

This thesis has the aim to describe and analyze the José Oiticica's Lexical and Syntactic Manual Analysis work. For this work we examined all the twelve editions and we certified that the first four ones remained similar in the linguistic aspects. From the fifth one, there was partial a redoing of the work, fact that was kept to the twelfth edition (1958), this was the reason we chose to compare the first (1919) and the fifth (1940) in order to point the permanence and the changes occurred among the versions. We observed that the second, third and fourth editions "had some improvements", adding morphosis, flexions, root and radical on the second edition definitions, the junction of the two paragraphs in one just and the adding of an erratum on the second edition. These modifications that occurred from the second to the fourth one don't mean that the volumes were modified on the contents; From the fifth edition the "redoing" of the work was done, like the "figure alteration", reason which we were taken to compare the version of 1919 and 1940. We also point the motive of the Manual production and for those who it was destined. To develop this research, it was necessary to survey the historical situation of Brazil in the First Republic and the facts that became fundamental on the nation development so idealized by the republicans and, subsequent to challenged, by the anarchists. Some aspects of José Oiticica's life will be approached from the cultural and social spaces were he passed by, about the job that he did as an educator, journalist and writer, about the works produced by him, the turmoils that he suffered due to his engagement with the anarchist ideal. For this we will use as theoretic apparatus the linguistic Ideas History (Auroux, Fávero and Orlandi), in order to seize in the chosen subject - the José Oiticica's Manual - , how and what shape he and the environment are linked in a cause and effect relationship.

**Keywords:** History of Linguistic Ideas; *Manual de Análise Léxica e Sintática*; anarchism; education anarchist; José Oiticica.

À minha mãe Ivone [*in memoriam*] pelo amor e pela vida.

## AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Leonor Lopes Fávero por sua dedicação, orientação e incentivo durante todas as etapas do curso de Doutorado.

À professora Dra Márcia Antonia Guedes Molina e à Profa. Dra Marilena Zanon, pela leitura, discussão crítica e sugestões no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, da PUC-SP, pelo conhecimento adquirido.

À minha família, com atenção especial à querida tia Elza, pelo carinho e apoio incondicional.

À minha prima Denise, pelo acolhimento em sua casa em São Paulo.

À diretora do SAN Rosieny Lencione Barbúbio, pela compreensão e a todos os colegas de trabalho.

À professora Selma de Macedo Pontes Santos, pelas ajuda nas traduções.

Ao professor Me. César Augusto Doriguello Júnior, pelas discussões teóricas.

Aos antigos mestres da graduação, professor Aduino Mario Castellano Villela e professora Me. Ester Mian da Cruz.

À Adriana, pela formatação do trabalho.

À minha amiga Ana Lúcia Leme, pela hospedagem em São Paulo.

Ao amigo Flávio Biasutti Valadares, pela amizade tanto na vida acadêmica quanto fora dela.

Ao querido amigo-irmão Silas Gutierrez, pelo respeito e amizade cheia de luz.

A todos os meus amigos e amigas que fazem parte da minha vida e estão sempre ao meu lado.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela bolsa concedida.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS</b> .....	<b>15</b>
1.1 Em busca dos pressupostos teóricos .....	15
1.2 <i>A École des Annales</i> .....	16
1.3 Práticas e representações .....	20
1.4 O paradigma atual .....	22
1.5 História das Ideias Linguísticas .....	24
1.6 História das Ideias Linguísticas no Brasil .....	26
1.7 A Gramatização .....	27
<b>CAPÍTULO 2 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>33</b>
2.1 Primeira República do Brasil: construção de uma nova sociedade .....	33
2.2 A capital da Primeira República: história, ideologia e poder .....	41
2.3 As relações econômicas e sociais na República do café-com-leite .....	44
2.4 A imigração na Primeira República .....	46
2.5 Os movimentos sociais .....	51
2.6 Anarquistas e oligarcas: o rosto do Brasil republicano .....	55
2.7 Educação anarquista: o caminho da libertação na primeira República .....	61
<b>CAPÍTULO 3 JOSÉ OITICICA: JORNALISTA, MESTRE ANARQUISTA E AUTOR</b> .....	<b>65</b>
3.1 Os caminhos traçados por José Oiticica .....	65
3.2 Imprensa libertária: um espaço de reflexão e circulação de ideias .....	72
3.3 As rodas literárias da cidade das letras: um lugar de encontros culturais .....	73
3.4 O educador Oiticica e sua presença nas instituições escolares .....	79
3.5 As obras de José Oiticica .....	92
<b>CAPÍTULO 4 MANUAL DE ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA</b> .....	<b>95</b>
4.1 Advertência .....	99
4.2 Os prolegômenos .....	106
4.3 A divisão do Manual .....	107
4.3.1 A Lexiologia .....	109
4.3.2 A taxionomia .....	111

4.3.3	Morfologia .....	129
4.3.4	Sintaxe .....	134
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>149</b>
	Outras Fontes .....	154
<b>ANEXOS .....</b>		<b>155</b>
<b>Anexo 1.</b>	Modelos de análise .....	<b>156</b>
<b>Anexo 2.</b>	Definições Preliminares - 1ª, 2ª e 5ª edições .....	<b>159</b>
<b>Anexo 3.</b>	Nota de Rodapé - 1ª e 2ª edições .....	<b>161</b>
<b>Anexo 4.</b>	Citações - 1ª e 2ª edições .....	<b>163</b>
<b>Anexo 5.</b>	Parágrafos Unidos - 1ª e 2ª edições .....	<b>165</b>
<b>Anexo 6.</b>	Errata - 2ª edição .....	<b>166</b>
<b>Anexo 7.</b>	Propaganda - 2ª edição .....	<b>167</b>
<b>Anexo 8.</b>	Capas das Edições do Manual de Análise Léxica e Sintática .....	<b>168</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Retrato de José Oiticica .....	<b>65</b>
<b>Figura 2.</b> Nomeação de José Oiticica ao Colégio Pedro II .....	<b>83</b>
<b>Figura 3.</b> Programa de Ensino para o ano de 1926 do Colégio Pedro II - Parte 1 .....	<b>85</b>
<b>Figura 4.</b> Programa de Ensino para o ano de 1926 do Colégio Pedro II - Parte 2 .....	<b>86</b>
<b>Figura 5.</b> Programa de Ensino para o ano de 1929 do Colégio Pedro II - Parte 1 .....	<b>87</b>
<b>Figura 6.</b> Programa de Ensino para o ano de 1929 do Colégio Pedro II - Parte 2 .....	<b>88</b>
<b>Figura 7.</b> Capa da 1ª edição do Manual de Análise Léxica e Sintática .....	<b>97</b>
<b>Figura 8.</b> Capa da 5ª edição – 1940 .....	<b>98</b>
<b>Figura 9.</b> Advertência da 1ª edição (1919) .....	<b>100</b>
<b>Figura 10.</b> Advertência da 5ª edição (1940) .....	<b>100</b>
<b>Figura 11.</b> Quadro synoptico de Maximino Maciel .....	<b>104</b>
<b>Figura 12.</b> Itens numerados no Manual de Análise Léxica e Sintática .....	<b>108</b>
<b>Figura 13.</b> Itens numerados na gramática de Júlio Ribeiro .....	<b>108</b>
<b>Figura 14.</b> Itens numerados da gramática de Eduardo Carlos Pereira .....	<b>109</b>
<b>Figura 15.</b> Itens numerados da gramática de Sousa da Silveira .....	<b>109</b>
<b>Figura 16.</b> Classificação dos substantivos, conforme a edição de 1919 .....	<b>113</b>
<b>Figura 17.</b> Quadro geral dos verbos, conforme edição de 1919 .....	<b>115</b>
<b>Figura 18.</b> Quadro geral dos verbos, conforme edição de 1940 .....	<b>115</b>
<b>Figura 19.</b> Quadro geral dos pronomes, conforme a edição de 1919 .....	<b>119</b>
<b>Figura 20.</b> Quadro geral dos pronomes, conforme a edição de 1940 .....	<b>119</b>
<b>Figura 21.</b> Conjunções .....	<b>126</b>
<b>Figura 22.</b> Morfoses .....	<b>130</b>
<b>Figura 23.</b> Análise morfológica de José Oiticica (1919:1940) .....	<b>133</b>
<b>Figura 24.</b> Análise morfológica de Carlos Góes (1912) .....	<b>133</b>
<b>Figura 25.</b> Orações .....	<b>139</b>
<b>Quadro 1.</b> Noções e definições em Manual de Análise (léxica e sintática), de José Oiticica .....	<b>106</b>
<b>Quadro 2.</b> Taxionomia, conforme Manual de análise (léxica e sintática), 1919 .....	<b>111</b>
<b>Quadro 3.</b> Taxionomia, conforme Manual de análise (léxica e sintática), 1940 .....	<b>112</b>
<b>Quadro 4.</b> Palavras ideativas, emotivas e denotativas .....	<b>122</b>
<b>Quadro 5.</b> Funções lógicas .....	<b>138</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Estudos Gramaticais do Brasil .....	<b>29</b>
<b>Tabela 2.</b> Obras de José Oiticica .....	<b>93</b>
<b>Tabela 3.</b> Edições do Manual de Análise Léxica e Sintática .....	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Com a publicação da *Gramática Castellana*, de Elio Antonio Nebrija, em 1492, temos a primeira sistematização de uma língua românica. No século XVII, momento das gramáticas filosóficas que se ocupavam em associar as categorias de pensamento às unidades da língua, “se forma, na França, a noção de regra associada à noção de uso, visando a elaboração de uma gramática capaz de fornecer os modelos legítimos do bem falar e escrever a língua francesa” (BEZERRA, 1985:30). Faz parte dessa fase a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, publicada em 1660, cujos ensinamentos muito influenciaram os gramáticos desse período. Em Portugal destacam-se importantes nomes, como Amaro de Roboredo, com seu *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619) e Álvaro Ferreira de Véra, com a obra *Orthographia ou modo para escrever certo na língua portugueza* (1631).

De acordo com Bezerra (1985:36), o método logicista gramatical “ganha espaço escolar com a proliferação de gramáticas, como a de Buffier, seguida da de Du Marsais, Beauzée, Diderot e outras.” Não obstante, a obra singular desse momento foi a *Gramática filosófica da língua portuguesa* (1782), de Jerônimo Soares Barbosa<sup>1</sup>.

Muitas gramáticas com orientação filosófica foram produzidas no Brasil no século XIX, como as de Sotero Reis, Frei Caneca, Costa Duarte, Machado Bittencourt, Grivet e Soares Passos (Cf. FÁVERO, 2000). Ainda nesse século e primórdios do século XX, os estudos gramaticais se intensificaram e passaram a conviver com as propostas que dariam lugar a um novo processo aplicado ao ensino dos idiomas, sob influência dos alemães Franz Bopp e Max Müller e do francês Darmesteter que expuseram sobre o método histórico-comparativo, cuja concepção linguística analisaria a língua como um fenômeno natural, semelhante ao que faziam as ciências naturais, no qual a linguagem passaria a ser

---

<sup>1</sup> As pretensões lógicas desta gramática visíveis no título, na estrutura e em numerosas referências através das suas páginas tem a ver com a influência cultural e gramatical francesa que, desde a *Grammaire Générale et raisonnée de Port-Royal*, acentuou ainda mais o pendor racionalista da gramática ocidental e que se deixou sentir nas tradições gramaticais do resto do continente, influxo que não se viu roto até à aparição revolucionária da corrente histórico-comparatista a meados do século XIX. Na tradição gramatical portuguesa Soares Barbosa fora já precedido neste logicismo por Manuel Coelho de Sousa, autor de um *Exame da Syntaxe e Reflexões sobre as suas Regras* (1729), por Verney no seu compêndio *Grammatica Latina Tratada por Hum Methodo Novo Claro e Fácil* (1758) e pela edição facsimilada da *Grammatica Philosophica e orthographia racional da Língua Portuguesa* [1783], por Bacellar. Contudo, foi Soares Barbosa quem demonstrou na prática com a sua notável gramática as potencialidades – e também os limites – desse tipo de obra quando aplicados à realidade linguística particular do português (COUTO, 2004:19). Sobre esse assunto consultar o artigo de Manuel Amor Couto, intitulado “Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa”, publicado na Revista Galega de Filoloxía, (2004: 11-31)

considerada um elemento vivo<sup>2</sup>. A gramática, portanto, é reflexo das teorias linguísticas fomentadas no momento em que estava sendo criada. Dessa forma, deve ser considerada não só como um instrumento utilizado para atingir um fim e, sim, como um artefato cultural produzido pelo homem, com um propósito social e político, ou seja, capaz de trazer à luz reflexões sobre o universo na qual foi confeccionada. Para compreendê-la, é necessário apreender como o autor se apropriou dos diferentes saberes e ideias a fim de interpretá-los no meio social em que foi produzida a obra.

Este trabalho tem por objeto de estudo o *Manual de Análise Léxica e Sintática*, escrito por José Oiticica, publicado em 1919 e com a finalidade inicial de ser um guia didático para alunos do primeiro ano e professores do Colégio Pedro II, escola ícone da elite nacional novecentista.

Entendemos que os sistemas educativos estão inseridos em práticas culturais, já que são submetidos a certas representações com o intuito de alinhar padrões de comportamento e de caráter, e de viabilizar um repertório linguístico e comunicativo de como concebem os poderes dominantes, resultantes de motivações e práticas sociais.

Embora fizesse parte desse universo elitizado, Oiticica não concordava com a política social e educacional adotada pelo governo que privilegiava as classes dominantes e excluía a maioria da população, que continuava pobre e analfabeta.

Em oposição à elite e à Igreja – detentoras do poder – chegaria ao Brasil no início do século XX o movimento anarquista, que buscava despertar reflexões acerca das péssimas condições de trabalho a que era submetida a população mais carente.

Os revolucionários acusavam a elite e a Igreja de monopolizar o poder, utilizando a instrução conservadora de suas escolas como meio para manter a população na mais absoluta ignorância. Acreditavam que as transformações só viriam a acontecer por meio de um estudo científico que pudesse despertar o senso de racionalidade, a fim de compor uma sociedade livre e igualitária.

José Oiticica nasceu em uma família tradicional, de pessoas letradas, em meio a um universo que colaboraria para que se tornasse um homem diplomado e viesse a ocupar um lugar de prestígio na sociedade: tornou-se professor no Colégio Pedro II e ainda lecionou em outras importantes instituições educacionais. Contudo, nunca abandonou a militância anarquista, escolha que lhe trouxe inúmeras consequências durante a vida.

---

<sup>2</sup> Essa nova concepção norteou a remodelação do plano de ensino dos preparatórios do Colégio Pedro II, no final do século XIX.

Considerando tais elementos, algumas reflexões surgiram a respeito do objeto de pesquisa deste trabalho: Que autores lhe serviram de base para legitimar seu *Manual*? Em que ano foi adotado nos Programas de Ensino do Colégio Pedro II e para que série?

Esta tese tem como objetivo descrever e analisar a obra *Manual de Análise Léxica e Sintática*. Para tal fim, examinamos as doze versões e constatamos que as quatro primeiras são iguais nos aspectos linguísticos; uma ou outra alteração que venha a existir será apresentada no capítulo quatro. A partir da quinta houve um refazimento parcial da obra que se manteve até a décima segunda edição (1958), motivo pelo qual escolhemos confrontar a primeira (1919) e a quinta (1940) edição. Mesmo que o autor tenha realizado na obra o estudo da fonética, delimitamos a análise às Noções Preliminares, à Lexiologia, à Morfologia e à Sintaxe.

Comparando as referidas edições, percebemos que há diferenças principalmente na Lexiologia, talvez, por ser esse aspecto muito mais desenvolvido nas primeiras décadas do século XX, com a introdução dos estudos estruturalistas que proporcionaram um grande avanço na área.

A escolha pela obra e seu autor justifica-se, a princípio, pela ânsia em conhecer a vida e a produção de Oiticica, tão rica e variada. Optamos, também, pela pesquisa do *Manual de Análise Léxica e Sintática*, primeiramente porque há poucos estudos sobre o compêndio; depois por estar inserido em um momento de renovação dos estudos linguísticos.

A linha teórica que sustenta este trabalho é a da História das Ideias Linguísticas que permite analisar “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita” (FÁVERO & MOLINA, 2006:24).

O pesquisador da História das Ideias Linguísticas “mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual” (FÁVERO & MOLINA, 2006:29).

Almejamos que este trabalho possa trazer contribuições significantes aos estudos gramaticais, em especial àqueles voltados à História das Ideias Linguísticas no Brasil.

A tese está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo foi denominado *História das Ideias Linguísticas*, linha teórica que sustenta esta pesquisa e que propõe um entrelaçamento entre a Linguística e a História, com a finalidade de analisar “de que modo um determinado saber é construído, interpretado e

analisado ao longo do tempo” (FÁVERO & MOLINA, 2006) e verificar no objeto escolhido como e de que forma ele e o meio estão ligados em uma relação de causa e efeito. Abordaremos, também, o processo de gramatização, considerado por Auroux (1992) a segunda revolução tecnológica<sup>3</sup>, ou seja, um meio que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992:65).

O segundo capítulo, intitulado *Contextualização*, dedica-se a descrever o Brasil na Primeira República, com a sinalização de importantes momentos vividos naquele período, como a transição da Monarquia para a República, os problemas que surgiram com a nova República, as relações construídas em torno de benefícios governistas, a imigração, os movimentos sociais, a oligarquia e a ideologia anarquista.

O terceiro capítulo, nomeado *José Oiticica: jornalista, mestre anarquista e autor*, aborda a trajetória de vida do estudioso, os espaços sociais por onde circulou, o trabalho desenvolvido como jornalista, professor, e escritor. Nesse capítulo também são apresentadas as desavenças políticas que enfrentou com ilustres figuras pertencentes ao cenário nacional e seu envolvimento com o movimento ácrata<sup>4</sup> que o levou ao cárcere por inúmeras vezes.

No quarto capítulo, cujo título é *O Manual de Análise Léxica e Sintática*, desenvolver-se-ão a descrição e a análise das edições, com o exame das semelhanças e seu confronto com as diferenças, com a aceitação ou não do posicionamento assumido por outros autores.

---

<sup>3</sup> Para Auroux (1992), a primeira revolução foi a escrita.

<sup>4</sup> Ácrata significa anarquista.

# CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

## 1.1 Em busca dos pressupostos teóricos

Apresentar-se-ão os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e sua ligação com a Linguística e a História, que entrelaçadas têm o objetivo de descrever e explicar os saberes linguísticos ao longo do tempo. Por serem disciplinas tão próximas a seus respectivos objetos, Fávero & Molina (2006) asseveram que

frente à questão da interdisciplinaridade, tão abordada atualmente nos meios acadêmicos, percebeu-se a necessidade de aproximarem-se duas disciplinas que já estavam ligadas, até mesmo por sua essência: a História que, hoje, mais que arrolar datas e fatos, procura discutir novos objetos: atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc. e a Linguística que, *grosso modo*, pesquisa o meio essencial da comunicação humana, a linguagem. (FÁVERO & MOLINA, 2006:17)

No século XX, ocorreram transformações históricas, políticas, econômicas, sociais etc que refletiram, inclusive no âmbito das ciências e que, até então, não eram levadas em consideração; isso vai exigir um rearranjo das ciências humanas no sentido de abordar essa nova configuração das sociedades. Um dos caminhos encontrados foi o estabelecimento da interdisciplinaridade por meio do diálogo com outras disciplinas humanas, como a Psicologia, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia.

Nesse novo enfoque, tornou-se necessário ampliar as bases empíricas de investigação, ou seja, se até então, restringia-se a História à análise de documentos oficiais produzidos pelo Estado; a partir desse momento, tudo aquilo que era produzido pelo homem, como cartas, manuscritos, obras raras, imagens, pinturas, utensílios, passam a ser pistas ou indícios para que sejam analisados historicamente.

A História das Ideias Linguísticas inscrita por Auroux (1992) propõe elucidar questões ligadas ao modo pelo qual o saber linguístico foi constituído no tempo, como se transformou, evoluiu ou desapareceu.

(...) o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectiva, assim como um horizonte de projeção. O saber (...) não destrói o seu passado, como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. (AUROUX, 1992: 11-12)

Segundo Fávero & Molina (2004), o pesquisador em História das Ideias Linguísticas

(...) mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual. (FÁVERO & MOLINA, 2004:114)

Há diversas conceituações para o termo História. Pode ser compreendido como o “conjunto de eventos e fatos que compõem o passado humano, reconstruídos por meio de procedimentos específicos” e como disciplina que trata da compreensão desse passado (FÁVERO & MOLINA, 2006: 134).

Da Antiguidade até o final do século XIX e início do século XX, ocupava-se em narrar fatos ordenados em uma sucessão temporal. Para os gregos, tinha a incumbência de informar e investigar questões ligadas ao universo. Na Idade Média, apresentava uma função filosófica fundamentada no triunfo do Cristianismo, uma vez que “a vinda de Cristo tinha um sentido para todos os homens. Exigia-se, portanto, uma nova concepção da história universal, na medida em que esta deveria ser dotada de uma unidade” (GLÉNISSON, 1977: 13).

No Renascimento, houve a imposição do racionalismo, tornando-se necessário buscar textos antigos e documentos com a finalidade de se reconstituir o passado. No século XVIII, os iluministas situavam a história como evolução da humanidade. Já no século XIX, muitos países passaram a produzir pesquisas em torno de documentações referentes à própria memória do lugar.

Em vista disso, questões referentes ao papel da História, seus métodos e envolvimento com outras ciências sociais levaram alguns estudiosos do final do século XIX e início do século XX a repensar quais seriam os limites da História e propuseram que se fizesse uma *nova história*, não linear, com o intuito de dialogar com tempos e disciplinas diferentes.

## **1.2 A *École des Annales***

Influenciados pelo cientificismo do século XIX e início do século XX, Lucien Febvre e Marc Bloch propuseram uma história-ciência que fosse capaz de construir e reconstruir o passado, que pudesse ser vista sem ranços positivistas de racionalidade, progresso e ordem, ainda presentes na historiografia. Essa nova forma de se conceber a história tem por objeto o homem, suas realizações e significações no mundo.

Dispostos a renovarem o estudo histórico como disciplina, Febvre e Bloch, atuantes na Universidade de Estrasburgo, fundaram, em 1929, a revista *Les Annales d'Histoire Economique et Sociale*, que, mais tarde, daria o nome ao movimento historiográfico.

Com o intento de aproximar a História a outras disciplinas humanas, de estudar o econômico, o social e o cultural, simultaneamente, esses estudiosos defendiam a ideia de se fazer uma história total, menos alicerçada nas narrativas dos fatos e acontecimentos. *Essa nova história* tinha por princípio não apenas descrever o passado e sim “reabri-lo, interpretá-lo, num diálogo constante com seu presente” (FÁVERO & MOLINA, 2006: 19).

Dessa maneira, Clark (2011) atesta que

Foi com o propósito de derrubar os muros intelectuais que a circundavam que o medievalista Marc Bloch e seu colega na Universidade de Estrasburgo, Lucien Febvre, fundaram em 1929 o primeiro *Annales (Annales d'Histoire Economique et Sociale)*. Bloch e Febvre desdenhavam o que consideravam ser o positivismo estéril da historiografia oficial (...) e passaram a julgar irremediavelmente artificial e irrelevante a história centrada em eventos isolados, ligados apenas por sua posição relativa em séries cronológicas. (STUART CLARK, 2011: 183-4)

A *École des Annales* dividiu-se em três gerações. A primeira (1920 – 1945), encabeçada por Lucien Febvre e Marc Bloch, ficou caracterizada pela necessidade de mudança na História, pela heterogeneidade e pela aceitação de novas propostas e métodos. A história tradicional, a história política e a história de evento passaram a ser refutadas por Febvre e Bloch que buscavam “uma concepção relativista do discurso histórico” (DOSSE, 2003:100).

A segunda geração (1945 - 1968), também chamada de *Era Braudel*, apresentava a concepção do tempo de longa duração e o método serial, que dividia o tempo histórico em três partes:

a) *na superfície*, ou seja, a história do tempo curto - dos acontecimentos aparentemente independentes;

b) *na meia encosta* - a história que segue um ritmo mais lento das variações históricas, conjuntural;

c) *na profundidade* - a história de longa duração e estabilidade das realidades em um espaço histórico. Essa geração sofreu influências marxistas e propôs uma história total, onde o tempo fosse dividido em histórico, geográfico e social.

A terceira e última geração (1968- 1989) foi dirigida por Jacques Le Goff, ex aluno de Braudel. É caracterizada pela “redescoberta da história das mentalidades, tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural e reação contrária a tais métodos – quer

tomem a forma de uma antropologia histórica, um retorno à política ou o ressurgimento da narrativa” (BURKE, 1992: 80). Utiliza-se de fontes como documentos orais, religiosos e arqueológicos. Sugere um trabalho de representação do indivíduo inserido na sociedade, observando seu modo de agir, pensar e se comportar.

Essas três gerações estão ligadas pela “perspectiva da longa duração, a tentativa de superação do evento, a partir das ciências sociais, que permitiu a interdisciplinaridade” (REIS, 2000: 20), priorizando a interpretação dos fatos e o esclarecimento dos porquês.

A criação dos *Annales* proporcionou, segundo Falcon (2002: 47) “buscar em toda e qualquer circunstância a presença do homem socialmente entendido”. São responsáveis pela renovação teórica e metodológica da história tradicional, do seu envolvimento com outras áreas, como a Linguística, possibilitando uma mudança quanto aos seus objetos, objetivos e problemas disciplinares:

No grande jogo contemporâneo das comparações interdisciplinares, parece bastante evidente, ou melhor, natural, que linguística e história devam ser confrontadas; nesta ciência do movimento dos povos que a história institui, seria estranho que não desempenhasse seu papel a ciência que estuda esse meio essencial de comunicação, as linguagens. Dos grandes e importantes progressos realizados pela linguística, há vários decênios, que fizeram provavelmente – e para muitos – dessa disciplina uma ciência-piloto, a história deveria tirar grande proveito. (CHEVALIER, 1995:84)

Os fatos históricos não ocorrem isoladamente, decorrem de acontecimentos da vida coletiva e social. É nessa perspectiva que a história atual retrocede aos fundadores dos *Annales* visto que o

(...) estudo das utensilagens mentais que o domínio de uma história mais para o social tinha em certa medida relegado para o segundo plano. Sob a designação de história das mentalidades ou de psicologia histórica – delimitava-se um novo campo, distinto tanto da antiga história intelectual literária, como da hegemônica história, econômica e social. (CHARTIER, 1990: 14-15).

A História das Mentalidades sugeria um trabalho de representação dos indivíduos que compunham a sociedade e de como uma realidade social era construída e interpretada. Na historiografia a palavra mentalidade é utilizada para designar

as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, o sentimento, o imaginário, os medos, o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem. Ela é a estrutura que está por trás tanto dos fatos quanto das ideologias ou dos imaginários de uma sociedade. Tal conceito está ligado à questão temporal, pois a mentalidade é considerada uma estrutura de longa duração. Além disso, ao contrário dos fatos, que

acontecem muito rapidamente, a mentalidade permanece durante muito tempo sem modificações, e suas mudanças são tão lentas a ponto de nem serem percebidas. (SILVA & SILVA, 2010: 279)

Assim, foi preciso que cada sociedade construísse e delineasse uma imagem específica de seu momento, pois a história

não é composta em torres de marfim, é criada por homens pertencentes à sua sociedade, esta sociedade fornece os critérios de julgamento e, partindo do presente, os homens formam a sua ideia de história; eles não a recordam, não a conservam em sua memória em forma inalterada do modo como se conservam nas geladeiras os restos dos antigos mamutes; eles a constroem e a interpretam. (GURIÉVITCH, 2003:29 apud FÁVERO & MOLINA, 2006: 23).

Segundo Chartier (1990), a noção de mentalidade de um indivíduo, aquilo que lhe é comum e aquilo que tem em comum com outros indivíduos de seu tempo produz o *mental coletivo* de uma época, uma marca com que a história tradicional até então pouco se preocupava, dando a ela um novo olhar, desviando-a das hierarquias para as relações, das posições para as representações.

Anteriormente, apenas os documentos produzidos pelo Estado poderiam ser observados e analisados quanto à sua veracidade. A partir desses novos estudos, essa perspectiva pôde ser ampliada, podendo ser considerado como fonte legítima para pesquisa histórica, qualquer indício ou material. Nesse sentido, Le Goff (2005) assevera que a história nova

ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem. (LE GOFF, 2005: 36-37).

Nessa trajetória, as mentalidades tiveram grande importância, uma vez que foram vistas como objeto ideal que tem por fundamento “o nível inconsciente das práticas sociais, o pensamento coletivo e automático de uma época ou de um grupo social” (DOSSE, 2003: 255). Esse envolvimento entre a estrutura social e a cultural busca não só as ideias, mas suas interpretações e relações existentes entre os homens e o meio, como quer Auroux (1989):

Os conhecimentos existem no tempo, dizíamos nós começando por esta introdução. Não se deve concluir que sua relação com a temporalidade possui a mesma generalidade que aquela dos eventos físicos no tempo mundano. No domínio

cultural, a relação no tempo é de uma só vez uma historicização cujas as modalidades variam e que não deve ser confundida com o fato que está acontecendo algo num dado momento numa dada cultura. Do ponto de vista abstrato, sempre acontece algo porque os homens vivem e falam, e que as gerações se sucedem. Mas a relação com os eventos, a consciência de seus encadeamentos, numa palavra toda a historicização espontânea que é um modo de ser essencial aos objetos culturais, varia amplamente. (AUROUX, 1989: 30-31)

A História das Mentalidades foi beneficiada pelas abordagens de seus objetos e pela “consonância entre estes e as novas tendências e perspectivas emergentes no campo da história dos movimentos sociais e das classes e/ou grupos sociais – a história vista de baixo, o resgate do popular, etc” (FALCON, 2002: 54).

Dessa forma, a História das Mentalidades

busca identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, interpretada e deixada para a posteridade. Nesse sentido, é necessário pensar essa *história* como um trabalho de *representação*, isto é, como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse. Essa representação passa a ser entendida como uma interligação: uma *imagem presente* suscita um *objeto ausente*, numa relação de interdependência que regula os indivíduos em diferentes situações. (FÁVERO & MOLINA, 2006:23)

### 1.3 Práticas e representações

Nesse universo composto por novas abordagens teóricas, as noções de práticas e representações têm sido muito importantes para os pesquisadores porque podem tanto analisar os objetos culturais produzidos, como os sujeitos produtores e receptores, os processos que envolveram essa produção e difusão, os sistemas que dão suporte aos processos e sujeitos e as normas que através do tempo são consolidadas pela sociedade por meio de seus costumes.

As práticas culturais de uma sociedade são constituídas pelos modos de vida, pelas atitudes e pelas normas de convivência em sociedade que, além de gerarem produtos culturais no sentido literário e artístico, também geram padrões de vida cotidiana. Com a chegada de um novo tempo, novas práticas irão consolidar novos costumes, substituindo práticas antigas.

As noções<sup>5</sup> de mentalidades, imaginário e representações ainda são experimentações recentes no campo das Ciências Humanas. No decorrer do tempo, uma noção pode se

---

<sup>5</sup> As noções são quase conceitos, uma vez que ainda atuam como imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento e não estão ainda suficientemente delimitadas. Alguns autores utilizam o termo “noções” ao invés de “conceitos” por serem resultados de experiências, de descobertas progressivas que podem ou não ser incorporadas pela comunidade científica. (Cf. BARROS, 2011).

transformar em conceito, à medida que adquire por uma comunidade científica maior extensão de seus limites e objetos à qual se aplica. Desse modo, tornam-se instrumentos mais elaborados, mesmo que sejam polissêmicos, como é o caso do conceito de ideologia e de cultura.

A ideologia pode se referir a uma totalidade social ou de determinados grupos ou classes, como a ideologia proletária. É um conceito com inúmeros sentidos nas ciências humanas.

A História Cultural utiliza o conceito de ideologia, produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e comportamentos encarregados de reger as atitudes dos indivíduos em suas interações sociais e políticas, ou seja, é como se fosse um projeto de agir sobre a sociedade, de construir ou organizar representações para atingir objetivos ou reforçar certos interesses.

Dessa forma, o mundo social é construído por meio de representações que “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. (CHARTIER, 1990:17)

Uma representação quando está ligada a um “circuito de significados fora de si e já bem entronizado em uma determinada comunidade discursiva, começa a se avizinhar de outra categoria da História Cultural que é o símbolo”. (BARROS, 2011:53)

No campo das ciências humanas, o símbolo já é uma categoria há tempos amadurecida, faz parte do âmbito do imaginário e constitui um dos mais importantes recursos da comunicação humana. Não é mais classificado como *noção* e sim como *conceito*, empregado “quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal”. (LE GOFF, 1994:12).

A fim de esclarecer os conceitos fundamentais de ideologia, símbolo, representação e prática que permeiam a História Cultural, nos atentaremos ao horizonte teórico de Chartier (1990), que tem na noção de “representação” um de seus alicerces fundamentais e que nos servirá de base para esta pesquisa.

Segundo o estudioso, as representações estão inseridas “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, ou seja, são produzidas verdadeiras lutas de representações” (CHARTIER, 1990:17). Essas lutas ocasionam diversas apropriações possíveis das representações, segundo os interesses sociais, resistências políticas e necessidades em confronto com o mundo.

No entanto, não é fácil delimitar o campo e o objeto dessa história. É a história

a mais aberta possível à investigação dos fenômenos humanos no tempo, sem excluir a dimensão individual e mesmo irracional dos comportamentos sociais, e procurando resgatar os padrões menos cambiantes da vida cotidiana, mormente o universo das crenças ligadas ao nascimento, à morte, aos ritos de passagem, ao corpo, aos espaços e ao tempo. (VAINFAS, 1997: 138)

Chartier (2002) propõe uma história que discuta não apenas a prática cultural e popular, mas sim que se preocupe com a representação e a apropriação dessa prática. Para ele, o documento histórico é “um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem às suas próprias condições de produção” (CHARTIER, 2002: 56).

Assim, apresenta-se uma nova abordagem, onde o tempo é capaz de dialogar com outros tempos e diferentes disciplinas.

Essa *nova história* dedica-se não somente a recontar o passado, mas a reabri-lo, interpretá-lo, num diálogo constante com o seu presente. O objetivo dessa diferente percepção não é de acordo com Febvre (1952: 30), apenas reconstruir o passado, mas alargar horizontes, *ligar as ideias e métodos*, reconstruí-lo, fechando fendas. (FÁVERO & MOLINA, 2006: 19)

#### 1.4 O paradigma atual

A mudança da história historicizante, preocupada, principalmente, com grandes fatos políticos e econômicos e grandes nomes, para a história dos usos, dos significados, das mentalidades, promoveu a interdisciplinaridade com outras ciências. Mendes (1993) aponta que o grau mais elevado da interdisciplinaridade é a transdisciplinaridade:

(...) os diversos ramos do conhecimento científico não são isoláveis, pois, em última análise, todos eles focam a mesma realidade – o homem e o mundo em que este se insere, – ainda que ele apresente diversas facetas, a exigirem, conseqüentemente, múltiplas perspectivas de análise. No entanto, a inter-relação nos vários domínios científicos patenteia diferentes graus. Assim, de uma relativa independência – dizemos relativa porque, atualmente, a interdisciplinaridade é, regra geral, aceite por todos, – passa-se a um grau mais elevado (...) para se chegar, finalmente, à transdisciplinaridade, em que, através de uma certa aglutinação científico-metodológica, cada problema é “atacado” sob todos os ângulos possíveis, de forma integrada, sem o recurso a qualquer sistema científico pré-determinado. (MENDES, 1993: 05)

É imprescindível ressaltar que o surgimento de novas vertentes teóricas não apaga ou menospreza o que já havia sido estudado; o que ocorre é que esses estudos vêm ampliar as novas pesquisas.

Regularmente e de maneira apropriada, a invenção de novas teorias evoca a mesma resposta por parte de alguns especialistas que vêem sua área de competência infringida por essas teorias. Para esses homens, a nova teoria repercute inevitavelmente sobre muitos trabalhos científicos já concluídos com sucesso. É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a construção da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. Esse processo intrinsecamente revolucionário raramente é completado por um único homem e nunca de um dia para o outro. (KUHN, 1991:49)

Quando há um esgotamento de caminhos, as teorias precisam ser revistas. As mudanças de caráter científico-metodológico decorrem de um jogo de oposições.

(...) é no momento de crise, de contradição, de “clivagem”, que se fazem as mudanças. O comparativismo surgiu em oposição às teorias especulativas; o estruturalismo, ao comparativismo; a gerativo-transformacional, ao estruturalismo; e contra os estudos circunscritos da frase, vieram as teorias do texto. (FÁVERO & MOLINA, 2006: 17).

Assim, no período de desenvolvimento da História e da Linguística, muitos trabalhos, entrelaçando-as, surgiram, inscritos por Auroux (1992) em três categorias:

i. os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica; ii. os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam; iii. os que têm um papel fundador, isto é, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. (AUROUX, 1992: 11).

Esta pesquisa inspira-se na última categoria e, vinculada à história cultural, pretende-se

(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990: 16-17), uma vez que (...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas. (BRAUDEL, 1989: 53 *apud* FÁVERO & MOLINA, 2006: 18).

Nessa concepção, o objeto de estudo da História das Ideias Linguísticas são os saberes linguísticos examinados por meio dos dados históricos dos quais resultaram, e isso nos remete à questão da história interna e externa.

(...) ambos (contexto e conteúdo) estão estreitamente relacionados, já que uma pesquisa verdadeiramente representativa deve analisar não só a instância do aparecimento de uma nova teoria, mas ainda as mensagens enredadas nela, isto é, as forças variadas da sociedade que podem regular a vida, o comportamento e até mesmo o pensamento de cada indivíduo. (MOLINA, 2004: 36).

Ao analisar esses saberes linguísticos, porém, alguns aspectos devem ser observados, segundo Auroux (1989:15):

- a definição puramente fenomenológica do objeto, em outras palavras, é fundamental que se respeitem as terminologias usadas na época em que o objeto de estudo foi produzido;
- a neutralidade epistemológica, que implica em não sentenciar ou precisar se algo é ou não ciência;
- e o historicismo moderado, servindo-se, também, além dos fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto de estudo, dos fatos linguísticos que compunham o período.

O saber linguístico é um produto histórico, resultado da interação entre as tradições. Qualquer manifestação de ideias em torno de um saber sofre influências políticas, culturais e sociais, bem como das mentalidades que são herdadas do passado. Para Auroux (1989:14), *sans mémoire et sans projet, il n'y a tout simplement pas de savoir*<sup>6</sup>.

Em vista disso, temos que, da História obtemos informações a respeito da sociedade, da política, da economia e da cultura de um período; da Linguística, os caminhos para a análise de uma determinada língua em uma delimitada época.

## 1.5 História das Ideias Linguísticas

Os estudos que têm por fundamento a História das Ideias Linguísticas tratam do resgate das ideias em conformidade com o meio externo, de modo a investigar todo saber construído em torno de uma língua num determinado momento, produto de uma atividade metalinguística, quer seja ela explícita ou não.

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de

---

<sup>6</sup> Sem memória e sem projeto simplesmente não há saber. (Tradução nossa)

linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua. (ORLANDI, 2001:16)

Além de toda tradição gramatical que a História das Ideias Linguísticas contempla, também fazem parte do universo que envolve essa concepção o estudo das Instituições onde esses saberes eram discutidos, alargados e disseminados, bem como os meios por onde circulavam e os questionamentos que suscitavam, pois, segundo Auroux (1989), cabe ao historiador projetar os fatos num hiper-espaço que abrange três tipos de dimensão:

(...) uma cronologia universal, uma geografia, e um conjunto de temas. A grade cronológica dá ao conjunto dos fatos uma estrutura de pré-ordem. Há apenas verdadeiramente história quando e tão somente controe-se uma ordem. Selecionando um tema e restituindo uma sequência em grande parte causal, isto quer dizer, adotando uma intriga ou uma relação. Num conjunto de fatos suficientemente grande, não somente existe uma quantidade de ordens possíveis, mas apesar do que se faz, haverá linhas de história independentes. (AUROUX, 1989: 33)

A História das Ideias Linguísticas verifica o processo da História e da Linguística como um todo, permitindo discutir como o saber linguístico é criado, difundido, representado, interpretado por meio do olhar do pesquisador. A História das Ideias Linguísticas propõe essa visão entrelaçada dos saberes dessas duas disciplinas.

No grande jogo contemporâneo das comparações interdisciplinares, parece bastante evidente, ou melhor, natural, que linguística e história devam ser confrontadas; nesta ciência do movimento dos povos que a história institui, seria estranho que não desempenhasse seu papel a ciência que estuda esse meio essencial de comunicação, as linguagens. (CHEVALIER, 1995: 84)

O pesquisador em História das Ideias Linguísticas se deparará com algumas dificuldades, como o acesso às fontes e a disponibilidade de tempo para averiguar o material encontrado nas bibliotecas, arquivos, microfimes, manuscritos e documentos, correndo-se o risco de não encontrar certas obras ou edições.

Ainda em relação ao material de análise, Saliba (1992:35) atesta que “este dispositivo escrito, sacralizado, este resto do passado, não mais este documento forjado pelas sociedades e pelo poder, mas o documento produto do passado, produzido pela sociedade (...)” deverá, enfim, ser interpretado no seio em que foi elaborado. Tal como afirma Fávero (1996:16), “há uma intransponível distância espaço-temporal entre o cenário no qual viveram as personagens que constituem o objeto de estudo e o contexto em que se produz o trabalho”.

(...) Um homem enraizado em um meio social determinado, com preocupações, inquietudes e problemas e com sua própria maneira de sentir e pensar o mundo. Quanto mais significativas forem essas características, mais se mostrará capaz de penetrar e descobrir a riqueza da realidade de ontem que ele estuda, atentando para o risco de examinar o passado com um olho por assim dizer, sobre o presente – fonte de todos os pecados e sofismas em história. (CARR, 1996: 77 apud FÁVERO & MOLINA, 2006: 29)

Desse modo, a História das Ideias Linguísticas tem por objetivo apreender no objeto escolhido, dentro de um contexto de produção, como e de que forma ele e o meio estão interligados numa relação de causa e efeito. Todo conhecimento faz parte de uma realidade histórica realizada na interação da atualidade com seu passado, na comunicação dos indivíduos com o tempo.

Nessa perspectiva, este trabalho debruça-se sobre a História das Ideias Linguísticas, linha de pesquisa que tem por fundamento subsidiar os pressupostos e métodos a respeito da história dos estudos da linguagem, de seus processos de produção e daquilo que resultam.

No próximo tópico, discutiremos a História das Ideias Linguísticas no Brasil difundida pelas pesquisadoras Eni Orlandi e Leonor Lopes Fávero.

## **1.6 História das Ideias Linguísticas no Brasil**

O Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, chefiado pela Prof<sup>a</sup> Doutora Eni Orlandi, estabeleceu como objetivo “difundir estudos sistemáticos que tocassem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001:9). Dessa forma, os princípios que norteavam a pesquisa em História das Ideias Linguísticas embasariam as pesquisas a respeito de nossa identidade nacional, levando em conta a discussão dos seguintes temas:

1. processo de gramatização da língua portuguesa por meio do aparecimento das primeiras gramáticas produzidas por autores brasileiros;
2. análise das gramáticas (divisão da obra, edições etc);
3. comentários, críticas e sugestões realizadas pelos próprios gramáticos;
4. filiações teóricas a que as gramáticas estavam vinculadas;
5. produção de dicionários no Brasil e em Portugal;

6. instrumentos de jurisdição da língua, meios de oficialização de ensino, de regulamentação etc;

7. línguas indígenas e línguas africanas no Brasil;

8. desenvolvimento da língua nacional e sua relação com a imigração.

Tais estudos liderados por Orlandi relacionam os instrumentos linguísticos no Brasil com a sua produção e reprodução – a escola. Nesse caso, o século XIX é considerado um dos períodos que mais ensejou pesquisas sobre a gramatização brasileira.

(...) é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. (ORLANDI, 2001:9)

A partir da década de 80, outro grupo comandado pela pesquisadora Leonor Lopes Fávero ocupou-se em examinar os processos linguísticos fundamentados também sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas. Dessa forma, muitos trabalhos foram desenvolvidos a respeito da produção gramatical nos séculos XVI, XVII e XVIII, apresentados em congressos no Brasil e no exterior e edificados na célebre obra de Fávero – *As Concepções Linguísticas do Século XVIII* (1996).

Ampliando essas pesquisas, o próximo passo foi descrever e analisar algumas gramáticas produzidas no século XIX. Nesse sentido, um dos importantes trabalhos desenvolvidos por Leonor Lopes Fávero e Márcia Antônia Guedes Molina resultou na obra *As Concepções Linguísticas do Século XIX: a gramática no Brasil* (2006).

Esses e outros trabalhos demonstram a preocupação dos pesquisadores em descrever e analisar os fatos linguísticos presentes em documentos, compêndios, manuscritos, dicionários e obras raras.

Na sequência, abordaremos o processo de gramatização.

## 1.7 A Gramatização

Segundo Aurox (1992: 65), a Gramatização pode ser concebida como “o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, e que são contemplados não somente como simples descrições da linguagem, mas como *instrumentos*

*linguísticos*, que modificaram os rumos da comunicação, do legado linguístico da humanidade e também, de uma realidade.

A gramatização requer um processo de mudança de uma tecnologia de língua para outra, mas que depende de uma transferência cultural mais abrangente e pode ocorrer de duas formas: endotransferência (endogramatização) ou exotransferência (exogramatização). A primeira corresponde a uma gramatização espontânea, como a transferência de tecnologias de tradições linguísticas gregas para língua latina, pelos latinos. Já a segunda pode ser exemplificada pela transferência de tecnologias do português para as línguas indígenas, pelos portugueses e não pelos índios.

A gramática não surgiu devido a uma necessidade didática. As crianças gregas ou latinas já tinham sua língua internalizada. Seu ensino era tão somente um instrumento que servia para o acesso à cultura escrita. No continente europeu, a gramática só veio a ser adotada para fins didáticos com a constituição de futuras nações.

No entanto, para essas nações serem formadas houve muitas lutas e disputas que ocasionaram a dispersão e a fragmentação da língua; não obstante, os povos compreenderam o quão importante era manter a língua como fator de unificação territorial. Dessa forma, a partir da transformação das nações em Estados, a aprendizagem e o uso de uma língua oficial passaram a ser um dever comum a todos os cidadãos; isso seria feito por meio de compêndios gramaticais utilizados para o ensino.

De acordo com Auroux (1992: 43), “a gramática torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e meio de descrevê-las”. Nesse sentido, a gramática deve ser constituída a partir de:

a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar) (1992: 66), além disso, o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção e, outro ponto fundamental, a constituição de um corpus de exemplos é elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um corpus), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las), como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras (AUROUX, 1992: 67)

O estudioso sinaliza que o processo de gramatização massiva das línguas do mundo começou na Europa, provocado, principalmente, pela “fragmentação do Império Romano e o desaparecimento do caráter vernacular do latim, cuja passagem para a segunda língua favoreceu seu aprendizado nas escolas”. (FÁVERO & MOLINA, 2006:47)

Considerando os motivos do processo de gramatização, Auroux (1992) esclarece que há vários *interesses práticos* que evidenciam a primeira causa da gramatização:

- doutrinação religiosa;
- relação comercial e política;
- expedições e explorações;
- acesso a uma língua de cultura.

Com relação à segunda causa da gramatização – *a política de uma dada língua* – há de salientar:

- organização e regularização de uma língua literária;
- desenvolvimento político de expansão linguística de uso interno ou externo.

Com relação à gramatização no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, no Brasil, muitos compêndios e dicionários foram produzidos. Segundo Cavaliere (2000), naquele momento os estudos gramaticais intensificaram-se por conta das inúmeras investigações filológicas. (Cf. CAVALIERE, 2000)

Em vista disso, achamos importante apresentar a periodização dos estudos linguísticos no Brasil sinalizada pelos pesquisadores Antenor Nascentes (1939), Sílvio Elia (1975), Eduardo Guimarães (1996), Leodegário A. de Azevedo Filho (2000), Ricardo Cavaliere (2002), Leonor Lopes Fávero e Márcia Antonia Guedes Molina (2006).

**Tabela 1.** Estudos Gramaticais do Brasil

Autor	Obra	Descrição
ANTENOR NASCENTES	1939 – <i>Estudos Filológicos</i> – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira	Divide-se em 4 períodos: 1º - Embrionário (segue a orientação lusitana): tem início com a cultura brasileira e vai até a publicação do <i>Compêndio da gramática da língua nacional</i> , de Antônio Pereira Coruja, em 1835; 2º - Empírico: 1835 até 1881, ano da publicação da gramática de Júlio Ribeiro; 3º - Gramatical: 1881 até 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
SÍLVIO ELIA	1975 - <i>Ensaio de Filologia e Linguística</i> –	Divide-se em 2 grandes períodos: 1º - Vernaculista: 1820, com a independência política até 1880, data aproximada que

Autor	Obra	Descrição
	São Paulo: Editora Cultrix.	o autor traz da escritura da gramática de Júlio Ribeiro. Esse período é caracterizado por contradições entre o purismo e a nova geração; 2º - Científico: de 1880 até 1960 – é constituído por duas fases: 1ª fase: 1880 a 1900 – caracteriza-se pela transição (momento de renovação) e pela implantação do Programa de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II. Tem como representantes Júlio Ribeiro e João Ribeiro. 2ª fase: 1900 a 1960 (dividida em três gerações): 1ª geração: 1900 a 1920 - contrária à base normativa. Representantes: Heráclito Graça, Mário Barreto, Pacheco Júnior, Said Ali e Otoniel Mota. 2ª geração: 1920 a 1940 – de base filológica. Representantes: Augusto Magne, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, José Oiticica, Clóvis Monteiro, Silva Ramos e Sílvio Almeida. 3ª geração: 1940 a 1960 – transição entre o autodidatismo e a formação universitária. Representantes: Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Rocha Lima, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Cury.
EDUARDO GUIMARÃES	1996 – <i>Língua e Cidadania</i> – Campinas: Editora Pontes.	Divide-se em 4 períodos: 1º - começa com o Descobrimento e vai até a metade do século XIX (momento de polémicas e ausência de estudos a respeito da língua portuguesa falada no Brasil). 2º - a partir das discussões sobre os brasileirismos até a publicação da gramática de Júlio Ribeiro (1881), e da fundação da ABL (1897). Esse período é marcado pelo aparecimento de estudos e produção de gramáticas. 3º - final dos anos 30 até meados da década de 60 do século XX – a Linguística passa a ser disciplina obrigatória nos cursos de Letras, o acordo ortográfico de 1943 e a elaboração da NGB. 4º - 1965 até o momento atual, com diversas linhas de pesquisa.
AZEVEDO FILHO	2000 <sup>7</sup> – <i>Congresso Internacional de Lexicografia e Literatura no Mundo Lusófono</i>	Divide-se em 5 momentos: 1º - abrange o século XVI a partir do estudo de línguas indígenas em contato com o português, com destaque para a <i>Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil</i> , de José de Anchieta. 2º - período de imitação da gramática portuguesa (séculos XVII e XVIII). Representante: Antonio de Moraes Silva. 3º - período purista e de diferenciação idiomática. Vai de 1835 (Antônio Álvares Pereira Coruja) até 1881 (Júlio Ribeiro). 4º - vernaculista e de evolucionismo linguístico (corresponde a gramatização). Representante: Júlio Ribeiro. 5º - período filológico e linguístico, compreende o século XX; é dividido em quatro gerações: a primeira fundamenta-se na <i>pesquisa dos fatos da língua no texto de bons autores</i> . Representantes: Mário Barreto e Heráclito Graça; a segunda compreende os estudos de Serafim da Sila Neto, Augusto Magne, Antenor Nascentes; na terceira seus representantes não são mais autodidatas: Mattoso Câmara Júnior, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia; a quarta geração é a atual, com estudos de diferentes vertentes teóricas.
RICARDO CAVALIERE	2002 – “Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil” – <i>Confluência</i> : Revista do Instituto de Língua	Heterogênea e baseada em dois fatores: fontes teóricas e obras representativas. Divide-se em 4 períodos: 1º - embrionário: desde as nossas raízes até 1802 ( <i>Epitome da Grammatica Portuguesa</i> , de Antonio Moraes Silva). 2º - racionalista: 1802 até 1881, tendo Sotero dos Reis como

<sup>7</sup> A proposta de Azevedo Filho não foi sistematizada em uma obra; consta de uma apresentação realizada pelo autor no *Congresso Internacional de Lexicografia e Literatura no Mundo Lusófono*, na Universidade Estácio de Sá (2000).

Autor	Obra	Descrição
	Portuguesa – nº 23, Rio de Janeiro	representante. 3º - Científico: subdividida em duas fases: Fundadora - 1881 até 1920, com a <i>Grammatica Portugueza</i> , de Júlio Ribeiro (1881); Legatária - 1920 até 1941, observa-se a preocupação dos pesquisadores com o fato em língua vernácula. Cavaliere delimitou o último período em duas fases: Estruturalista - 1941 até 1980. É representada por Mattoso Câmara; Diversificada - 1980 até nossos dias, com várias linhas de pesquisa.
LEONOR LOPES FÁVERO & MÁRCIA A. G. MOLINA	2006 – <i>As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil</i> – Rio de Janeiro: Editora Lucerna	Abrange dois momentos: 1º - obras gramaticais produzidas antes da de Júlio Ribeiro (1881), realizadas sob a orientação da gramática geral e filosófica. Representantes: Antonio de Moraes Silva ( <i>Epitome da Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1806), Frei Joaquim do Amor Divino Careca ( <i>Breve Compendio de Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1875), Antônio Pereira Coruja ( <i>Compendio de Lingua Nacional</i> , publicado em 1835), Francisco Sotero dos Reis ( <i>Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1866), Augusto Freire da Silva, ( <i>Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1906, 8ªed.), Charles Adrien Olivier Grivet ( <i>Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza</i> , publicada em 1881). 2º - obras publicadas no mesmo século depois da dele, sob a orientação das correntes científicas (histórico-comparativas). Representantes: Júlio Ribeiro ( <i>Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1881), Boaventura Plácido Lameira de Andrade ( <i>Grammatica da Lingua Portugueza</i> , publicada em 1894, 2ª ed.), Alfredo Gomes ( <i>Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1887), João Ribeiro ( <i>Grammatica Portugueza</i> , publicada em 1887), Maximino Araújo Maciel ( <i>Grammatica Descriptiva</i> , publicada em 1894), Adelia Ennes Bandeira ( <i>Grammatica Portugueza Practica</i> , publicada em 1897)

Fonte: *As concepções Linguísticas do Século XIX: a gramática no Brasil*. (FÁVERO & MOLINA, 2006: 47-51)

Na periodização dos estudos gramaticais brasileiros, a gramática de Júlio Ribeiro é tão importante que torna-se um ponto de comum acordo entre os pesquisadores. Fávero & Molina (2006) consideram-na

a divisora de águas. Embora houvesse quem afirmasse que ela, na realidade, apenas trasladava em Língua Portuguesa muitos dos dizeres de Mason (1877), foi a primeira a comparar a língua com as espécies humanas. Citando a obra *Le Darwinisme*, de Émile Ferrière, Júlio Ribeiro comparou a língua às espécies vivas que nascem, crescem, desenvolvem e morrem. (FÁVERO & MOLINA, 2006: 45)

Destarte, o principal modelo teórico existente no final do século XIX e início do século XX, passou a ser aquele em que a obra de Ribeiro (1881) inspirou-se, o método histórico-comparativo, o qual contemplava uma nova orientação: a de que as línguas se comportam como os seres vivos.

Esse período, dito científico, conta com uma fase inicial de gramáticos que escreveram seus textos inspirados na escola comparativista alemã e nos volumes de língua vernácula francesa e inglesa. Os nomes mais destacados do período são, numa primeira fase, Julio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), Alfredo Gomes (1859-1924), e Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) – abra-se especial referência a Manuel Said Ali Ida (1861-1953), primeiro a trazer para as páginas brasileiras as teses linguísticas dos neogramáticos. Com a publicação da *Gramática secundária* da língua portuguesa (1966[1923?]), de Said Ali, surge uma segunda fase, de caráter legatário, extremamente voltada para o estudo diacrônico da língua e ledora dos filólogos portugueses que despontaram na virada do século, mormente Gonçalves Viana (1840-1914), Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Pertencem a este momento historiográfico dos estudos linguísticos brasileiros nomes como Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), Cândido Jucá Filho (1900-1982), José Leite e Oiticica (1882-1957) e Mário Pereira de Sousa Lima (1883-1966). (CAVALIERE, 2012: 219-220)

Silvio Elia (1963) tem uma posição que diverge da citação de Cavaliere (2000), no que concerne à inserção de Oiticica na fase legatária dos estudos diacrônicos do vernáculo.

Embora tivesse vivido na época do apogeu do método histórico-comparativo, não se entregou o prof. Oiticica a estudos de linguística diacrônica. As suas preferências eram pelos estudos de sistematização dos fatos da linguagem, os quais hoje melhor se situariam no plano dos estudos sincrônicos. O que produziu e poderá ser assumido pelas novas correntes linguísticas, particularmente de feição estruturalista, é uma pesquisa que se abre aos que mais de perto lhe acompanharam a atividade intelectual. (ELIA, 1963:197)

Mesmo com pontos de vista distintos entre os estudiosos, procuramos adotar dentre as propostas uma posição mista. Foi um momento na história dos estudos linguísticos que serviu de paradigma teórico para a gramaticologia brasileira.

No próximo capítulo, abordaremos os principais acontecimentos que ocorreram na Primeira República, período da construção do *Manual de Análise Léxica e Sintática*

## CAPÍTULO 2    CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1    Primeira República do Brasil: construção de uma nova sociedade

Para compreender esse período no qual os estudos filológicos foram empreendidos pelo autor do *Manual de Análise Léxica e Sintática*, este capítulo dedica-se a tecer um breve panorama da situação social, política, econômica e educacional do Brasil novecentista.

Os anos que antecederam a passagem da Monarquia para a República foram caracterizados por uma grande incerteza. A nação era constituída por grupos com interesses e concepções diferentes de como deveria ser organizada a República: de um lado, os monarquistas, que eram contrários à instituição do novo regime; de outro, os republicanos, que acreditavam na transformação do país.

A conferência pronunciada em 1819, no Athénée Royal de Paris, por Benjamin Constant, intitulada *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos* criticava a liberdade adotada pelos jacobinos<sup>8</sup> que pregavam a participação coletiva do governo, da soberania, da vontade do povo de decidir em praça pública sobre os negócios da República, a liberdade do homem público. Para ele, a liberdade deveria vir ao encontro dos novos tempos. Era a liberdade do poder ir e vir, do homem privado; a liberdade de propriedade, de opinião, de religião, de não exclusão do direito de participação política, mas feita pela representação e não pelo envolvimento direto.

Os modelos de República existentes na Europa e na América, especialmente, na França e nos Estados Unidos, serviram de referência aos brasileiros que buscavam a construção de uma nova sociedade.

---

<sup>8</sup> O jacobinismo foi um movimento que teve início durante o governo de Floriano Peixoto e durou até o final da presidência de Prudente de Moraes, em 1898 e é ligada a grupos militares. Os jacobinos, diferentemente dos oligarcas de São Paulo, que eram liberais e federalistas, defendiam a adoção de uma República centralizadora no executivo federal, porque consideravam que somente assim poderia se criar um contexto favorável para se levar o Brasil ao desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, tinham um projeto mais industrialista do que agroexportador, típico das oligarquias de São Paulo.

Os jacobinos têm origem no chamado “Clube Jacobino”, fundado no final do século XVII, no Mosteiro da Ordem Dominicana, chamado Mosteiro de São Tiago. O termo “jacobino” deriva do nome de São Tiago, em francês *Saint-Jacques*, onde *Jacques* deriva do latim *Jacob*, logo uma alusão aos dominicanos desse convento. Na fase inicial, os jacobinos eram basicamente pequenos burgueses, ainda bastante ligados à origem campesina. Fundamentalmente tinham uma postura antiaristocrata e defendiam a extinção da nobreza. O jacobinismo adentra o século XVIII e vai atingir seu ápice durante a Revolução Francesa. Chegam ao poder em 1792 e nele permanecem até 1795.

Para maior aprofundamento desse assunto, ver François Furet, *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. (Paris, 1978).

A República era entendida como um governo livre ou como um governo da lei, um governo popular. A base filosófica da construção que seus idealizadores pactuariam, deveria ter a predominância do interesse e da busca da felicidade pessoal. Seguiam o utilitarismo de Hume (1711-1776), que pregava a teoria de que todos os homens eram velhacos e só seriam motivados por meio de seus interesses pessoais.

Essa concepção de liberdade poderia ser adaptada à noção de liberdade dos modernos, como descrita por Benjamin Constant. Mas a ênfase no interesse pessoal dificultava a concepção de coletividade. O que havia no Brasil era uma nação sem patriotas, um aglomerado de indivíduos que buscavam uma organização política que garantisse somente os seus interesses, sem coletividade, sem comunhão ou pátria (Cf. CARVALHO, 1987).

Benjamin Constant tinha por preocupação a conciliação entre a liberdade e o exercício do poder, problema que não havia sido resolvido na França, na Primeira República, pelo pouco governo que tinha, e nem no Império, pela pouca liberdade que possuía. Para os republicanos brasileiros, Constant não poderia servir de inspiração como modelo de governo por estar muito ligado às tradições imperiais.

O modelo de Comte (1798-1857) introduziu as formas de vivência comunitária – a família, a Pátria, a humanidade – como culminação do processo evolutivo. Para ele, a Pátria deveria ser a mediação entre a família e a humanidade, necessária para o desenvolvimento do instinto social. A nação não poderia ter um extenso território para não atrapalhar a formação e a convivência dos cidadãos em sociedade. A Pátria sonhada, idealizada, deveria conter os dons femininos do amor e do sentimento. Assim, a Pátria perfeita seria mátria.

No período Imperial, o Estado estava organizado em um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições e imprensa livre. Seguiu o modelo administrativo de Portugal e da França, países que se aproximavam da política centralizante adotada no Império. No final desse período, começou a haver a preocupação em discutir questões que abordassem a formação da nação e a redefinição da cidadania.

Na segunda metade do século, com a consolidação da unidade política, o tema nacional voltou a ser abordado, inicialmente por meio do livro *O Guarani*, de José de Alencar. Publicado em 1857, o autor buscava a definição da identidade nacional, apresentando, como pano de fundo, na obra, o romance

entre uma jovem loura portuguesa e um chefe indígena acobreado. Esse envolvimento entre duas personagens tão diferentes, num ambiente cercado por belezas tropicais, longe da civilização europeia, representa uma primeira tentativa do que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade e características próprias. (CARVALHO, 1990:23)

A temática da construção da identidade nacional, que já era abordada dentro do Império de várias formas e por várias vertentes, continuará sendo um assunto de fundamental importância com o advento da República. O fato é que havia divergências entre os diferentes grupos republicanos, uma vez que cada um tinha seus próprios interesses políticos; na verdade, o único elemento de união entre eles era o combate à Monarquia.

A questão é que a opção pelo novo regime deveria buscar a solução de sérios problemas como a escravidão, a imigração estrangeira e a centralização política de várias províncias existentes no território nacional que desestabilizavam as estruturas do país. Restava aos republicanos substituir um governo e construir uma nação.

A escravidão foi abolida em 1888. No entanto, a medida mais atendeu à necessidade política de preservação da ordem pública, abalada pela grande fuga de escravos, e à questão da mão-de-obra livre nas fazendas de café, do que a atitude humana de libertar seus semelhantes.

Cada grupo tinha uma visão diferente de como deveria ser a República. O grupo dos proprietários rurais, em especial os paulistas, seguiam o modelo americano da individualidade do pacto social, sem participação do povo nos assuntos que se referiam ao Estado. Nesse sentido, Carvalho (1990) postula que:

(...) A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales. Convinha-lhe, também a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição do país mas, principalmente, pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos. Convinha-lhe, de modo especial, a solução federalista americana. Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime (...). O modelo americano, em boa parte vitorioso na Constituição de 1891, se atendia aos interesses dos proprietários rurais, tinha sentido profundamente distinto daquele que teve nos Estados Unidos. Lá, como lembrou Hannah Arendt, a revolução viera antes, estava na nova sociedade igualitária formada pelos colonos. A preocupação com a organização do poder, como vimos, era antes consequência da quase ausência de hierarquias sociais. No Brasil, não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário. (CARVALHO, 1990:24-25)

Havia um setor na sociedade brasileira, constituído por profissionais liberais, professores, estudantes, jornalistas e pequenos proprietários, para quem o regime imperial não facilitava as oportunidades de trabalho. Na França, os radicais da República falavam em

revolução, em manifestações populares nas ruas, mas a ideia de povo no Brasil ainda era vaga, as referências copiadas dos franceses eram praticamente simbólicas.

A maioria da população brasileira tinha uma postura contrária à Monarquia, mas não contra a nação. Percebiam que o Estado era o meio mais contundente para conseguirem atingirem seus objetivos. Não acreditavam no modelo americano e tampouco no jacobinismo. Buscavam no positivismo republicano, em suas diversas variantes, um modelo a ser seguido.

O arsenal positivista trazia, a princípio, a condenação da Monarquia em nome do progresso, de modo que deveria ser substituída pela República. Outra questão seria a separação entre a Igreja e o Estado, atitude que agradaria principalmente os professores, estudantes e militares. Os positivistas apresentavam também a ideia da incorporação do proletariado à sociedade moderna e da implantação de uma política social. O progresso pela ditadura, pela ação do Estado, tinha suas raízes na tradição luso-brasileira do século XVIII e seguia o modelo do Marquês de Pombal.

Os militares ficaram atraídos por essa visão de sociedade e República, pela ênfase dada à ciência e ao desenvolvimento social. A ideia de ditadura republicana lhes chamava a atenção mas, por serem parte do próprio Estado, não era adequado dele prescindir como instrumento de ação política.

A República brasileira foi proclamada em meio à construção de uma sociedade cheia de desigualdades, hierarquizada, em um momento de intensa especulação financeira, ocasionada pelas grandes remessas de dinheiro feitas pelo governo a fim de atender às necessidades geradas pela abolição dos escravos, que atingia de modo especial a capital do país, centro dos grandes acontecimentos. O enriquecimento pessoal a qualquer preço, era frequentemente denunciado pela imprensa, na tribuna, nos romances, caracterizando o novo regime como algo incompatível à virtude republicana. Não havia preocupação com o povo, o que predominava era a mentalidade predatória, o capitalismo sem a ética protestante.

Sobre essa questão, Carvalho (1990) assevera que:

O teórico republicano Alberto Sales, após ter rapidamente se desencantado com o novo regime, dizia que os brasileiros eram muito sociáveis mas pouco solidários, isto é, conseguiam conviver em pequenos grupos mas eram incapazes de se organizar em sociedade. Segundo ele, era exatamente a valorização do indivíduo que dava aos americanos a capacidade de organizar-se que tanta admiração tinha causado a Tocqueville. Na mesma linha, Silvio Romero utilizou um autor francês, Edmond Demoulin, para caracterizar a psicologia brasileira como sendo de natureza comunitária, em oposição à psicologia individualista dos anglo-saxões. A consequência que Silvio Romero tirava dessa distinção era a mesma de Alberto Sales: a ausência entre os brasileiros do espírito de iniciativa, da consciência coletiva, a excessiva dependência do Estado, o predomínio do que Demoulin chamava de política alimentária. (CARVALHO, 1930:30)

A dificuldade brasileira com os dois modelos de liberdade, o dos antigos e dos modernos, talvez estivesse na aceitação dos cidadãos à liberdade pública em lugar da liberdade individual. Era necessário que houvesse a existência de um sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente poderia ser o de pertencer a uma cidade, e que, modernamente, corresponderia a pertencer a uma nação. A busca por essa coletividade, que traria base para a formação do país, atormentava os intelectuais da Primeira República, pois acreditavam que o governo republicano não deveria se tornar uma caricatura de si mesmo.

A proclamação da República foi apreciada por países como a Argentina e os Estados Unidos e recebida com restrições pela Inglaterra, onde até hoje impera o regime monarquista.

Com o objetivo de garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior, tornava-se necessário elaborar um projeto de Constituição do país. Sob a supervisão de Rui Barbosa, o texto foi redigido, encaminhado à Assembleia Constituinte e promulgado em vinte e quatro de fevereiro de 1891.

A primeira Constituição da República do Brasil seguia o modelo norte-americano e proporcionava aos Estados a autonomia para exercer diversas atribuições; como organizar suas forças militares, coordenar a própria justiça e ainda pedir empréstimos ao exterior, tarefa de grande importância ao governo paulista a fim de garantir benfeitorias às plantações de café – produto que acelerava a economia do Estado. Para a União ficaria a responsabilidade de cuidar dos impostos de importação, criar bancos emissores de moeda, organizar as forças armadas nacionais e proporcionar a ordem entre os Estados, além de outros deveres.

A Constituição estabeleceu os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo, antes, responsabilidade do Imperador, passaria a ser exercido por um Presidente da República, durante quatro anos. Seria dividido em Câmara dos Deputados e Senado, diferente da época do Império, pois na República os senadores deixariam de ser vitalícios e teriam um mandato de nove anos. Quanto aos deputados, seriam eleitos em cada Estado, em número relativo ao total de habitantes e exerceriam suas funções durante três anos. O Poder Legislativo seria responsável por fazer as leis do país, obedecendo à seguinte ordem: a Câmara dos Deputados receberia e analisaria as leis e o senado as revisaria, aprovando ou reprovando as emendas vindas da Câmara. Para o Poder Judiciário ficaria a tarefa de aplicar as leis que garantiriam os direitos individuais dos cidadãos, sendo exercido pelos Tribunais de Justiça - Federal, Estadual, Militar, Eleitoral e do Trabalhador – e os Superiores – os Supremos Tribunais.

Os primeiros presidentes da República concorreriam às eleições por meio de voto indireto da Assembleia Constituinte. A Constituição decretaria, ainda, o direito à liberdade e à segurança de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país e extinguiria a pena de morte, raramente utilizada no Império.

Em 1911 houve a separação entre a Igreja e o Estado. Funções que antes eram exercidas pela Igreja passaram a ser atribuídas ao Estado. O catolicismo deixou de ser a única religião oficial do país, abrindo espaço para o livre culto de outras religiões. Quanto às uniões estáveis, o casamento civil foi reconhecido como legal. Houve, também, a criação do registro de nascimento e de óbito das pessoas. Essas medidas demonstravam a visão laica dos governantes e a tentativa de atenuar os conflitos existentes entre a Igreja e o Estado.

Logo no ano inaugural da República, muitos negócios e especulações financeiras foram realizados. A quantia de moeda que circulava no país não era compatível com o ingresso de imigrantes e com a nova realidade de trabalho assalariado no Brasil.

Nesse contexto, Rui Barbosa, designado Ministro da Fazenda do Governo Provisório, de 1889 a 1891, tomou diversas medidas para expandir o crédito e difundir a ideia de que a República seria uma máquina geradora de negócios. Assim, muitas empresas foram criadas, algumas reais e outras fictícias. A especulação na bolsa de valores cresceu e o custo de vida subiu. Com a crise, em 1891, o valor da moeda brasileira baixou, o preço das ações caiu e muitos bancos e empresas faliram.

Essa política implementada ficou conhecida como encilhamento, ou seja, na falta de caixa para o governo brasileiro, é autorizada a fabricação de papel moeda sem lastro ouro. Todavia, a quantidade de dinheiro que a casa da moeda de um país poderia imprimir deveria estar vinculada à quantidade de reserva de ouro que esse país possuísse.

No caso, o Brasil não tinha estoque de ouro suficiente para emitir a quantia de papel moeda que foi emitida. Isso gerou uma febre especulativa, desemprego e desarranjo financeiro que se estendeu até o começo do século XX. Devido ao aumento da demanda de compra, houve um grande encarecimento dos produtos importados; ao mesmo tempo, a inflação subiu, o câmbio caiu e os impostos aumentaram.

Ainda com relação à questão monetária, é importante salientar que a República herdara dos tempos da Monarquia uma dívida externa que consumia a cada ano uma boa parte do saldo do governo. Os governantes buscavam, com frequência, a ajuda financeira do exterior, porém tal tentativa acabava por agravar cada vez mais o problema.

Existia um acordo entre Floriano Peixoto e a elite política de São Paulo, que fora desfeito por causa da escolha de seu sucessor. O presidente da República era apenas apoiado

pelos jacobinos, representados por um grupo de pessoas da baixa classe média, operários e militares em más condições de vida, que acreditavam numa República que fosse capaz de combater as ameaças monarquistas. Entretanto, Floriano não pode designar seu candidato, pois a grande maioria escolheu o paulista Prudente de Moraes, que viria assumir o poder em 1º de março de 1894. O movimento jacobino teve seu fim depois de alguns de seus membros tentarem assassinar o novo presidente.

Naquele momento, o Estado desempenhava funções que passaram a provocar discórdias entre os grupos rivais. O governo federal tentava intervir, porém gerava incerteza em relação ao controle do poder em alguns Estados. Com o intuito de resolver essas questões, o presidente Campos Sales, que governou de 1898 a 1902, determinou por meio de uma alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que cada Estado passaria a ter um grupo regional dominante com o intuito de eliminar as disputas faccionais e reforçar o Poder Executivo, considerado por ele o poder por excelência.

No que se refere ao campo das ideias e mentalidades, a Primeira República não produziu visões estéticas ou correntes ideológicas próprias. Mas, por um momento, surgiu um ambiente ideológico, que misturava vertentes do pensamento europeu sem muita preocupação com a lógica, como o liberalismo e o positivismo, já incorporadas durante o Império e outras, como o socialismo e o anarquismo<sup>9</sup>, impulsionadas na República (Cf. CARVALHO, 1990). Alguns republicanos eram ligados à corrente liberal spenceriana e federalista, como Alberto Sales e grande parte dos paulistas. Outros eram adeptos de uma visão rousseauiana do pacto social, popular e centralista, inspirada na Revolução Francesa, como Silva Jardim, Joaquim Serra e Lopes Trovão. Havia, ainda, os positivistas que se consideravam os tutores intelectuais da nação, ou seja, compartilhavam das ideias que Comte havia proposto e afirmavam que a República deveria ser conduzida por um grupo de intelectuais esclarecidos, a fim de tutelar a população que ainda não era emancipada e intelectualmente madura.

Dessa forma, o progresso da sociedade seria conduzido mantendo-se a ordem pela via reformista. A sociedade melhoraria sem a necessidade de rupturas institucionais e o estabelecimento de uma democracia sufragista, em que o povo participaria das eleições. Os positivistas eram adeptos à essa posição porque a população, naquele momento, não tinha o

---

<sup>9</sup>A palavra anarquia, usada frequentemente para designar desordem e confusão, vem do grego e significa “sem governo”, isto é, o estado de um povo sem autoridade constituída. Do mesmo horizonte de significado nasce o anarquismo, doutrina política que prega que o Estado é nocivo e desnecessário e que existem alternativas viáveis de organização voluntária. Para a verdadeira libertação da sociedade seria necessário, ainda, destruir o capitalismo e as igrejas. Os anarquistas opunham-se à participação nas eleições aos parlamentos, pois consideravam a democracia liberal uma farsa, negando qualquer forma de organização hierarquizada. Sobre essa questão, consultar o artigo de Edilene Toledo, intitulado *Sonhar também muda o mundo* (2013: 17-21), publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional.

mínimo de alfabetização política para poder decidir qualquer questão, devendo ficar a cargo dos ciclos intelectuais.

O novo regime trouxe às elites uma sensação de libertação, tanto no nível da ideias como das atitudes. A saída do austero imperador proporcionou mudança nos padrões morais da sociedade. Parece que, com o advento da República, o pecado popularizou-se; o que era sussurrado, às escondidas, personificou-se. Revistas da época, como *O Rio*, em 1877, de Artur Azevedo e *O Tribofe*, de 1892, traziam em suas matérias a caracterização dos membros do novo regime de forma um tanto caricata, como aponta Carvalho (1987):

Entre jogadores, cocotes, *bons vivants*, fraudadores de corridas, proprietários, exploradores, perde-se a virtude da família interiorana. Primeiro, some a empregada, seduzida por um personagem que se diz lançador de mulheres, ou seja, formador de prostitutas; a seguir, vai o próprio fazendeiro nos braços de uma cocote; finalmente, desaparece o filho em agitações estudantis. Todos pegam o “micróbio da pândega”. Se do ar da cidade medieval se dizia que tornava livre social e politicamente, do ar do Rio pode-se dizer que libertava moralmente. (CARVALHO, 1987:27-28)

Naquele contexto, havia muita liberdade e pouco escrúpulo, favorecido pela abertura de casas de jogos clandestinos que davam à população um falso ar de enriquecimento sem esforço, em oposição ao trabalho honesto.

Todavia, havia um abismo entre a República e os pobres, seus valores e ideias possuíam mundos distintos. Para o governo, restaria o dever de substituir o antigo regime imperial pelo novo regime, a fim de poder garantir a estabilidade social. No início, o modelo republicano trouxe a movimentação de ideias que, de certa forma, foram mal absorvidas, criando uma confusão ideológica. Liberalismo, anarquismo, positivismo, socialismo misturavam-se entre o pensamento dos intelectuais. Foi um período também marcado pela febre do enriquecimento a qualquer custo. A mudança que surgia vinha no nível das mentalidades, por meio da liberdade do pensamento, de reunião, de profissão, de garantia de propriedade, posturas que mudariam a estrutura do país. Era preciso achar um meio, um caminho, um equilíbrio para resolver essa situação.

## 2.2 A capital da Primeira República: história, ideologia e poder

Nos primeiros dez anos da República, o Rio de Janeiro passou por uma fase de grandes transformações de caráter econômico, social, político e ideológico que trariam à capital manifestações populares que só terminariam no final da década. Era de se esperar que a cidade, considerada naquele momento a capital da economia, da política e da cultura do país, sofresse com maior intensidade as mudanças advindas do regime que se iniciava, com todas as expectativas e dificuldades que trazia.

A quantidade demográfica do Rio de Janeiro, no início da República, aumentou bastante, pois migraram para lá os nascidos no Estado, ex-escravos e imigrantes que vinham em busca de trabalho. A intensa imigração trouxe um desequilíbrio entre os sexos. No ano de 1890 a quantidade de homens, entre os estrangeiros, era o dobro de mulheres. Somando toda a população, o número de homens chegava a 56% da população. Esse desequilíbrio gerava uma queda na realização de casamentos e, conseqüentemente, na formação de novas famílias.

Outro ponto que culminou no rápido crescimento da população do Rio foi o aumento de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem trabalho fixo, como domésticos e jornaleiros que viviam entre a fronteira da legalidade e da ilegalidade. Havia um grupo que sofria pela falta de emprego e de condições dignas de moradia. Eram ladrões, prostitutas, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ambulantes, ciganos, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, engraxates, ratoeiros, recebedores de bondes, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes e capoeiras, pessoas que sempre apareciam nas estatísticas criminais da época, principalmente, em episódios de desordem, embriaguez, vadiagem e jogo, representando, em 1890, 60% das prisões.

Eram precárias as condições de vida na cidade, principalmente, para os mais carentes que sofriam pela falta de moradia, de abastecimento de água, de condições mínimas de higiene e de saneamento básico. Muitas epidemias tomaram conta da população. Em 1891 houve um surto de febre amarela e varíola, que vieram juntar-se às já existentes malária e tuberculose, matando cerca de 52 pessoas em cada mil habitantes. O Rio de Janeiro passou a ser um lugar muito perigoso para se viver, principalmente na época do verão.

Os movimentos de revolta popular não revelavam oposição ao Estado, queixavam-se contra a falta de pulso firme do poder público, daquilo que deveria ser de domínio legítimo da ação do governo, questões referentes a problemas simples, como a limpeza pública, o transporte, a pavimentação das ruas e a segurança da população. É a visão de quem se coloca

como súdito e não como cidadão, como objeto da ação e não como ser que se julga no direito de decidir e influenciar sobre assuntos da alçada do Estado. (Cf. CARVALHO, 1987)

A cidade do Rio de Janeiro foi criada no século XVI para ser um entreposto militar e administrativo, mas no decorrer dos tempos, transformou-se em um centro comercial e político, que fazia a ligação entre a metrópole, a colônia da América, o rio da Prata e a África; na segunda metade do século XVIII, servia como sede da administração da colônia. Com a chegada da família real portuguesa e de grande parte da burocracia metropolitana, com cerca de 20 mil pessoas, em 1808, a cidade passou a adquirir uma feição europeia. Perto da independência, em 1822, o índice de escravos existentes na capital girava em torno de 46% da população. Com a interrupção do tráfico por meio da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a proporção de escravos e da população branca era praticamente igual, mais ou menos 40% do total.

O reflexo desta situação de cidade administrativa e comercial de base escravagista fazia-se ainda sentir no censo de 1906, que mostra uma população ocupada principalmente em comércio, transporte, administração e serviço doméstico. Esta ocupação era três vezes maior do que a ocupada na indústria. A condição de tradicional centro administrativo e de capital do país acarretava ainda uma grande visibilidade da burocracia e um domínio do Estado sobre a cidade, numa inversão da relação existente na cidade medieval descrita por Weber. Tudo isso são traços mais próximos da cidade antiga que da cidade moderna, da cidade política antes que econômica, da cidade sem autonomia, castrada, pré-burguesa. Na tipologia de Redfielde Singer, poder-se-ia dizer que o Rio seria uma cidade ortogenética, um centro administrativo e político, sustentáculo da grande tradição cultural. (CARVALHO, 1987: 153)

Em contraposição, estariam as cidades de São Paulo e a de Buenos Aires. A primeira seria heterogênica, comercial, industrial e inovadora culturalmente. A segunda, que inicialmente também teria sido construída para ser um posto militar e administrativo, foi posteriormente transformada em centro comercial.

A forma mais cruel de aproximação era o envolvimento de elementos da desordem ligados à figuras da política. Capoeiras e capangas eram usados como instrumentos de justiça privada. No final do século XIX, muitos capoeiras faziam parte da Guarda Negra para dispersar comícios republicanos. A polícia também fazia uso dessas pessoas com o objetivo de serem informantes e provocadores do caos. O fato é que entre os capoeiras não existiam somente negros. Faziam, ainda, parte desse grupo, brancos e estrangeiros, alguns deles pertencentes à elite, como destaca Carvalho (1987):

Em abril de 1890, ainda em plena campanha de Sampaio Ferraz, foram presas 28 pessoas sob a acusação de capoeiragem. Destas, apenas cinco eram pretas. Havia dez

brancos, dos quais sete estrangeiros, inclusive um chileno e um francês. Era comum aparecerem portugueses e italianos entre os presos por capoeiragem. E não só os brancos pobres e estrangeiros se envolviam na capoeiragem. A fina flor da elite da época também o fazia. Neste mesmo mês de abril de 1890 foi preso como capoeira José Elísio dos Reis, filho do conde de Matosinhos, uma das mais importantes personalidades da colônia portuguesa, e irmão do visconde de Matosinhos, proprietário do jornal *O Paiz*. Como é sabido, a prisão quase gerou uma crise ministerial, pois o redator do jornal era Quintino Bocaiúva, ministro e um dos principais propagandistas da República. Outro caso famoso foi o de Alfredo Moreira, filho do barão de Penedo, embaixador quase vitalício do Brasil em Londres, onde privava do convívio dos Rothschild. Segundo o embaixador francês no Rio, Alfredo era “um dos chefes ocultos dos capoeiras e cabeça conhecido de todos os tumultos” (...). (CARVALHO, 1987: 155-156)

Essa convivência de classes distintas que ocorria em grupos de capoeiragem, também acontecia nas irmandades religiosas e nas organizações de auxílio mútuo. Era uma mistura de elementos divergentes social e culturalmente; uns letrados, outros analfabetos e pobres.

Houve o envolvimento de diferentes classes sociais em outras manifestações que ocorreram na Primeira República, a princípio admirada por brancos e portugueses, mas depois tomada por negros, boêmios e ex-escravos. As religiões de origem africana passaram a ser frequentadas por pessoas ilustres; o samba, melodia nascida no morro e idolatrada pelos negros, foi incorporada pelos brancos; o futebol, esporte vindo da Inglaterra, praticado pela nobreza, transformou-se no sonho de ascensão social de muitos excluídos.

A proclamação da República trouxe expectativas de uma nova política para o país. A cidade do Rio de Janeiro foi cenário para os acontecimentos políticos, sociais e culturais que movimentariam o Brasil. Qualquer que fosse o acontecido, desde uma greve até um assassinato, a notícia se espalhava pelo território nacional, tamanha a visibilidade que a cidade produzia.

Havia uma grande participação popular. Era como se houvesse uma comunidade que surgia nas festas populares, como a festa da Penha<sup>10</sup> e a da Glória<sup>11</sup>, nos agrupamentos étnicos, locais e habitacionais, nas associações anarquistas, nas colônias de imigrantes, no samba, no carnaval, nos cortiços. Na obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, o autor descreve o cortiço de Botafogo, que tinha mais de 400 casas, constituindo uma república renegada pela República, com leis próprias e lealdade inabalável de seus moradores.

---

<sup>10</sup>A festa da Penha foi oficialmente instituída por Dom João VI, em 8 de setembro de 1816, mas desde 1640 existia uma grande romaria em direção à antiga capela. No entanto, só no final do século XIX e início do século XX se tornou popular.

<sup>11</sup>A Festa da Glória, promovida pela Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, ao que tudo indica, teve início no século XVIII. Entre as festas promovidas pelas irmandades cariocas, no século XIX, foi uma das que manteve grande índice de regularidade.

Sobre essa questão, consultar o artigo de Anderson José Machado de Oliveira, intitulado *A Festa da Glória. Festas, irmandades e resistência cultural no Rio de Janeiro Imperial*.

Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/>>. Acesso em: 14 nov. 2014, 10:29.

Era um lugar de festejo, de diversão e de trabalho. Ali os personagens brigavam, falavam da vida alheia, mas qualquer sinal de ameaça vinda de fora era motivo para que todos esquecessem as desavenças internas e se unissem para acabar com o perigo, pois estava em jogo a honra e a soberania da pequena república. Para eles, o inimigo era qualquer outro cortiço, a polícia e a república oficial. Dois anos após a publicação do livro, o cortiço Cabeça de Porco foi totalmente destruído por meio de uma operação militar comandada por Barata Ribeiro, em 1892.

Entre 1902 a 1906, Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, acreditava que a cidade deveria ser transformada no cartão-postal da República, aos moldes da *belle époque*. Assim, foram feitas obras de saneamento básico e de higiene pública. O centro da cidade foi modificado, a Avenida Beira-Mar foi aberta; criaram-se novos jardins, construiu-se um porto e os bondes ganharam tração elétrica, tudo feito em busca do embelezamento da capital, de acordo com os padrões copiados da França, modelo de elegância e sofisticação.

No entanto, quem sofreu as consequências foi a população pobre que deixou o centro e os outros lugares que foram reformados, para que não ficasse ali nenhum vestígio de sujeira. Assim, o que lhes restava era subir os morros, deslocando-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. O belo deveria se expandir para um mundo elegante que anteriormente concentrava-se apenas em lugares chiques, como no bairro de Botafogo e na rua do Ouvidor. Um lugar fascinado pela nobreza europeia e envergonhado do próprio país, principalmente do Brasil pobre e negro.

### **2.3 As relações econômicas e sociais na República do café-com-leite**

A Primeira República também é conhecida como a época do café-com-leite, devido à existência de uma aliança entre os Estados de São Paulo, grande produtor de café e Minas Gerais, que produzia leite.

O período que se estende do final do século XIX até a primeira metade do século XX corresponde a uma fase de crescente desenvolvimento da economia regional, visto que o café foi o responsável pela liderança econômica que o Estado de São Paulo assumiu no panorama nacional.

Quando a República foi proclamada, o Estado já era organizado. A sociedade era constituída por grandes proprietários rurais que formavam a aristocracia do Império e que

possuíam uma forte influência política; esses fazendeiros eram chamados de barões do café e dominaram a política do país até o início da República.

A união das oligarquias mineira e paulista representou um traço importante na política da Primeira República. Os grandes lucros obtidos pela cultura do café contribuíram para o desenvolvimento industrial do país, como aponta Queiroz (2004):

A lavoura cafeeira seria a responsável, em última instância, pelas grandes transformações que então ocorrem. Como se sabe, as ferrovias foram criadas para atendê-la, seguindo em seu traçado a expansão das frentes agrícolas pioneiras. Com isso, tiveram um efeito multiplicador, acelerando o dinamismo da economia e atraindo gente de todas as partes. Como se sabe também, não foram só brasileiros de outras plagas que chegaram. Ante a desarticulação de escravismo e a necessidade de braços para a lavoura, a solução preferida pelos paulistas foi atrair o imigrante, notadamente o europeu, que ocorreu em números crescentes desde a década de 1870 até o início da década de 1920, momento a partir do qual, a imigração europeia foi arrefecendo. (QUEIROZ, 2004: 15)

São Paulo era um Estado autônomo, porém dependia do Governo Federal para valorizar suas plantações de café. A grande oferta do produto no mercado nacional e internacional ocasionaria a queda do preço das sacas de café, em 1906, gerando mais oferta do que procura. Para solucionar o problema, o governo comprou as sacas excedentes, fazendo estoque do produto e vendendo-o num momento oportuno por um preço melhor. Mas houve resistência ao plano pelo Governo Federal e por alguns Estados, fazendo com que São Paulo tomasse as próprias medidas. Dessa forma, os paulistas associaram-se a um grupo de importadores dos Estados Unidos liderados por Hermann Sielckene, posteriormente, em 1908, por meio do intermédio do presidente Afonso Pena, conseguiram um empréstimo de cerca de 15 milhões de libras. Sobre essa questão, Fausto (2012) assevera que

(...) o Estado de São Paulo pode prosseguir a operação valorizadora, entregando o controle da operação aos banqueiros internacionais. Os primeiros resultados do esquema surgiram em 1909. Os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela estocagem e à diminuição do volume das safras. Em junho de 1913, o empréstimo foi pago. (FAUSTO, 2012:151)

A União realizou outras operações de valorização do café, mas, em 1924, o presidente Artur Bernardes deixou de apoiar a política cafeeira, ficando por conta do Estado de São Paulo a administração do produto.

O Estado de Minas Gerais não possuía um só polo produtor dominante. Sua economia girava em torno das produções de café, de gado e, de certo modo, da indústria. Não tinha o mesmo potencial econômico que São Paulo, portanto, dependia dos subsídios da União. No

entanto, Minas apresentava uma bancada de políticos na Câmara dos Deputados maior do que a de São Paulo, com trinta e sete membros mineiros, enquanto os paulistas eram apenas vinte e dois, segundo o censo de 1890. Por meio desse poder político, construíram estradas de ferro a fim de atender aos interesses de seu Estado.

Entre 1894 e 1902 foram eleitos seguidamente três presidentes paulistas: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. A partir daí, firmava-se um acordo entre São Paulo e Minas Gerais que duraria até 1909 e que foi quebrado na campanha civilista, em 1910, onde o Marechal Hermes da Fonseca, apoiado por Minas, Rio Grande e pelos militares, venceu Rui Barbosa, que tinha o apoio de São Paulo e da Bahia.

Em 1913 foi selado um novo pacto entre Minas e São Paulo que firmaria o revezamento dos Estados nas eleições para a Presidência da República. Mesmo sem participar das sucessões presidenciais, a oligarquia gaúcha, após 1910, tomou seu espaço na cena política dividindo cargos públicos nos ministérios entre seus conterrâneos. Nesse sentido, Fausto (2012) assinala que:

A análise dos acordos entre as várias oligarquias indica que o governo federal não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Poder Central se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Tinha de garantir certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos, atrair investimentos estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa. (FAUSTO, 2012:155)

No entanto, pela falta do não-cumprimento do acordo estabelecido pelo presidente Washington Luís, em 1929, que indicaria como sucessor o paulista Júlio Prestes, ocorreu uma ruptura política entre os dois Estados.

Nesse movimento de espaços sociais e interesses políticos, ocorreu em 1929, a queda da bolsa de Nova Iorque, que produziu efeitos determinantes para a economia mundial. No Brasil, o setor cafeeiro sofreu uma desvalorização avassaladora de suas ações, acarretando a queda do preço das sacas de café e causando, o fim da política do café-com-leite, em 1930.

## **2.4 A imigração na Primeira República**

No final do século XIX, com a abolição, a imigração desencadeou importantes mudanças socioeconômicas no Brasil. Naquele momento, havia uma grande demanda de força de trabalho acarretando a vinda de muitos estrangeiros para o país em busca de novas

oportunidades. Os imigrantes tiveram ajuda de seus países de origem, como custeio das passagens e auxílio na moradia. Os lugares que mais receberam essas pessoas foram as regiões Sul e Sudeste, com cerca de 93,4% de estrangeiros, ocasionando uma grande invasão populacional. Dedicavam-se, exclusivamente, às atividades artesanais e industriais, constituindo novas categorias sociais, como o proletariado urbano.

A pirâmide social republicana era formada no topo por um pequeno grupo de banqueiros, capitalistas e proprietários. Em seguida vinham os funcionários públicos, comerciários e profissionais liberais. De tamanho semelhante ao anterior, havia o grupo dos operários das indústrias têxteis e do Estado, os artistas e os empregados dos transportes. Por fim, vinha a massa do proletariado composta, em sua maioria, por imigrantes provenientes do interior do Brasil e de outros países, especialmente de Portugal. Eram jornaleiros, domésticos, ambulantes e trabalhadores de ocupações variadas. Também faziam parte desse grupo, assaltantes, jogadores, pivetes, malandros e vagabundos, que compunham um país menos visível, subterrâneo.

Em 1890, o governo decretou uma lei que declarava cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que no período de seis meses não manifestassem o desejo de manter sua cidadania de origem. Porém, houve uma reação negativa por parte dessas pessoas. As pequenas colônias francesa, inglesa e alemã tinham mais condições de resistirem à lei, tanto pelo seu tamanho como pela força política que possuíam. Já Portugal detinha uma grande colônia, mas pouco poder. Entre os privilégios oferecidos aos que quisessem trocar sua cidadania de origem pela brasileira, o governo concedia ao novo cidadão um cargo de inspetor de quarteirão e o direito de votar.

No entanto, em 1890, somente 20% dos estrangeiros teriam optado pela cidadania nacional. Mesmo os portugueses, que possuíam a mesma língua e a mesma religião, não quiseram virar cidadãos brasileiros para que não fossem obrigados a servir à Marinha e ao Exército.

A classe operária era formada por pessoas de diferentes origens. Os antigos escravos compunham uma parcela bem baixa dessa classe, mas ainda estavam vinculados às atividades agrícolas de trabalho servil. Esse fluxo imigratório europeu foi diminuindo gradativamente após a Primeira Guerra Mundial. Houve uma queda nas importações e exportações de café, porém a guerra trouxe ao país um aumento significativo no mercado de exportação de outros produtos agrícolas tropicais e o aumento da produção industrial.

Entre 1901 e 1930, a proporção de imigrantes no país tornou-se mais equilibrada. A quantidade de italianos passou a ser de 26%, de portugueses, 23% e de espanhóis, 22%.

Os portugueses imigraram para as cidades. Em 1920 havia 65 mil portugueses em São Paulo e 172 mil no Rio de Janeiro. A partir de 1925, o Japão passou a subsidiar a vinda de japoneses ao Brasil. Fixaram-se no campo como pequenos proprietários de terras e muito contribuíram para a diversificação agrícola. Os sírio-libaneses e os judeus concentraram-se em maior número nas cidades, sem ajuda nenhuma, tornando-se grandes comerciantes.

Os italianos estabeleceram-se, principalmente, nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e foram considerados a principal mão-de-obra das lavouras de café, porém as más condições de recepção dos recém-chegados, levou o governo italiano a proibir a imigração subsidiada para o Brasil por meio de uma decisão chamada de “decreto Prinetti” (1902), em homenagem, ao então, ministro das Relações Exteriores da Itália. Quem quisesse imigrar para o Brasil, poderia continuar a fazê-lo, mas não receberia mais nenhum auxílio do governo.

Nos primeiros anos da imigração, os estrangeiros passaram por muitas dificuldades, motivo pelo qual grande parte retornou ao seu país de origem. Dos que ficaram, muitos se tornaram fazendeiros, comerciantes e donos de indústrias, ascendendo socialmente e abrindo caminhos para seus futuros descendentes que se tornariam grandes figuras da agroindústria paulista. Sobre essa questão, Petrone (2000) discorre que

o decreto Prinetti de 1902, proibindo a vinda de italianos com passagem subsidiada, a medida espanhola de igual teor e a crise do café devido à superprodução, foram os responsáveis pela diminuição do número de imigrantes que demandavam São Paulo, tornando os fazendeiros mais conscientes dos problemas que uma eventual falta de mão-de-obra lhes poderia acarretar. Os fazendeiros de mentalidade ainda escravocrata perceberam que tinham que tratar melhor e com mais justiça a sua mão-de-obra para fixá-la na fazenda. (PETRONE, 2000:112)

Esse decreto teve um efeito positivo no sentido de que os fazendeiros, para não perderem seus colonos, tiveram de modificar seu comportamento ainda escravocrata.

O Estado de São Paulo caracterizou-se pelas atividades agrícolas, pela urbanização e implantação de indústrias, mas o café continuava a ser o grande filão da economia, produção que era assegurada pela mão-de-obra de imigrantes contratados por fazendeiros para cuidarem do plantio e da colheita. Como forma de pagamento, recebiam uma determinada quantia em dinheiro anual e outra de acordo com a quantidade colhida. O patrão oferecia moradia e um pedaço de terra onde os trabalhadores podiam plantar gêneros alimentícios para seu próprio consumo.

Entre 1925 e 1930, a produção de arroz, feijão, milho e algodão cresceu no Estado de São Paulo. Todas as cidades do país se expandiam, mas São Paulo desenvolvia-se num ritmo

acelerado. Assim, às pessoas eram oferecidas diferentes opções de trabalho, bastava escolher entre trabalhar no comércio de rua, nas fábricas de fundo de quintal ou nos empregos liberais.

O crescimento da produção têxtil, principalmente a de tecidos de algodão, foi alavancada graças ao capital investido e ao número de operários contratados. Algumas indústrias chegaram a ter cerca de mil trabalhadores. Na Primeira Guerra Mundial, 80% dos tecidos utilizados eram de origem nacional, mas por outro lado, a indústria de base, responsável pela produção de ferro, cimento, aço, máquinas e equipamentos, era precária e dependia de importações.

Com incentivo do governo, surgiram duas grandes empresas: em 1924, a Siderúrgica Belgo-Mineira, instalada em Minas Gerais e, em 1926, a Companhia de Cimento Portland, na cidade de São Paulo. Contudo, os interesses do Estado não estavam direcionados à indústria e sim à agroexportação, de modo que não haveria naquele momento, motivo para promover uma política de desenvolvimento industrial.

Outro acontecimento histórico relevante sucedeu no extremo norte do país. Em meados de 1880, a Amazônia iniciava sua produção de borracha que proporcionaria empregos e faria com que houvesse uma vasta migração para a região entre os anos de 1890 e 1900, com cerca de 110 mil pessoas advindas, sobretudo, do Estado do Ceará.

Demais atividades como o plantio de café, cana-de-açúcar, algodão, tabaco e cacau também eram praticadas na região da Amazônia, em Belém e no Tocantins. Havia, ainda, a criação de gado na Ilha de Marajó, no Baixo Amazonas e no Vale do Rio Branco.

A matéria-prima utilizada para a produção da borracha, conhecida como látex, era chamada pelos índios da Amazônia de “cau-chu.” Já os luso-brasileiros que ali se estabeleceram, chamavam-na de “seringa”, pois o produto extraído da árvore era utilizado para a fabricação de seringas. Nesse período, comprovou-se que a borracha era muito resistente e que poderia servir de matéria prima para diversos produtos de uso diário, doméstico, industrial e hospitalar.

Assim, houve demasiada euforia e cobiça pelo produto, expandindo a produção de goma elástica, diminuindo o interesse pelos demais artigos cultivados na região. Dessa forma, a crescente procura pela borracha ocasionou a necessidade do aumento da mão-de-obra, já que a Amazônia era o Estado menos povoado do país. Foi assim que muitos nordestinos emigraram para a grande selva em busca de novas oportunidades de trabalho. Sobre essa questão, Prado & Capelato (1975) fazem um relato:

A princípio, os imigrantes que vinham do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, localizaram-se em colônias instaladas ao longo dos rios, tanto no Amazonas como no Pará, mas logo se lançaram à empresa da floresta. Muitos dos que haviam fixado no Solimões e no Negro abandonaram essas regiões e se dirigiram para o Purus e Juruá. Os nordestinos – calcula-se que em número de cem mil – penetraram no território onde as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru ainda não haviam sido definitivamente estabelecidas. Foram eles os responsáveis pela anexação ao Brasil da região que passou a denominar-se Território do Acre, mediante à indenização de dois milhões de libras à Bolívia e o compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. (PRADO & CAPELATO, 1975:290)

Não se sabe ao certo qual foi o número exato de nordestinos que migraram para a Amazônia no final do século XIX e início do século XX. As pessoas que foram trabalhar nos seringais saíam de suas cidades de origem já endividadas, pois contraíam despesas com seus futuros patrões, como a passagem até Manaus ou Belém e o empréstimo de uma determinada quantia em dinheiro que recebiam antecipadamente para poderem se manter. Depois passavam a dever a compra que fariam dos objetos utilizados no trabalho de extração do látex – botão, bacia, tigelas, machadinhas, rifle etc, e ainda, os alimentos que seriam utilizados para seu sustento.

Desse modo, o nordestino que sonhava com uma vida melhor, encontrava o oposto, não podendo retornar à sua terra natal sem antes pagar os dividendos que havia adquirido. Muitos tentavam fugir, porém estavam dentro da selva Amazônica; a distância até a cidade era longa e no mais, havia capangas por todos os lados, tornando a fuga algo quase impossível.

A borracha brasileira era exportada para países estrangeiros, principalmente para a Inglaterra. Acreditava-se que não haveria demanda externa do produto, mas em 1900 a Ásia passou a concorrer no mercado do látex e rapidamente suplantou o cultivo na Amazônia.

Em contrapartida, o crescimento que ocorrera com a economia da borracha na Amazônia possibilitou o aumento da população, principalmente em Belém e Manaus. Assim, o governo precisou implantar nas cidades da região linhas elétricas de bonde, água encanada, iluminação elétrica nas ruas e serviços de telefonia, beneficiando a vida na cidade. Entretanto, esses avanços em nada colaboraram para a precária condição de vida que continuavam a ter os seringueiros no interior da floresta.

A concorrência externa, o descaso com os trabalhadores e a falta de diversificação das atividades econômicas no Estado ocasionaram uma crise, como aponta Fausto (2012):

A crise veio avassaladora, a partir de 1910, tendo como sintoma a forte queda de preços. Sua razão básica era a concorrência internacional. A borracha nativa do Brasil sempre sofrera a concorrência da exportada pela América Central e a África, que era porém de qualidade inferior. As plantações realizadas principalmente por ingleses e holandeses em suas colônias da Ásia mudaram esse quadro. A borracha

era de boa qualidade, de baixo custo e seu cultivo podia estender-se por uma grande área. (FAUSTO, 2012:165)

Dessa forma, as plantações de borracha na Amazônia foram diminuindo por conta da concorrência de outros países, do aumento da qualidade do produto externo e da queda dos preços. Muitas foram as tentativas do governo para atenuar a situação, mas de nada adiantaram.

## 2.5 Os movimentos sociais

Durante a Primeira República, ocorreram movimentos sociais de trabalhadores no campo e na cidade. Os movimentos no campo podem ser divididos em três grupos: 1º- aqueles que misturaram conteúdos religiosos com carência social; 2º - os que misturaram conteúdos religiosos com reivindicação social; 3º os que não misturaram reivindicações sociais com conteúdos religiosos.

O primeiro grupo pode ser representado pelo movimento do Contestado, um conflito entre a população cabocla e os representantes dos poderes estadual e federal. Ocorreu entre outubro de 1912 e agosto de 1916, em uma rica região fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Foi chamado de Revolta do Contestado, porque os agricultores contestaram a doação feita pelo governo brasileiro aos madeireiros e à *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Houve muitas disputas de limite entre esses dois Estados, ocasionando embates decorrentes da falta de regularização da posse de terras, agravados, ainda, pelo fanatismo religioso expresso pelo messianismo e pela crença, transformando o conflito em uma guerra santa.

O segundo grupo tem como exemplo a campanha de Canudos, ou seja, uma guerra entre o exército e os integrantes de um movimento social de cunho religioso, liderado por Antônio Conselheiro. Ocorreu na comunidade de Canudos, interior do Estado da Bahia, entre 1896 e 1897. O fato é que na região nordestina, caracterizada por terras improdutivas, havia muita seca, desemprego e uma grave crise econômica e social. Antônio Conselheiro incentivou muitos sertanejos e escravos a seguirem para Canudos, com a promessa de uma salvação milagrosa, que os libertaria dos flagelos do crime e da exclusão social.

Grandes fazendeiros da região e a Igreja católica uniram-se e exigiram que o governo tomasse providências urgentes contra Conselheiro e seus seguidores. Nesse universo, surgiram até rumores de que Canudos se preparava para atacar as cidades vizinhas e a Capital,

a fim de derrubar o governo republicano e reinstalar a Monarquia no país, mas nada ficou comprovado. No entanto, por precaução, foram enviadas três expedições militares contra Canudos que saíram derrotadas. A população, apavorada, pressionou o governo para que o arraial fosse destruído. A guerra terminou com vinte mil sertanejos e cinco mil militares mortos, além da destruição total do lugar.

O terceiro grupo pode ser caracterizado pelas greves em busca de melhores salários e condições dignas de trabalho nas fazendas de café do Estado de São Paulo.

O fato é que na República que se formava, a instrução se limitava a um pequeno número de pessoas e poucos eram os veículos de comunicação que pudessem disseminar novas ideias. As greves eram frutos de discussões políticas e sociais, porém só aconteciam quando atingiam um grande número de adeptos ou quando eram ligadas às ferrovias e aos portos, ou seja, ao sistema agroexportador. Mas faltava união e organização entre os operários, que se dividiam por rivalidades étnicas; muitos deles, ainda imigrantes, tinham o sonho e a esperança de poder retornar ao seu país de origem.

A classe trabalhadora constituía-se, principalmente, por ferroviários, marítimos e doqueiros, que mantinham uma relação razoavelmente amigável com o governo e eram, em sua maioria, trabalhadores nacionais.

A cidade de São Paulo, apesar do crescimento, possuía uma estrutura social menos diversificada, composta por brasileiros e por muitos estrangeiros que, além de não sentirem apego à nova terra, propagavam o anarquismo.

(...) havia no Brasil, ao estourar a Primeira Guerra Mundial, várias centenas de sindicatos, em sua maioria de orientação anarco-sindicalista, e principalmente compostos de imigrantes. A sua oposição aos industriais limitava-se à greve, e as greves quase sempre ocorriam por atraso no pagamento dos salários e pelas despedidas em massa durante os períodos de recessão. (DEAN, 1975: 277)

O movimento operário no Rio de Janeiro e em São Paulo apresentava também diferenças em relação à ideologia e ao método de ação, devido ao fato de que as cidades possuíam diferentes características. Até 1917, os movimentos sociais que ocorreram no Rio de Janeiro apresentavam um caráter mais popular do que operário.

Em 1906, foi criada a Confederação Operária Brasileira, mas sem grandes resultados, pois as reivindicações não eram asseguradas por lei. No entanto, entre 1917 e 1920, a situação mudou devido a um montante de greves que ocorreram em algumas cidades do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essas paralisações não tinham o objetivo de afrontar o governo e sim buscar melhores condições de vida e de trabalho; a maioria dos

grevistas eram operários italianos e espanhóis que traziam consigo uma forte tradição anarco-sindicalista dos seus países de origem. Para acabar com os transtornos, o governo expulsou<sup>12</sup> do Brasil os revoltosos, medida que enfraqueceu o movimento.

Naquele período, buscou-se a aprovação de um projeto de Código de Trabalho o qual previa que a jornada diária fosse estipulada em oito horas, que o trabalho de mulheres e menores seria limitado e ainda, que caberia ao sexo feminino o benefício da licença-maternidade. O fato é que os industriais e a maioria dos congressistas foram contra o projeto e fizeram tudo para boicotá-lo. Contudo, o Estado sabia da relevância de se estabelecer uma legislação que viesse conceder aos trabalhadores direitos mínimos de trabalho e dignidade. Para tal, duas importantes leis foram aprovadas alguns anos depois: uma, em 1925, que concedia aos trabalhadores da indústria e do comércio quinze dias de férias; a outra que limitava o trabalho de menores. Mas a lei que proporcionaria férias, por imposição dos industriais, só seria aplicada aos trabalhadores da área industrial depois de 1930.

Outro importante movimento social que ocorreu no país, em 22 de novembro de 1910, na Marinha, foi a Revolta da Chibata. Muitos marinheiros de navios de guerra aderiram ao movimento, que tinha como um de seus principais líderes João Cândido. Seus protagonistas eram, em sua maioria, negros, mulatos e pobres, recrutados para servirem a Marinha do Brasil. Essas pessoas sofriam castigos físicos e morais, recebiam chibatadas dos oficiais e algumas até morriam por não aguentarem os maus tratos.

Com o intuito de acabar com a revolta, o governo determinou uma anistia caso os manifestantes se submetessem às autoridades e suas imposições e, em troca, acabaria com a chibata. Os marinheiros aceitaram a proposta e o movimento foi encerrado. Mas, logo em seguida, teve início a revolta dos fuzileiros navais. Como medida, o governo mandou que fossem colocados em um navio que partiria do Rio de Janeiro rumo à Manaus os fuzileiros revoltosos, os ladrões, os exploradores de mulheres, e também, o marinheiro João Cândido<sup>13</sup> e demais líderes da Revolta da Chibata.

Muitas dessas pessoas foram fuziladas no caminho e outras morreram mais tarde. O fato é que os integrantes da referida revolta foram acusados de participarem do episódio dos fuzileiros, mas não tinham envolvimento algum. Foram julgados e absolvidos; no entanto, já haviam cumprido dezoito anos na prisão, sem poder se comunicar com o mundo exterior e sofrendo atrocidades físicas e psicológicas.

---

<sup>12</sup> O governo criou uma lei chamada “Lei Adolfo Gordo”, com o intuito de extraditar os imigrantes que fossem considerados subversivos. A respeito dessa questão, consultar o DECRETO Nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 – 9/1/1907, p. 194.

<sup>13</sup> João Cândido não foi morto durante a Revolta da Chibata. Morreu na década de sessenta, no Rio de Janeiro.

Mais um novo movimento social aconteceria na Primeira República: o Tenentismo. Seus principais representantes eram oficiais de nível intermediário do Exército - tenentes, em primeiro lugar e depois capitães.

O primeiro episódio tenentista no Brasil foi a revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922. Ocorreu devido às ofensas sofridas pelo Exército e à repressão ao Clube Militar, situações que levaram os jovens tenentes a lutar pela honra do Exército. Após lançarem os primeiros tiros de canhão, os manifestantes receberam em troca as balas lançadas e acabaram sendo cercados. Posteriormente, muitos se entregaram, mas houve resistência por parte de alguns. No entanto, o forte foi novamente bombardeado, dezessete militares e um civil se entregaram, mas durante o tiroteio, dezesseis homens morreram; os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes ficaram feridos.

Passados dois anos, teve início o “Segundo 5 de julho<sup>14</sup>”, em São Paulo. A data foi escolhida com o objetivo de homenagear o primeiro movimento e teve o intuito de derrubar o governo de Artur Bernardes.

Durante o ano de 1923, os militares buscaram estratégias para que Nilo Peçanha fosse o novo chefe do movimento tenentista, mas Nilo veio a falecer no início de 1924, de modo que precisaram encontrar um novo líder – o escolhido foi o general reformado Isidoro Dias Lopes.

Com o início do movimento, os manifestantes tomaram posse de alguns quartéis e buscaram, a todo custo, controlar a capital paulistana. Contudo, havia total desinformação em ambos os lados. Em 9 de julho chegaria a notícia de que a sede do governo havia sido transferida para os arredores da cidade. Os tenentes permaneceram em São Paulo até o dia 27 de julho. Tentaram chegar a um consenso com o prefeito e o presidente da Associação Comercial a fim de resolver a situação, porém o governo continuou a utilizar suas armas contra os rebeldes.

No dia 27 de julho, os tenentes abandonaram a cidade e deslocaram-se para o interior do Estado, rumo a Bauru. Esse movimento foi chamado de “coluna paulista”. Consistia em revoltas tenentistas pelo interior do Estado de São Paulo, no oeste do Paraná e nas proximidades de Foz do Iguaçu.

Nesse mesmo ano de 1924, mais uma revolta ocorreria no país, no Estado do Rio Grande do Sul, com destaque especial para o tenente João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes. Após combaterem os inimigos, os gaúchos foram para o Paraná encontrar as forças

---

<sup>14</sup> A Revolução de 1924, também conhecida como “Segundo 5 de julho”, ocorreu em homenagem à revolta do Forte de Copacabana.

paulistas. Juntaram-se em abril de 1925 e seguiram pelo Brasil a fim de propagar suas ideias revolucionárias e a luta contra as oligarquias. Nesse universo, nasceria a coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, que adentrou o país percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro/março de 1927, momento em que se deu o término do movimento e seus componentes seguiram rumo à Bolívia e ao Paraguai.

O tenentismo foi, sobretudo, um movimento do Exército. Na Marinha, a única manifestação relevante foi a Revolta do Encouraçado São Paulo, em novembro de 1924, liderada pelo tenente Herculino Cascardo. Após trocar tiros com as fortalezas da Baía de Guanabara, o São Paulo partiu em alto-mar em direção a Montevideú, onde os rebelados se exilaram.

A Primeira República constituiu um panorama de múltiplos conflitos, de experiências sociais, de acelerada industrialização que marcaram o Brasil, tendo, por consequência, um processo de reordenação da sociedade e do espaço urbano. A existência de diferentes culturas, grupos sociais, imigrantes, operários anarquistas, burgueses, negros, militares, intelectuais, mendigos e desempregados contribuiu para a constituição da identidade do país.

## **2.6 Anarquistas e oligarcas: o rosto do Brasil republicano**

No universo brasileiro do final do século XIX e início do século XX, os partidos republicanos eram responsáveis pelo destino da política nacional. Os candidatos à Presidência da República deveriam vir dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A oligarquia paulista (PRP) era mais ligada à política cafeeira. Tinha como princípio organizar o Estado de São Paulo de acordo com os interesses da classe dominante. Já as oligarquias gaúcha e a mineira controlavam respectivamente o Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que se inspirava no positivismo autoritário e trabalhava pelos interesses de estancieiros e imigrantes ascendentes, e o Partido Republicano Mineiro (PRM), ligado à oligarquia de Minas Gerais.

Formada por um grande número de políticos influentes, a oligarquia mineira tinha poder de nomear funcionários, legalizar a posse de terras e decidir sobre os investimentos do dinheiro público. Nesse sentido, Queiroz (2000) relata que

a base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus

aliados, seus apaniguados, seus protegidos. De onde a exclamação desiludida de muito republicano histórico: “Esta não é a República dos meus sonhos!” (QUEIROZ, 2000:155)

Muito pouco foi feito em termos de direitos políticos e civis. Houve até retrocesso no que se refere aos direitos civis. Contudo, o povo iludia-se com as promessas republicanas feitas nos comícios, na imprensa, nas conferências públicas da construção de um país democrático. O sistema republicano tinha em si a resistência em permitir a ampliação da cidadania, de modo que o discurso inicial de uma República “de todos” e “para todos” foi perdendo a credibilidade, iniciando-se um processo de decepção e desânimo, como assinala Carvalho (1987):

O desencanto fica transparente no *Manifesto do Centro Sindicalista aos Operários e Proletários*, lançado em 1899 no Rio de Janeiro. Aí se afirma que, se o Império vivera sob o monopólio dos donos de escravos, a República “vai vivendo à custa dos mais repugnantes sindicatos políticos e industriais, geradores de uma perigosa oligarquia plutocrática tão perniciososa como a oligarquia aristocrática”. Em consequência, prossegue o *Manifesto*, o Brasil se acha na mesma condição da Europa, onde os vícios do capitalismo só deixam ao operário a opção entre o socialismo reformador e o anarquismo revolucionário. (CARVALHO, 1987:56)

Dessa forma, só haveria dois caminhos: de um lado, os que acreditavam na estadania e defendiam o governo; de outro, os anarquistas, que eram contrários ao sistema político.

Naquele momento foram criados jornais anarquistas na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro foi *O Despertar*, de José Sarmiento, em 1898. Cheio de espanholismos, devido à origem de seu fundador, defendia a ideia de que somente uma greve geral libertaria o Estado. Em seguida vieram *O Protesto*, em 1899, *O Golpe*, em 1900, a revista *Asgarda*, em 1902, *O Trabalhador*, *A Greve*, ambos em 1903, a revista *Kultur*, em 1904 e *O Libertário*, em 1904, de Neno Vasco, português, considerado o mais culto dos anarquistas da época. Com exceção de *O Libertário*, todos os jornais e revistas eram editados por Elysio de Carvalho e Mota Assunção, disseminadores do movimento.

Com a criação da Federação de Associações de Classe, em 1903 e da Federação Operária do Rio de Janeiro, em 1906, a propagação do anarquismo entre os operários aumentou, surgindo muitas publicações vinculadas à organização de classes. Alguns exemplos de publicações no Rio de Janeiro: *Accordem*, em 1905, da Sociedade de Carpinteiros e Artes Correlativas; *Novo Rumo*, em 1906, de Alfredo Vasques; *O Baluarte*, em 1907, da Associação dos Chapeleiros, que tinha como secretário José Sarmiento; *O Marmorista*, em 1907 e *A Voz do Trabalhador*, em 1908, da Confederação Operária Brasileira.

No Brasil não havia cidadãos politizados, pois a política era assunto das classes dominantes, produto das disputas de chefes militares. Assim, o povo era, tão somente, massa de manobra. Era uma população caracterizada pela apatia política, que somente mudaria de posição durante a Revolta da Vacina, que aconteceu em 1904, no governo de Rodrigues Alves.

Com o objetivo de acabar com a doença, o sanitarista Oswaldo Cruz convenceu o Congresso a aprovar a Lei da Vacina Obrigatória, em 31 de outubro de 1904, permitindo que brigadas sanitárias entrassem nas casas para aplicar a vacina. Parecia ser um bom projeto, porque imunizaria a população, era algo positivo. Só que o desprezo do governo em relação ao povo era tão grande que não se deu ao trabalho de explicar do que se tratava e como funcionava. A ordem era clara: os agentes sanitários tinham que vacinar a população a todo custo. Caso não abrissem as portas de suas casas, deveriam arrombá-las e pegar as pessoas a força.

A população ficou revoltada contra a determinação imposta pelo governo. Entre os dias 10 e 16 de novembro, com apoio de positivistas e de cadetes da Escola Militar, a classe popular armou-se: depredou lojas, incendiou bondes, quebrou postes, arrancou trilhos e atacou a polícia com pedras, paus e pedaços de ferro, deixando a cidade do Rio de Janeiro em ruínas. Durante o conflito, muitas pessoas perderam suas casas e outras tiveram seus lares invadidos pelos mata-mosquitos, que agiam sob o resguardo da polícia. Os jornais da oposição faziam críticas contra ação do governo e aos prováveis perigos que a vacina poderia acarretar. A atitude do povo fez com que o governo suspendesse a obrigatoriedade da vacina. Após ser controlada a situação, o processo de vacinação foi reiniciado e, em pouco tempo, a varíola foi erradicada.

Esse movimento desencadeou outras questões, como apresenta Carvalho (1987):

Independentemente da intenção real de seus promotores, a revolta começou em nome da legítima defesa dos direitos civis. Despertou a simpatia geral, permitindo a abertura de espaço momentâneo de livre e ampla manifestação política, não mais limitada à estrita luta contra a vacina. Desabrocharam, então, várias revoltas dentro da revolta. Caminhou a conspiração militar-Centro das Classes operárias, que buscava derrubar o governo; os consumidores de serviços públicos acertaram velhas contas com as companhias; os produtores mal pagos fizeram o mesmo com as fábricas; a classe popular dos aventureiros e belicosos, como os chamou Vicente de Souza, retomou em dimensões mais heróicas seu combate cotidiano com a polícia. E todos os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo. (CARVALHO, 1987:138)

A revolta da vacina pode ser considerada como uma manifestação única na história do Brasil de um movimento popular baseado na defesa da liberdade de escolha e dos direitos dos cidadãos.

Todavia, a população brasileira ainda era tomada por uma apatia geral e pela falta de espírito de luta e capacidade de reflexão. A ideia de cidadão ativo, consciente de seus deveres e direitos, organizado politicamente, não existia no país.

(...) no campo das ideias, nem mesmo a elite conseguia chegar a certo acordo quanto à definição de qual deveria ser o relacionamento do cidadão com o Estado. No campo da ação política, fracassaram sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro dos padrões conhecidos nos sistemas liberais. Fracassaram os partidos operários e de outros setores da população; as organizações políticas não-partidárias, como os clubes republicanos e batalhões patrióticos, não duraram além da existência dos problemas que lhes tinham dado origem; ninguém se preocupava em comparecer às urnas para votar. (CARVALHO, 1987: 141)

Os direitos políticos foram adulterados. A idade mínima para votar passou de 25 para 21 anos, sem a exigência da comprovação de renda do cidadão, inalterada a exigência de o eleitor ser alfabetizado. O voto era um direito concedido somente a uma pequena parcela da sociedade, bem como está descrito no Art.70 da Constituição de 1891<sup>15</sup>. Assim, excluía-se os pobres, como na época do Império, seja pelo censo, seja pela exigência da alfabetização, medida particularmente discriminatória. Tirava do governo a responsabilidade de fornecer educação ao povo, comportamento que se dizia liberal, mas que, contudo, não passava de uma medida antidemocrática. Ficavam de fora, ainda, os mendigos, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas e as mulheres, que só teriam direito ao voto em 1934, ou seja, a grande maioria do povo.

Mesmo a República tendo eliminado o voto censitário<sup>16</sup>, manteve as demais restrições. Os poucos eleitores existentes eram, em boa parte, funcionários públicos que se sujeitavam às pressões impostas para votarem nos candidatos que o governo indicasse.

---

<sup>15</sup>Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pre, exceptuando os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual.

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2014, 10:22.

<sup>16</sup>Pelo voto censitário o cidadão só poderia votar e ser votado se tivesse uma determinada renda anual. Vigorou no Brasil por meio da Constituição de 1824 e foi eliminado na Constituição de 1891. No entanto, continuará a manter critérios excludentes, conforme estabelecido no Art. 70. da referida constituição. (ver nota 9)

No Rio de Janeiro, havia, ainda, a presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos a fim de garantir que ganhassem as eleições. Desse modo, o povo não se entusiasmava em votar, já que o voto não passava de um processo totalmente deturpado.

Nota-se que, estranhamente, eram pessoas oriundas da população pobre que se prestavam à tarefa de vencer a todo custo as eleições. Lima Barreto, em seu romance *Numa e a Ninfa*, publicado pela primeira vez em 1915, narra, por meio de seu personagem Lucrecio Barba de Bode, a figura viva do agente político. O personagem era mulato e fora carpinteiro. Envolveu-se com a política e tornou-se agenciador de pessoas que participavam de comícios, tanto para ajudar como para atrapalhar os candidatos, com o intuito de garantir a alguns a vitória e a outros, a derrota. Lucrecio era protegido por políticos, desfrutava de certa imunidade para cometer alguns delitos e julgava-se acima da lei. É possível que Lima Barreto tenha se inspirado em tipos reais existentes no início da República para compor essa personagem.

Naquele momento, ser cidadão era o mesmo que estar articulado com algum político. Das poucas pessoas que votavam, a maioria tinha seus votos falsificados. Nesse sentido, Carvalho (1987) aponta que

(...) em população de um milhão, deputados se elegiam com um ou dois mil votos. Destes pouquíssimos, a maioria era falsa. Votavam defuntos e ausentes e as atas eram forjadas. Ninguém mais se escandalizava, pois todos sabiam que “o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma a sério”. O Congresso assim formado “não merece a confiança do povo que por isso desinteressa da sua escolha e composição”. (CARVALHO, 1987: 89)

Assim como faltavam eleitores, também faltavam partidos. No início da República, muitos partidos operários tentaram se organizar, mas não tiveram grande sucesso. Nem mesmo os partidos socialistas liderados por intelectuais de classe média tiveram êxito e muito menos os partidos formados pela classe alta tiveram vida longa.

O povo brasileiro não aceitava regras, era uma população demasiadamente difícil de lidar, fragmentada socialmente, que não se sujeitava à disciplina de partidos únicos. Essas pessoas não se importavam em organizar-se politicamente. Manifestavam-se por meio de greves, de arruaças, de movimentos de natureza quase revolucionária. Mas, na maior parte do tempo, dedicavam-se a outras atividades. Do governo, só queriam que os deixassem em paz.

Nesse contexto, os militares tiveram um papel importante, principalmente, por ajudarem a derrubar a Monarquia com o intuito de salvar a honra do Exército. Não possuíam uma visão consistente do que seria verdadeiramente a República, a não ser pela convicção de

que o Exército apresentaria um papel de maior destaque do que aquele representado no Império. Para se entender essa questão, é necessário voltar um pouco no tempo.

Dom Pedro II era um paisano, um civilista. Tinha muito receio da presença dos militares nas decisões de alto escalão do Império e, por isso, preocupava-se em mantê-los afastados politicamente. Isso deu certo durante um bom período porque o exército brasileiro era uma instituição amadora, desorganizada, sem profissionalismo e presença de categorias.

Depois da guerra com o Paraguai, que ocorreu de 1864 a 1870 e culminou com a vitória do Brasil, emergiu um novo exército que queria ser ouvido e que passaria a exigir o direito de participar politicamente dos assuntos do país, o que foi sistematicamente negado por Dom Pedro.

Desse modo, o que nasceu com o fim da guerra foi um espírito salvacionista de um exército que lutou pelo Brasil na Guerra do Paraguai. Assim, as forças armadas passaram a se posicionar como a única instituição brasileira capaz de salvar a nação em um momento de perigo.

Como a Monarquia se recusou a dar espaço aos membros do quartel, aos poucos o exército, sobretudo o baixo oficialato, enxergou na República uma possibilidade de participação maior na vida política do país, diferente da que tiveram no Império.

A Primeira República ficou também conhecida como República dos coronéis, referência dada à antiga Guarda Nacional, representada, em maior parte, por proprietários rurais. Nesse universo havia um misto de compadrio e nepotismo, o ardor militar coibia a população por meio de ordens e da morte aos que desobedeciam às regras. Quanto a essa questão, Fausto (2012) assevera que

o coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. (FAUSTO, 2012:149)

Tais fatores vieram dos tempos da Colônia e perduraram na Primeira República com grande soma de poder aos chefes políticos e aos coronéis, que compravam os votos dos eleitores em troca de favores, como um cargo de professora, uma vaga no hospital ou até mesmo um simples par de sapatos. Era um lugar de mandos e desmandos, como descreve Queiroz (2000):

Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira. A pergunta: “Quem é você?” recebia invariavelmente a resposta: “Sou gente do coronel fulano”. Esta maneira de redarguir dava imediatamente as coordenadas necessárias para conhecer o lugar sócio-econômico do interlocutor, além de sua posição política. (QUEIROZ, 2000:156)

Dessa forma, o coronelismo apresentou diferentes marcas sociopolíticas, dependendo da região do país. No interior do Nordeste e, em torno do rio São Francisco, criavam suas próprias forças militares, verdadeiras nações de coronéis, que davam ordens à população, muitas vezes, fragilizada e à mercê das imposições feitas pelos poderosos. Já em Estados mais importantes, os coronéis dependiam da máquina do governo e do Partido Republicano.

Naquele universo, a quebra de barreiras e a mistura de mundos tão distintos foi modelando a face do país, abrindo caminhos, conquistando novas ideias e comportamentos na República que se formava. No entanto, na política, não se pode dizer o mesmo. O povo continuava ausente, apático, inoperante, característica que não só cabia aos brasileiros, mas à grande maioria da população das metrópoles latino-americanas.

## **2.7 Educação anarquista: o caminho da libertação na primeira República**

Antes de discutirmos a educação ácrata, é fundamental fazer uma breve exposição da educação na Primeira República. Num primeiro momento, foram poucas as mudanças entre o período imperial e o republicano. A escola ainda era um privilégio para poucos, geralmente quem frequentava os bancos escolares eram os filhos dos fazendeiros ou de funcionários de altos cargos públicos.

O modelo educacional seguia os moldes europeus. Escolas públicas, particulares e religiosas foram construídas nesse período. Ocorreram sucessivas reformas educacionais que variavam entre a influência humanística clássica e a cientificista. Ao mesmo tempo, afluíam os ideais da Escola Nova em oposição à escola tradicional, livresca e intelectualista. Dessa forma, o foco central dessa Pedagogia Nova seria o aluno: (...) “da ação do professor, passou-se a pensar na ação do aluno, no como poderia chegar à aprendizagem”. (FERREIRA, 2001:95)

Com propostas semelhantes aos escolanovistas, surge no cenário nacional o movimento anarquista, trazendo contribuições inestimáveis para a reflexão acerca da

educação brasileira no primeiro quartel republicano. Eles acreditavam que por meio do ensino derrubariam os valores da burguesia e implantariam a solidariedade humana.

O movimento chegou ao Brasil trazido pelos imigrantes espanhóis e italianos que, organizados em sindicatos e federações, lançavam suas ideias junto à classe dos trabalhadores urbanos. No entanto, era difícil a divulgação através de boletins e jornais, que precisavam ser lidos em voz alta, uma vez que o país era composto por uma população com 85% de analfabetos. Dessa forma, tornava-se necessário criar espaços educativos próprios, onde os operários e seus filhos pudessem ter acesso a um conhecimento formal, temperado pelo ideal ácrata. Assim, entre 1885 e 1925, foram criadas, com o apoio financeiro dos sindicatos, instituições escolares anarquistas.

A primeira delas foi a Escola União Operária, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em 1906, surgia, em Fortaleza, no Ceará, a Escola Germinal; em 1908, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, a Escola Livre. Posteriormente, em 1912, a Escola Operária 1º de Maio e as Escolas Modernas nº1 e nº2, em São Paulo. Houve uma tentativa de ensino superior com criação da Universidade Popular de Ensino (Livre), em 1904, no Rio de Janeiro, mas foi fechada em poucos meses.

Os temas referentes à educação e à cultura eram muito valorizados e considerados pelos militantes instrumentos fundamentais que levariam o indivíduo ao comando de sua própria vida. A luta por uma educação libertadora, de qualidade a todos os cidadãos e não somente a uma minoria burguesa, vem de longa data, inicialmente com as indicações metodológicas do francês Charles Fourier (1772-1837)<sup>17</sup>, passando por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)<sup>18</sup>, Mikhail Bakunin (1814-1876)<sup>19</sup>, Leon Tolstói<sup>20</sup> (1828-1910), Paul Robin (1837-1912)<sup>21</sup>, Sebastian Faure (1858-1942)<sup>22</sup>, Francisco Ferrer (1859-1909)<sup>23</sup>, estudioso que inspirou Otílica como educador.

---

<sup>17</sup> Filósofo, economista e político francês, Fourier foi um dos mais radicais representantes do socialismo utópico da França. Defendia a existência de uma ordem social natural, paralela à ordem física do universo. Para ele, a distribuição dos bens seria de acordo com a necessidade, e a educação deveria se adaptar às tendências naturais de cada criança.

<sup>18</sup> Proudhon, filósofo econômico-político, membro do Parlamento Francês e um dos maiores teóricos do anarquismo, defendia que o trabalho assalariado capitalista era uma posição voluntária de subordinação e exploração, uma condição permanente de obediência.

<sup>19</sup> Teórico político russo, Bakunin foi um dos mais importantes nomes do anarquismo em meados do século XIX.

<sup>20</sup> Além de sua fama como escritor, Tolstói foi um dos grandes mestres da literatura russa do século XIX. Suas obras mais famosas são *Guerra e Paz* (1865-1869) e *Anna Karenina* (1875-1877). Na velhice, tornou-se um pacifista, pregando uma vida simples e em proximidade à natureza.

<sup>21</sup> Robin, pertencente à corrente libertária da pedagogia que preconiza a Educação como transformadora social, foi o idealizador do projeto pedagógico conhecido por ensino integrado.

<sup>22</sup> Ativista libertário e anticlericalista francês; fundou a escola A Colmeia, cuja pedagogia era por ele considerada indutiva e estimuladora do autodidatismo.

<sup>23</sup> Pensador anarquista catalão; criou a Escola Moderna e desenvolveu a pedagogia libertária.

As propostas pedagógicas desses intelectuais surgiram devido ao nascimento do capitalismo e à expansão industrial, a fim de despertar reflexões sobre as péssimas condições de trabalho a que era submetida a população pobre, com o propósito de formar pessoas livres e igualitárias, buscando acabar com a dominação e a exploração que sofriam.

O mesmo ocorreu no Brasil no início do século XX, com a criação das escolas racionalistas, dos centros de cultura e de estudos sociais, e das bibliotecas populares. O ensino anarquista deveria ter como alicerce a contestação do capitalismo e o fortalecimento político do proletariado, princípios que não existiam na educação formal.

Os revolucionários acusavam a elite e a Igreja de monopolizar o poder, utilizando a instrução conservadora de suas escolas como instrumento para manter a população na mais absoluta ignorância. Pensavam que era preciso realizar transformações profundas que só viriam através de um ensino científico, capaz de despertar nas pessoas o senso de racionalidade para se tornarem seres pensantes e não indivíduos manipulados pelo poder. Dessa forma, deveriam ser excluídas das escolas as atividades de memorização, os concursos, os exames, os prêmios e os castigos em virtude da implantação de uma proposta educacional libertária.

Essas ideias tinham origem no método racionalista do espanhol Francisco Ferrer y Guardia, idealizador da Escola Moderna de Barcelona. Segundo o estudioso, a criança deveria ser o centro do processo educacional e o professor um mediador responsável por problematizar a realidade, unindo a teoria e a prática. Não seria apropriado haver distinção social ou de gênero: meninos e meninas, pobres e ricos ocupariam o mesmo espaço na sala de aula. Acreditava que, por meio da ciência, o indivíduo pudesse ser capaz de se libertar da dominação imposta pelo Governo e pela Igreja. A educação teria, ainda, a prioridade de conscientizar os alunos sobre as questões políticas, humanitárias e antiestatais pregadas pelos anarquistas, um processo inovador que buscava a valorização do indivíduo e o seu desenvolvimento humano e intelectual. A nova escola proposta pelo educador seria um instrumento de combate, de enfrentamento, de ação revolucionária que acabaria com o agente responsável pelos males sociais: a ignorância.

A teoria do espanhol despertou a fúria dos governantes de seu país, pois não tinha o objetivo de apenas criticar a pedagogia tradicional, mas de afrontar o poder constituído. Nesse contexto, Ferrer foi preso e muitos foram os protestos pela sua libertação, mas de nada adiantaram: em 1909 acabou sendo fuzilado.

No Brasil, as escolas ácratas seguiam o mesmo modelo das escolas libertárias existentes na Europa. Apresentavam em seus currículos as disciplinas: gramática, leitura,

caligrafia, aritmética, geometria, história, geografia, botânica, geologia, mineralogia, física, química e desenho, além de sessões artísticas e conferências científicas. A proposta educacional estava em sintonia com o método racionalista do espanhol. Em datas especiais para o movimento, os alunos participavam de eventos operários como os que aconteciam no dia 18 de março, em comemoração à Comuna de Paris<sup>24</sup>, 1º de maio, em homenagem aos mártires da execução de Chicago<sup>25</sup> e 13 de outubro, data da morte de Francisco Ferrer.

Com as greves gerais ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1917 e 1919, os revolucionários passaram a ser alvo da repressão do Governo e da Igreja Católica. Muitos militantes estrangeiros foram expulsos do país, tiveram suas escolas fechadas e seus professores acusados de incentivarem a revolução social.

Os governantes diziam que o anarquismo era uma planta exótica, vinda da Europa, que não teria clima favorável para se desenvolver no Brasil. No entanto, os manifestantes não deixaram de lutar pelo fortalecimento das relações de amor e de solidariedade, pela distribuição do desenvolvimento material, moral e intelectual e pelo bem estar de todos os cidadãos.

É nesse universo que José Oiticica buscava elementos para pregar seus ideais políticos e educacionais, como elucidados no próximo capítulo.

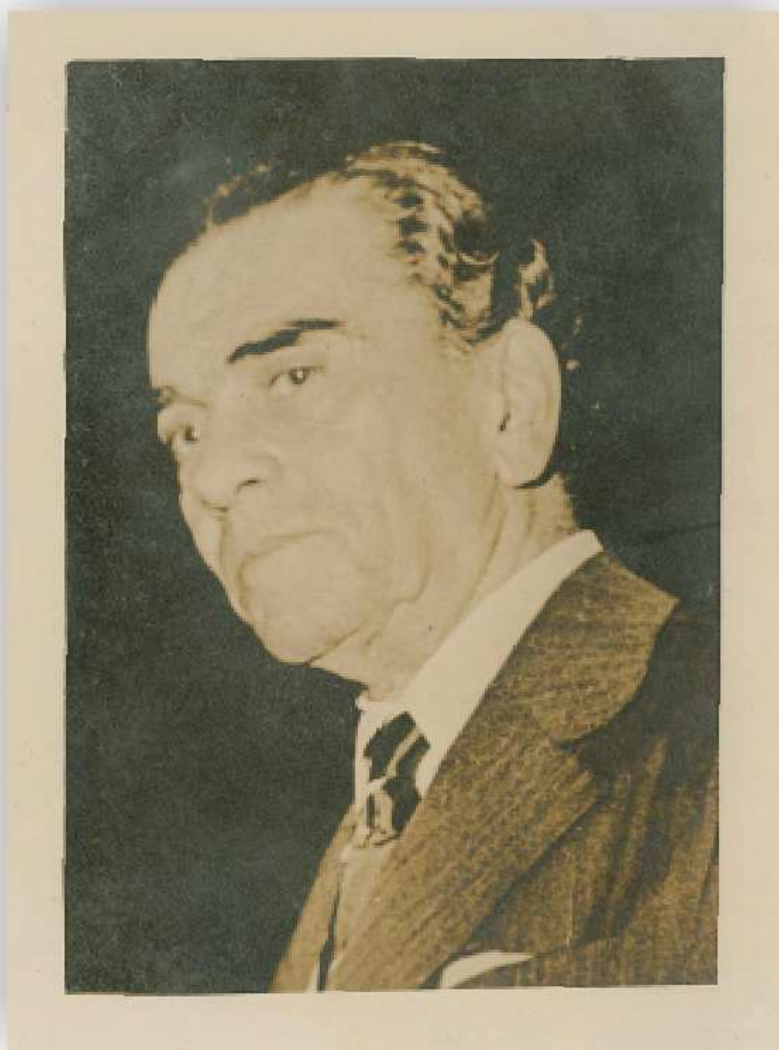
---

<sup>24</sup> A Comuna de Paris, em 18 de março de 1871, foi uma insurreição popular que gerou o primeiro governo operário da história.

<sup>25</sup> Os Mártires de Chicago foram operários executados no dia 1º de maio de 1886 por lutarem pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

## CAPÍTULO 3 JOSÉ OITICICA: JORNALISTA, MESTRE ANARQUISTA E AUTOR

Figura 1. Retrato de José Oiticica



### 3.1 Os caminhos traçados por José Oiticica

José Rodrigues Leite e Oiticica nasceu em 22 de junho de 1882, em Oliveira, Minas Gerais, época em que seu pai ocupava o cargo de juiz na cidade. Aos três anos de idade mudou-se com a família para o Engenho Riachão, em Maceió, Alagoas, para uma propriedade deixada de herança a seu pai por seu avô paterno, o Coronel Manoel Rodrigues Leite da

Costa, que substituiria o sobrenome “da Costa” por “Oiticica” em homenagem ao nome de uma árvore da flora brasileira, dando início à genealogia da família.

A propriedade foi o lugar onde o autor passou parte de sua história e que lhe serviu de inspiração para alguns de seus textos, como estes sonetos que retratam os momentos vividos naquele lugar quando ainda era criança.

### **As lembranças**

Riachão! Avisto o engenho hoje parado  
E a Casa Grande junto à capelinha  
O alambique, o ingazeiro, a água, o cercado  
Quase tudo o que outrora me entretinha.

Quase tudo! Não vejo mais o gado  
O bambuzal, a casa de farinha  
Não sinto agora o cheiro do melado;  
A bica d'água em vão corre sozinha.

Foram-se cambiteiros, fôrmas, cana...  
Cresce o capim na antiga bagaceira  
E o gongo mal nas pernas espadana

Ouçó o rumor soturno da banheira  
E sinto a minha vida, a vida humana,  
A fugir-me sem que eu queira  
(Oiticica, José. Rio, 1-1-1918)

### **Mundaú**

Mundaú. Eis a ponte de madeira  
E os pés de cana fístula na estrada  
O rio tardo, os mulungus à beira;  
Sob a ponte morcegos em revoada.

Toda várzea, ao cair da tarde, cheira.  
Chiam carros ao longe  
A casa amada espera e a igreja sobranceira  
Surge branca na luz que se degrada.

O cavalo vai sôfrego e eu sonhando  
A arapuca, os sanhaços, a almanjarra.  
Coisas de um tempo que nem sei mais quando.

Afora o pé de oiti velho amigo,  
Chorando junto à usina a que se agarra  
As horas idas que vivem comigo.  
(Oiticica, José. Rio, 1-1-1918)

É possível perceber um certo ar de nostalgia e lamento nos versos devida à inoperância do engenho, refletida na paisagem, nos sons e nos cheiros do campo, um ambiente que trazia ao autor as lembranças de seu passado.

José era o quarto filho dos sete de Francisco de Paula Leite e Oiticica e de Adélia Leite e Oiticica. Ele e seus irmãos foram estudar na escola unitária do professor José Estevão, em Maceió, já com algum conhecimento das primeiras letras que lhes foram ensinadas por sua mãe.

Em 1888 a família de Oiticica mudou-se para o Rio de Janeiro em virtude do cargo de deputado para a Constituinte que seu pai viria a assumir. No mesmo ano foi matriculado no internato do Colégio São Luiz Gonzaga, em Petrópolis, instituição católica dirigida pelo padre Ernest Ledue. Posteriormente, fez o curso ginásial como aluno interno durante três anos no Seminário Arquidiocesano de São José, localizado aos fundos da atual Biblioteca Nacional e da Justiça Federal, no centro do Rio de Janeiro, de onde foi expulso por se rebelar contra as ordens de um padre-mestre, tendo que concluir os preparatórios<sup>26</sup> no Colégio Paula de Freitas, no Rio. A seguir, foi estudar desenho no Anexo à Escola Politécnica, no mesmo período em que ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife e depois na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro no curso de direito, que concluiu em 1902.

No quarto ano da graduação em Direito, teve contato com as disciplinas de Higiene Pública e Medicina Legal que lhe despertaram a curiosidade sobre o corpo humano. Assim, desencantado com a profissão de advogado e interessado pelas ciências naturais, foi estudar Medicina cujo curso realizou, com intervalos, até o terceiro ano. Em seus livros, artigos e ensaios jornalísticos eram comuns textos que continham temas referentes às ciências naturais e sociais, como aparece no manuscrito biográfico do autor:

(...) no quarto ano, o estudo de Medicina Legal [mostrou-lhe] a necessidade de conhecer as ciências naturais levando-o a matricular-se na Faculdade de Medicina [a qual], cursou com grandes interrupções, até o final do 3º ano<sup>27</sup>.

Não houve interesse em continuar os estudos para se tornar um médico, mas dessa experiência levou para sua vida a adesão ao vegetarianismo, à medicina natural e a homeopatia. Até o fim de sua existência, absteve-se de comer qualquer espécie de carne, de

---

<sup>26</sup> Conforme o relato existente na historiografia anarquista, a transferência de uma instituição de ensino religiosa para uma laica é descrita como marco para as atitudes libertárias de Oiticica. Sobre essa questão ver Neves (1970:8) e Rodrigues (1993:35).

<sup>27</sup> Manuscrito biográfico do acervo pessoal de José Oiticica, encontrado na Tese de Doutorado de Figueira (2008:21) intitulada *A trajetória de Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*.

consumir bebidas alcoólicas e de fumar. Não acreditava na medicina oficial, preocupada em apenas tratar os sintomas e não em descobrir e curar as causas das enfermidades. Para ele, as instituições médicas tinham vínculos financeiros com os laboratórios farmacêuticos, produtores de remédios que intoxicavam e matavam os pacientes sob o pretexto de curar.

O estudioso foi incentivado a aderir a esse estilo de vida pelo médico e professor da Faculdade de Medicina, Floriano Lemos, que também foi seu companheiro de trabalho no jornal *O Correio da Manhã*. No fim da década de 1920, fundaram o *Boletim Científico*, que, posteriormente, ficou sob os cuidados de Floriano e passou a ser chamado de *Crônica Científica*.

José Oiticica sofreu influências familiares quanto às suas escolhas profissionais, como o curso de Direito, o aprendizado de idiomas e o gosto literário pela poesia e pelo teatro. Tendo o núcleo familiar como seu primeiro lugar social, o autor fazia parte de um universo de pessoas letradas que colaborariam para que ele se tornasse um homem diplomado, futuro representante do poder e portador de um lugar de prestígio na sociedade.

Quem buscasse a formação superior deveria escolher uma das profissões liberais<sup>28</sup> oferecidas no século XIX: médico, engenheiro ou advogado e tinham oportunidade de pleitear a ocupação em cargos públicos, como aconteceu na família de Oiticica. Seu avô paterno, médico e senhor de engenho, mandou seu único filho para Recife com o objetivo de cursar Ciências Jurídicas e Sociais, e, ainda, dedicar-se ao estudo de línguas, uma prática bastante comum nas famílias da elite agrária. Quando formado, exerceu as funções de Chefe de Polícia, Promotor Público, Juiz Municipal, Deputado Provincial e Senador da República. Havia, ainda, os seminários episcopais para aqueles que quisessem seguir a carreira eclesiástica, e os seminários militares, para os que escolhessem ser membros da Marinha ou do Exército.

Há muitos aspectos comuns entre o protagonista deste trabalho e seu pai, mas foram as diferenças de formação e atuação que mostraram a divergência na trajetória escolhida pelos dois. Francisco Oiticica optou pela magistratura, pelos cargos políticos; seu filho destacou-se como jornalista na imprensa acadêmica e na grande imprensa, publicando crônicas, artigos, sonetos e duas peças de teatro: *Dona Clara Camarão* (1877) e *Pai* (s/d). Não seguiu nenhuma profissão vinculada ao Direito, preferiu enveredar-se pelos estudos filológicos, pela produção

---

<sup>28</sup> Ingressar nos cursos superiores existentes no país era privilégio de poucos, destino traçado para a formação dos filhos das famílias de posses, visto que lhes daria futuramente o tão sonhado “anel”, a oportunidade da formação bacharelesca, mesmo que fosse incerta a atuação do jovem na área de estudo escolhida. Na verdade, o que importava, era o desfrute de depauperado prestígio social. (Cf. FIGUEIRA, 2008).

de livros didáticos, de opúsculos e de ensaios sociológicos, tornou-se professor e militante anarquista, como aparece na pesquisa de Figueira (2008):

Os rumos tomados por José Oiticica em sua trajetória social foram constituídos por debates, pelas discussões, entraves e ações na militância anarquista, pelos estudos na área da língua portuguesa, pela sua produção literária e por sua incursão no jornalismo. Atividades estas feitas por escolhas próprias, que o distanciaram de “qualquer ramo do Direito”. Para ele o enfrentamento das questões sociais era incompatível com as atividades de um jurista. (FIGUEIRA, 2008:32)

Oiticica firmou sua imagem na militância anarquista, marcando sua trajetória em debates com importantes figuras do cenário político e intelectual nacional e como cronista da imprensa social. Escreveu uma carta contra Rui Barbosa publicada na primeira página do jornal *Correio da Manhã*, no dia 26 de fevereiro de 1918, em que declarava a sua aversão ao Direito e protestava contra o apoio dado por Rui à candidatura de Evaristo Morais, político que vendia uma imagem de socialista disposto a lutar pelos trabalhadores, postura que nada agradava aos grupos libertários, pois pregava uma verdade inexistente. Desse modo, o intelectual externou suas angústias e críticas na carta, assim como descrito em Neves (1970:46):

Carta aberta ao Sr. Dr. Rui Barbosa

Extraordinário mestre!

Desde os quinze anos, habituei-me a ler tudo quanto V. Ex<sup>a</sup> escreve ou diz, (livros, discursos, conferências, pareceres, artigos), acompanhando o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> da campanha abolicionista à civilista, das lições de *Calkins* às Finanças da República, do prefácio de *Guliver* às *Cartas de Inglaterra*, de *O Papa e o Concílio* ao parecer sobre o ensino, do célebre artigo *Pornéia* à série da *Liquidação final*, à famosa *República*, à conferência de Buenos Aires, etc, etc (...) A pena de V. Ex<sup>a</sup> não tem *sub-sole* maior culto que o meu. Sou o venerador sincero do estilo terso do polemista, e o demonstrei publicando, aos vinte anos, alguns artigos de análise, não me lembra em que jornal. A resposta de V. Ex<sup>a</sup>, no Senado, ao Dr. Ramiro Barcelos, é uma das páginas mais admiráveis que conheço, sem igual em qualquer literatura, e cada artigo de fundo de V. Ex<sup>a</sup> é um modelo de arte.

Esse culto é tanto mais honroso para mim, quanto somos, em tudo o mais, diametralmente opostos: V. Ex<sup>a</sup>, apesar do prefácio ao livro de Jânus, é católico, apostólico e romano, não sei ainda por que não conde papal; eu, herege e, não sei por que, ainda não excomungado. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi, é e será político, eu sempre detestei, detesto e detestarei a política; V. Ex<sup>a</sup> é homem do Direito, das leis, advogado incomparável, eu anti-jurista, sujeito para quem a fonte das desgraças é o direito, e um dos malfeitores da sociedade o advogado; V. Ex<sup>a</sup> resumamos, é republicano ou monarquista (não sabemos bem, nem eu nem V. Ex<sup>a</sup>), em todo caso conservador, amigo do Estado, defensor da *ordem legal*, anti-socialista; eu, nem republicano, nem monarquista, nem democrata, vendo como vejo na *ordem legal a compreensão legal*, na democracia, a seleção das incompetências.

(Oiticica, 1918: 1)

O texto publicado no Correio da Manhã critica a posição política (republicano ou monarquista) e o conservadorismo católico de Rui Barbosa. Frise-se que o estadista baiano foi politicamente um doutrinador e reformador social, mormente, quando, deputado por seu Estado, entre 1881 e 1886, ocupava a relatoria da Comissão de Instrução Pública da Câmara Imperial. Então, em 1882, apresentou parecer sobre a reforma do ensino, conforme decreto imperial de 19 de abril de 1879, junto ao projeto intitulado “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”. Esse estudo mereceu ser proclamado na Europa como o mais considerável de todos os até ali existentes na história do parlamento brasileiro. Rui queria o desenvolvimento do ensino primário na maior extensão; defendia a elevação do ensino secundário em novas bases; queria mesmo, antecipando-se de muito à tendência dos anos quarenta do século XX, que o então liceu Pedro II mantivesse cursos de bacharelado, ao lado de outros, de caráter técnico-profissional.

Na continuação da carta, Oiticica faz uma reflexão sobre o trabalho escravo, as injustiças sociais e os conflitos do capital *versus* trabalho, questões que o incomodavam e aumentavam o distanciamento entre os dois intelectuais:

(...) ouso inquirir de V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: “Quem sustentava V. Ex<sup>a</sup> enquanto estudava no colégio e na academia? “Meu pai”! dirá V. Ex<sup>a</sup>. E eu contesto: “Não. O pai de V. Ex<sup>a</sup> pagava o colégio, a academia, vestia V. Ex<sup>a</sup>, comprava livros, gastava dinheiro. Dinheiro é riqueza, representação social da *riqueza produzida pelos trabalhadores*. Enquanto V. Ex<sup>a</sup>, felizardo, estudava, desenvolvia o seu espírito, milhares de crianças sem pai rico não podiam estudar, e não podiam estudar porque a sociedade os obrigava a trabalhar, para viver, nas oficinas, nas fazendas, nas senzalas. É verdade: no tempo de V. Ex<sup>a</sup> estudante e acadêmico, era a senzala, o negro escravo, os molequinhos que não tiveram a fortuna de nascer brancos como V. Ex<sup>a</sup> e filhos de homem rico ou influente. V. Ex<sup>a</sup> se educou com as mortificações desses desgraçados, com o sangue do proletariado negro que sustentava os senhores déspotas. Conheço tôda a campanha de V. Ex<sup>a</sup> pela abolição. Confesso que me dá a impressão de uma defesa apenas de jurista que se envergonha de ver a escravidão porque os juristas a condenaram, as leis burguesas a repelem, os Estados a repudiam. Não vejo o homem que se sente e se revolta. Exatamente como agora, V. Ex<sup>a</sup> reconhece certas reivindicações porque os tratadistas as proclamaram, depois da ameaça coletiva dos trabalhadores, os parlamentos as aceitaram por não ter remédio, os capitalistas as toleram para evitar maior mal. Pois os trabalhadores de hoje são os escravos de ontem. Êles continuam a manter V. Ex<sup>a</sup>, a trabalhar para V. Ex<sup>a</sup>, para os filhos de V. Ex<sup>a</sup>, para os netos de V. Ex<sup>a</sup>. São eles as mãos fabricadoras de tudo quanto concorreu para que V. Ex<sup>a</sup> desse aos filhos regalo e repimpamento. Enquanto os netos de V. Ex<sup>a</sup> vão à escola, ao colégio caro, ao cinema, a Petrópolis, os netos dos ex-escravos vão para a oficina, para as obras, para o eito, produzir essa riqueza que V. Ex<sup>a</sup> adefere defendendo os Guinles ou os Matarazzos. V. Ex<sup>a</sup> nem sequer pesquisa a origem dos cabedais a defender, frutos, em geral, da fraude e da torpeza. V. Ex<sup>a</sup> patrocina, com o mesmo sangue-frio ou o mesmo calor profissional, o óbulo da viúva e a extorsão dos *Mãozinhas* ladravazes. Contanto que os *documentos* estejam limpos. V. Ex<sup>a</sup>, em suma, extorque aos parasitas o que os parasitas roubam aos trabalhadores. (...) V. Ex<sup>a</sup> dá mão forte ao Sr. Evaristo de Moraes, e faz bem. Os operários vêem nisso o apoio justo de um legista ao colega recém-formado. Desgraçadamente, é quase certo que os operários brasileiros,

analfabetos quase todos, se apalermem diante dos conselhos mansos de V. Ex<sup>a</sup> e votem no Sr. Evaristo de Moraes. Pagam assim os *habeas-corpus* e mais serviços grátis. Sou de V. Ex<sup>a</sup> admirador sincero e perigoso, José Oiticica.

(Oiticica, 1918: 1)

Oiticica revelava-se irritado com as posturas política e social eleitas por Rui, um homem cujo gabarito intelectual era notável. Com relação à primeira posição, tanto Rui quanto Oiticica exerciam um direito: este em rebelar-se contra a defesa feita por aquele da candidatura de Evaristo de Moraes, advogado, então, com quarenta e sete anos de idade, tido como defensor dos fracos e pobres.

Com o apoio ao colega de profissão, Rui não almejava possível cargo público, uma vez que, naquele início do ano de 1918, em carta ao amigo Alfredo Ellis, o jurista baiano confessava não aspirar nada, nada querer

aqui ou no exterior, no Senado ou na política brasileira, além da minha simples cadeira de senador, onde, há vinte e três anos, marco passo, modesto cabo de esquadra ou sargento da República, muito satisfeito de minha subalternidade, cadeira que espero não tardarei muito em deixar a um sucessor, que lhe saiba dar utilidade e lustre. (SALOMÃO, 1965:2)

De outro giro, nas questões sociais, Rui surge como um dos vanguardeiros da causa abolicionista, vitoriosa em 1888. Assim é que, em 1884, no projeto de lei dos sexagenários, nº 48, na Câmara Imperial, o então deputado baiano regulava não apenas a assistência aos escravos, como o próprio trabalho dos libertos, o respectivo contrato, a solução entre empregados e empregadores, no serviço agrícola.

Por fim, na segunda década do século XX, dirigindo-se às classes conservadoras, disserta: “Grave erro seria o de pormos a uma parte o operário, a outra as classes conservadoras. Nestas, ao lado do patrão, está, com o mesmo direito, o obreiro” (LEME, 1965:24). Rui Barbosa sempre repetia, como princípio indisputável, uma passagem de Abraham Lincoln, em mensagem ao congresso dos EUA, em dezembro de 1861:

O trabalho precede o capital, e deste não depende. O capital não é senão um fruto do trabalho, e não chegaria nunca a existir, se primeiro não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital, e merece consideração muito mais elevada. (SALOMÃO, 1965:25)

Em vista disso, entendemos que a carta escrita por Oiticica não tinha fundamento, uma vez que Rui agia de modo oposto àquele exposto no jornal. Não podemos afirmar nada, no entanto, inferimos que entre eles havia um problema de ordem pessoal e não política.

Dessa forma, Oiticica disseminava seu ponto de vista ideológico e criticava a conduta de pessoas importantes ligadas ao cenário nacional. O meio pelo qual expunha suas ideias eram os jornais libertários, assunto que será tratado no próximo item deste capítulo.

### **3.2 Imprensa libertária: um espaço de reflexão e circulação de ideias**

No início do século XX, a produção artesanal dos jornais foi substituída pela produção gráfica, fato que tornou o preço do produto mais acessível à população, embora ainda atingisse uma pequena parcela de leitores, mas que contribuiu para a expansão da imprensa e do surgimento de um novo jornalismo. O texto literário deixou de ser escrito em linguagem muito formal e os jornalistas passaram a fazer uso de recursos linguísticos antes não muito usados, como as charges e os jargões. Desse modo, o jornal também servia como instrumento de reivindicações populares, acarretando o surgimento de muitos periódicos operários, como apresentado por Cruz (2000):

Buscando adequar-se às características plurinacionais da nascente classe operária, as folhas tipográficas vêm à luz em diversos idiomas (...) encontra-se uma profusão de artigos doutrinários dos teóricos internacionais do anarquismo e do anarco sindicalismo, de denúncias das condições de vida e trabalho na cidade, nas fábricas e oficinas, de convocação de assembleias e atividades culturais dos centros e sindicatos, de orientação dos movimentos grevistas, de combate à religião, de crítica às aversões da imprensa burguesa para os mais variados acontecimentos, à ação da polícia ou dos políticos burgueses. (CRUZ, 2000:128)

Era a voz do povo nos jornais, um discurso proveniente das “cidades das letras” que, por intermédio de militantes intelectuais, lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária. A imprensa tornara-se um espaço de reflexão e de circulação de ideias decorrente das transformações políticas, sociais e dos segmentos populares em virtude da modernidade que se espalhava pelo mundo.

José Oiticica escrevia em periódicos acadêmicos e em outros vinculados à grande imprensa, onde assumia livremente seu interesse pelas questões sociais. Produziu artigos para grandes jornais, como a *Cidade do Rio*, *O Mundo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *A Pátria*, mas não abandonou a imprensa libertária. Muitos de seus textos foram também publicados em jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, como em *A Lanterna* e *A Plebe*. Foi diretor da revista *A vida*, fundada em 30 de novembro de 1914, dirigida por ele e pelo médico Francisco Viotti, com a colaboração de Fábio Luz, Astrogildo Pereira, Orlando Correia Lopes, Hermes Fontes, Primitivo Soares e Efreim Lima, encarregados da redação.

Tinha, ainda, a ajuda de João Penteado e Adelino Pinho, todos militantes e simpatizantes do anarquismo.

Em 2 de agosto de 1919, fundou com Astrogildo Pereira o jornal *Spartacus*, que teve sua 24ª e última publicação em 10 de janeiro de 1920. Outra criação do estudioso foi o periódico *Ação Direta*, com seis exemplares publicados em 1929, mas precisou fechar o jornal porque foi convidado a lecionar na Alemanha. No entanto, no dia 10 de abril de 1946, o jornal reabriu suas portas e se tornou um dos poucos periódicos libertários existentes na imprensa do Rio de Janeiro, funcionando até a publicação de número 137.

Até o início de 1920, prevalecia entre os grupos participantes do movimento anarquista o apoio mútuo, vínculos que foram construídos conforme a identidade que os unia: atividades de militância sindical, de produção e circulação de periódicos, de realização de conferências anticlericais, de organização do teatro social, do cinema libertário e das escolas de ensino racionalista. Com a criação do Partido Comunista, alguns militantes próximos a Oiticica afastaram-se dele, como ocorreu com Astrogildo Pereira, antes, seu parceiro na direção de *Spartacus*, mas que se tornou, por divergências políticas, seu inimigo pessoal.

### **3.3 As rodas literárias da cidade das letras: um lugar de encontros culturais**

As rodas literárias que se realizavam na casa de Coelho Netto tinham a presença constante de José Oiticica e de outros intelectuais, como Hermes Fontes, Martins Fontes, Afonso Schimdt, Olavo Bilac e Ângela Vargas que preferiam reuniões mais reservadas àquelas que ocorriam nos cafés e livrarias da cidade do Rio de Janeiro.

No livro *Terras da Fantasia*, de Martins Fontes, o autor refere-se à casa do intelectual, apelidando-a de “Santa Casa de Coelho Netto” em homenagem à receptividade do amigo que abria as portas de seu lar não somente aos literatos renomados, mas também àqueles que buscavam um espaço para exprimirem a sua arte. Nesse sentido, Broca (2004) faz um relato:

(...) Ali predominavam a literatura, a cordialidade, e até mesmo uma certa semi-cerimônia. A casa (...) estava sempre aberta a todo mundo, aos plumitivos que vinham dos pontos mais distantes da província, com um manuscrito e uma carta de apresentação para o escritor, cuja fama corria o Brasil inteiro (...). As reuniões se davam geralmente aos sábados. Pelos corredores, nas salas e no jardim cruzavam-se figuras da nova e velha geração (...). Não eram só escritores: pianistas, violinistas, cantores moços e velhos, pintores, escultores, mestres e alunos da Escola de Belas Artes iam também à rua Rozo, onde surgia por vezes, um grupo como o da Flor de abacate, entre cantigas e reco-recos, numa ruidosa embaixada, para trazer a Coelho Netto o diploma de sócio benemérito. (BROCA, 2004:62-63)

Em entrevista cedida por Sônia Oiticica a Cristina Aparecida Reis Figueira, a filha do estudioso discorre sobre os saraus na casa de Coelho Netto e fala da proximidade existente entre seu pai e o autor.

(...) foi Coelho Netto quem batizou Vera e Viriato Correia era padrinho de Selma. Agora, papai e mamãe iam muito à casa de Coelho Netto. Eles faziam saraus, papai também fazia esses saraus em casa. [Neles compareciam] Ana Amélia, Rosalina Lisboa, Coelho Netto. Naquela época as poetisas eram muito consideradas, não eram poetisas, eram poetas. (...). Tanta gente ia, o Hermes Fontes, Martins Fontes. Os [irmãos] Fontes eram próximos. Coelho Netto, a Dona Gabi. Ela não ia muito, ela ficava com os filhos em casa, eram danados. Manoel Peres era próximo. Ele adorava papai, eram amigos mesmo. Esses saraus eram de 1920 e pouco ou 1930 e pouco. Tem uma história engraçada. Aconteceu lá na Rua Guanabara, 49. Nesta casa tinha uma escada e havia um quarto em que mamãe costurava e a sala de visitas, era um quarto escuro. E as meninas, minhas irmãs, eram terríveis. Elas se escondiam e ficavam ouvindo. Aí o Hermes Fontes começou a recitar: “Sim, meu amor, não, meu amor, sim meu amor”, no terceiro sim, meu amor e não, meu amor, elas deram aquela gargalhada. Meu pai ficou por conta e mandou todo o mundo dormir.<sup>29</sup>

Além de manter uma relação de amizade com essas pessoas, havia uma admiração profissional pelo trabalho que realizavam em prol da Língua Portuguesa, sentimento que pode ser verificado em sua obra *Manual de Estilo*, em 1925, onde o autor utiliza excertos de romances, contos e sonetos produzidos por Coelho Netto e Hermes Fontes, como modelos da arte do bem escrever.

Os laços de amizade e o trabalho com Afrânio Peixoto, Coelho Netto e Antenor Nascentes eram ligados à literatura e ao ensino da língua portuguesa. Com Manuel Curvelo e Fábio Luz, o contato advinha por partilharem as mesmas ideias, participando de eventos no teatro social e divulgando o anarquismo.

No decorrer de sua vida, o autor realizou diversas atividades, como o trabalho nas conferências de livre pensamento e a produção de peças teatrais. Como professor, iniciou suas atividades em 1903, ministrando aulas de História no Colégio Paula Freitas, a mesma instituição na qual cursou os estudos preparatórios. Nesse universo, tão cheio de divergências, preferiu romper com as “benesses” políticas e seguir a sua trajetória como catedrático e militante anarquista, mesmo que essas escolhas lhe trouxessem embates políticos com o Estado e a Igreja.

---

<sup>29</sup> Entrevista de Sonia Oiticica (nº 1), concedida à Figueira (2008:42) em 18-08-2006.

Em 1905 casou-se com sua prima Francisca Bulhões, com quem teve seis filhos: Vanda, Sônia, Selma, Laura, Dulce e José Rodrigues Leite e Oiticica Filho. Auxiliado por seu pai, no mesmo ano fundou o Colégio Latino-Americano<sup>30</sup>, no Rio de Janeiro, mas que precisou ser fechado por problemas financeiros. Partiu para Santa Catarina, onde permaneceu por cerca de três anos e depois retornou ao Rio<sup>31</sup>.

Em 1912 passou a frequentar a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, iniciando uma interlocução com Edgard Leurenrouth, diretor e editor de *A Plebe*, periódico anarquista de grande circulação. Dois anos depois criou, juntamente com Francisco Viotti, a revista *A Vida*, também de conteúdo libertário. Na juventude já demonstrava admiração pelo ensino racionalista do libertário Francisco Ferrer, o qual seria utilizado como tema em seu primeiro artigo escrito para a imprensa ácrata, intitulado *Francisco Ferrer e a Humanidade Nova*, publicado em 13 de outubro de 1912, em *A Lanterna*.

Em 1915 participou da Federação Operária, de tendência anarquista, destinada a atender trabalhadores manuais, intelectuais, assalariados ou que não tinham vínculos patronais. Dirigida por José Romero, tinha como sócios, além de Oiticica, Fábio Luz, João Gonçalves e outros intelectuais. Seus integrantes davam palestras e cursos a fim de melhorar o nível de instrução do proletariado. O sindicato também lutava contra o aumento abusivo dos aluguéis, do custo de vida e de melhores condições de trabalho para os menos favorecidos.

Nesse mesmo período, o Hotel York, em construção na Praça Tiradentes, esquina com as ruas Silva Jardim e Carioca, no Rio de Janeiro, ruiu, matando operários que trabalhavam na obra. A Federação uniu forças com os trabalhadores para ajudar no socorro às vítimas, porém quarenta operários morreram esmagados pelos escombros, devido à avareza de um construtor inconsequente.

Durante a greve geral no Rio de Janeiro, conhecida como insurreição anarquista, em 1918, Oiticica foi preso e deportado para o engenho da família em Alagoas, um lugar de felizes lembranças que agora se tornaria o cenário para o seu cárcere. Assim, a antiga casa paterna se transformaria em exílio, um espaço que, a partir desse momento, passaria a ter novos significados. No ano seguinte, ficou foragido na casa da anarquista e amiga Maria Lacerda de Moura, em Barbacena, Minas Gerais.

Em 1924, durante o governo de Artur Bernardes, Oiticica sofreu uma de suas mais longas prisões: foi detido no Colégio Pedro II sem ao menos saber o motivo pelo qual estava sendo preso. Após passar alguns dias na Polícia Central enviaram-no para a Ilha Rasa, onde

---

<sup>30</sup>Esse assunto será desenvolvido adiante.

<sup>31</sup>Esse momento da vida de Oiticica ainda será tratado neste capítulo.

ficou por um ano, depois o transferiram para a Ilha das Flores e em seguida para a Ilha do Bom Jesus. No trabalho de Rodrigues (1993:43), o autor discute essa passagem da vida do intelectual e apresenta um bilhete enviado por ele à sua esposa Francisca.

Zinha

Fui preso ao sair do Colégio Pedro II, sem saber dos motivos da prisão. Só depois tive notícia da revolução em São Paulo. Estou na Casa de Correção, onde sou muito bem tratado. Não tenhas cuidado. Manda-me roupa e juntamente as gramáticas que estão na saleta contígua à sala de visitas com os papéis do artigo que estou escrevendo. Não é preciso mandar o que está impresso e colado nas folhas de papel. Embrulha tudo, juntamente com Protocolos *des Sages de Sioux* que está na mesa de cabeceira, e a *Miragem* de Coelho Netto, que deve estar em cima da conversadeira. Manda avisar a Miss Southvel, explicando-lhe minha falta hoje à aula. Ela é inglesa e exige essas atenções.

No mais, beijos muito saudosos a ti e aos filhos.

Não sei até quando.

Cajusa.

Ele foi detido porque era um revolucionário, um anarquista. O governo tirou-lhe o direito de receber seu salário como professor do Pedro II e da Escola Dramática Municipal. Desse modo, foi necessário recorrer ao que hoje é chamado de *Habeas Corpus*, mas o recurso julgado em sessão de 27 de maio de 1925, não obteve o resultado desejado e o literato permaneceu preso. Posteriormente, conseguiu ser transferido para a Ilha das Flores, de onde escreveu uma carta ao Senador Bueno Brandão, como apresentado em Rodrigues (1993:46-47):

Ilha das Flores, 13-6-1925

Sr. Senador Bueno Brandão.

Em discurso de 10 do corrente, referindo-se V. Ex. a presos que assinaram documentos comprovatórios de maus tratos sofridos nas prisões, acentua que, entre os signatários, há *desordeiros, desclassificados e alguns anarquistas*.

Era meu propósito não retorquir à ofensa, pois não julgo mais digno ser senador que ser anarquista, porquanto se qualquer anarquista poderia ser senador, nem todo o senador poderá ser anarquista.

Como, porém, temos decidido, entre nós, não deixar sem pronta repulsa quaisquer insultos ou inverdades e isso para mostrar que estamos vivos, escrevo a V. Ex. estas linhas somente para agradecer a V. Ex. o favor que aos anarquistas involuntariamente fez.

Em primeiro lugar, mostrando-se V. Ex. tão intransigente inimigo dos anarquistas, chama sobre eles toda a simpatia nacional.

Em segundo lugar, deixa V. Ex. bem patente que pode V. Ex. ser tudo neste mundo, menos anarquista, pode haver desordeiros, vagabundos, dinamiteiros, assassinos, salteadores, etc., mas nunca, e de fato não há, nenhum Bueno Brandão.

Sem mais, sou de V. Excia,

Indiferente contemporâneo  
José Oiticica

Oiticica não se intimidava com os poderosos, falava o que pensava e agia conforme sua consciência. Nessa carta, faz uma crítica ao tratamento dado aos presos e à postura adotada pelas autoridades que julgavam ser melhores que o povo. Assinala que era mais digno ser um anarquista do que um senador da República, cargo que para ele, qualquer um poderia ter – o contrário de ser um anarquista – que só caberia a quem de fato tivesse a dignidade de sê-lo.

Depois de liberto, além da Igreja, da burguesia, dos políticos e do governo, adquiriu novos adversários como José Elias da Silva<sup>32</sup>, Astrogildo Pereira<sup>33</sup>, Roberto Morena<sup>34</sup>, João da Costa Pimenta<sup>35</sup>, Otávio Brandão<sup>36</sup>, além de outros que planejaram uma tentativa de assassinato contra ele, em 1927.

Três anos depois, surgiria no cenário nacional Getúlio Vargas, aparentemente um revolucionário, mas, que, na verdade, era um ditador. Durante seu governo mandou prender Oiticica por mais de uma vez, ocorrendo a primeira prisão na Sede da Liga Anticlerical, mas logo foi libertado. No entanto, em 1937, foi novamente preso quando saía da Faculdade de Letras do Distrito Federal, onde ministrava aulas de grego. No cárcere escreveu *O delíquio*, onde faz uma crítica ao comportamento amoral da política brasileira, como mostrado em Rodrigues (1993:48):

#### O delíquio

Vejo em torno ganância e servilismo  
Almas sem compostura e sem moral  
E eu, poeta ingênuo, anjo anarquista, cismo  
Esquecer uma nação neste lamal.

Política, interesse, parceirismo  
Dominam tudo e tudo levam mal  
Há protestos sem força neste abismo  
E nenhuma reação nobre e geral.

---

<sup>32</sup> José Elias da Silva - anarquista brasileiro de fins do século XIX e início do século XX. Juntamente com José Oiticica, Astrogildo Pereira, Manuel Campos, entre outros, foi um dos articuladores da Insurreição Anarquista de 1918 e do Partido Comunista Brasileiro, em 1922.

<sup>33</sup> Astrogildo Pereira Duarte Silva - escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro, em 1922.

<sup>34</sup> Roberto Morena - político brasileiro e importante militante do Partido Comunista Brasileiro, ao qual se filiou em 1924 e nele militou até a sua morte no exílio, durante a ditadura militar no Brasil.

<sup>35</sup> João Jorge Costa Pimenta - militante anarquista e, posteriormente, comunista e trotskista, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, em 1922 e da Liga Comunista Internacionalista, em 1931.

<sup>36</sup> Octávio Brandão Rego - político e ativista brasileiro, militante e teórico do Partido Comunista Brasileiro, influenciou uma geração de militantes de esquerda e foi responsável pela difusão dos conceitos marxistas no Brasil.

Fonte: [www.pt.wikipedia.org/wiki/](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/). Acesso em 6 de junho de 2015.

Que fazer desta indigna indiferença  
Deste delíquio, deste despudor  
Dessa vergonha para o que age e pensa?

Debalde movo o braço agitador!  
A inércia brasileira é muito extensa  
Para um só coração batalhador!

Mesmo encarcerado, o intelectual não deixava de aprimorar seus conhecimentos e não se esquecia de ser solidário com aqueles que necessitavam de ajuda. No trabalho de Rodrigues (1993:48), o autor apresenta uma das cartas que Oiticica enviou à sua esposa, no dia 19 de outubro de 1937.

Zinha

Estou bem disposto, como sempre.  
Preciso do seguinte:  
Livros: Moraes – Palmeirim, 1º vol. Na 2ª estante do escritório, à direita.  
Gilberto Freire – “Casa Grande e Senzala” na mesa do escritório.  
Fichas – há um pacote, embrulhado em papel verde, numa das gavetas da mesa do escritório à esquerda;  
Papel de música – Se a Dulce não precisar da Harmonia do Paulo, manda-me.  
Dei o meu pijama amarelo a um que precisava; manda outro.

Em outra carta escrita no dia primeiro de novembro de 1937, Oiticica pede à Francisca que utilize as economias da família para custear despesas domésticas e repete o gesto solidário, solicitando-lhe que ajude um companheiro de luta.

Zinha

Escrevo-te antes que chegues porque estou prevendo a tua vinda para buscar a procuração. Tenho palpite que suspenderão o pagamento como no tempo do Bernardes. Fala ao homem da rua Teófilo Ottoni, manda ele vender as apólices que estão em depósito. Pede-lhe que espere que eu saia. Fala também ao Tijuca-Mar. Tens o endereço no catálogo de telefone. Não te esqueças do Stefanovitch<sup>37</sup>, dá-lhe 100\$000 para o quarto e despesas por 15 dias.  
Concedem aqui, para barba, aparelho Gilette.  
Vai ao Pedro II e pede ao Procoro, da biblioteca, o livro *Memorial da Távola Redonda*, de José Ferreira de Vasconcelos e assina um recibo no livro de empréstimos.  
Meus objetos que ficaram na Polícia Central até agora não vieram. Não veio também o Stencil nem o papel de música<sup>38</sup>.

No decorrer de sua trajetória, mostrou-se um mestre no saber, na simplicidade e na bondade, ajudando a todos que o procuravam, lutando contra os exploradores do trabalho, os

---

<sup>37</sup> Anarquista russo que residia no Rio de Janeiro e recebia ajuda de Oiticica, que pagava sua comida e hospedagem.

<sup>38</sup> Trecho de uma carta manuscrita por Oiticica, publicada no livro *Os libertários* (1993:49), de Edgar Rodrigues.

usurpadores da liberdade e os manipuladores das leis. Foi um homem digno, um amigo fiel, um pai amoroso, preocupado com o bem estar da família quando esteve ausente, um ser humano tolerante e solidário que em momento algum se mostrou arrependido, revoltado ou desanimado (CF. FIGUEIRA, 2008).

### 3.4 O educador Oiticica e sua presença nas instituições escolares

José Oiticica fundou em 1905, no bairro do Leme, no Rio de Janeiro, o Colégio Latino-Americano, um estabelecimento educacional de iniciativa particular, com regime de internato e externato, que atendia crianças a partir dos sete anos de idade. Oferecia as disciplinas de Matemática, Física, Química, Francês, Inglês, História, Botânica, Zoologia e Fotografia com conteúdos curtos e rigorosamente sistematizados.

O método<sup>39</sup> consistia em trabalhar as lições partindo da mais simples à mais complexa, utilizando a prática para se chegar à teoria, privilegiando a observação e a realização de experiências para que o aluno fosse capaz de construir o próprio conceito daquilo que fora estudado. Não havia castigos ou punições, todos aprendiam juntos. Os mais adiantados ensinavam os novos, sempre sob a orientação de um professor que provocava neles a curiosidade e o prazer da descoberta do conhecimento. Nesse sentido, Oiticica (1948) descreve como eram essas aulas:

Os alunos novos iam sendo incorporados aos antigos e começavam a receber não lições do professor, mas dos companheiros que mandavam fazer o que tinham feito, até, pouco a pouco, se irem enfronhando na prática de laboratório. Ao mesmo passo, uma vez por semana, faziam experiências divertidas com explicações complementares: preparo de um voltâmetro, verificação experimental da fórmula  $H^2O$ , recomposição da água pela combinação explosiva dos dois elementos por eles mesmos compostos, etc. Os alunos tinham que depois escrever um relatório que era corrigido na redação, no estilo, nas observações consignadas. (...) tudo isso era obtido sem bulha nem matinada, sem castigo, brincando, pode-se dizer. (OITICICA, 1948:6).

Os procedimentos adotados na escola para respeitar o tempo de aprendizagem de cada um estimulavam a observação, induziam o aluno a buscar respostas e apresentar certezas, experiências implantadas por seu criador para que as crianças fossem levadas a pensar e a

---

<sup>39</sup> Oiticica seguiu a proposta do francês Edmond Demolins, que fundou em 1899 a *École des Roches*, na Normandia. Essa escola funcionava no campo, onde as crianças transitavam com liberdade e moravam em casas confortáveis semelhantes ao ambiente doméstico a fim de manterem a sensação de vida real. O objetivo dessa educação era operar nos indivíduos uma formação global que incentivasse a sociabilidade e a organização da vida comum. Era um modelo educativo antiburguês e libertário, o qual bania a autoridade da família, a tirania dos adultos e os métodos escolares conservadores, valorizando a livre iniciativa dos jovens.

raciocinar, propondo uma educação que viesse substituir o ensino enciclopédico, tradicional, utilizado pelas escolas do governo. Desse modo, Figueira (2008: 55) assinala que:

O interesse de Oiticica em fundar o Colégio Latino-Americano, em 1905, manifestou-se nessa ambiência quando se disseminava por toda a Europa um debate focalizado no tema da renovação educacional. Essa troca de ideias, embates, lutas veiculava-se por meio da circulação de livros, revistas, jornais em que os intelectuais e professores publicavam os seus ensaios, relatavam as suas experiências, confrontavam e construía suas práticas discursivas acompanhando os vieses das ciências naturais e sociais. (FIGUEIRA, 2008:55)

Em 1908, depois de fechar o Colégio do Leme, Oiticica foi trabalhar como Diretor do Colégio Municipal de Laguna, em Santa Catarina, durante dois anos. No mesmo período fundou o jornal *Correio do Sul*, mas, por desavenças com os dirigentes, acabou deixando a redação do periódico, retornando ao Rio de Janeiro, em 1910, em busca de trabalho para poder sustentar sua família. Nesse momento, conseguir um emprego fixo seria a garantia de uma remuneração mensal, já que os lucros obtidos como jornalista na grande imprensa não eram suficientes para pagar as despesas.

Segundo a pesquisa de Broca (2004: 285), “os jornais existentes no país pagavam os jornalistas por colaboração literária”. Esse tipo de trabalho, se comparado à publicação de livros era melhor, visto que o processo de profissionalização dos autores ainda era incipiente e poucos conseguiam publicar suas obras no Brasil.

Em 1914, foi convidado por Coelho Netto para ministrar aulas de prosódia na Escola de Arte Dramática no Rio de Janeiro. Enobrecido com o convite, escreve uma carta<sup>40</sup> ao amigo em agradecimento pela confiança a ele depositada.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 1914.  
Ilmo Director da Escola Dramática

Profundamente penhorado com o honroso convite que me fez V. S. para assumir a regência da cadeira de prosódia da Escola Dramática em substituição ao provector Professor João Ribeiro, respondo a V. S. agradecendo a confiança que em mim deposita e prontificando-me a secundar o nobre esforço de V. S. fazendo quanto em mim couber por não desmerecer de tão alta incumbência.

Aguardando as ordens de V. S.

Subscrevo-me

Admirado e obrigado

José Oiticica

(Correspondência passiva de Coelho Netto, Biblioteca Nacional, R.N: 2/1937)

---

<sup>40</sup> Ver Figueira (2008: 59).

Lá ficou por quatro décadas, mesmo com todos os problemas existentes na Instituição e o baixo salário que recebia como professor, assunto tratado pelo jornal *O Globo*, em um artigo publicado no dia 9 de abril de 1928:

O teatro, índice da cultura

Ora, quando considerarmos que o Rio possui uma escola dramática, e que essa escola arrasta uma vida imensamente precária, explicamos que não possa existir teatro no Brasil, ou pelo menos, compreendemos como um resultado da inexistência do teatro em nossa terra a precariedade da existência dessa escola ... Sabe-se que o Sr. Coelho Netto é o director do estabelecimento. E sabe-se também que allí são professores os srs. João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Fernando Magalhães, José Oiticica e sra. Ângela Vargas. (...) A Escola Dramática é uma causa esquecida pelos poderes públicos. Até agora, allias, os seus professores ganhavam menos do que os seus contínuos, os quaes tinham tido os vencimentos equiparados dos contínuos da prefeitura... O recente augmento do functionalismo municipal é que veio corrigir tão pitoresco escândalo<sup>41</sup>.

A Escola de Arte Dramática foi apelidada de “pardieiro” devido às precárias condições do prédio e à falta de materiais necessários para o trabalho dos professores. Por outro lado, tinha como diretor um dos autores mais lidos do Rio de Janeiro e mestres da mais alta qualidade.

Muitos dos alunos da instituição tornaram-se atores e atrizes do teatro social, provavelmente influenciados por Oiticica que, desde seu ingresso, participava do Grupo Dramático Anticlerical, convivendo próximo com autores, literatos e organizadores de espetáculos teatrais.

Precisava, todavia, de um emprego fixo para sustentar a família. Foi, então, que decidiu prestar concursos públicos. Em 1916, prestou concurso para a vaga de professor de português no Pedro II. Como já havia sido reprovado antes, não por ser incapaz de ocupar o cargo, mas por declarar-se anarquista, convidou o Ministro da Justiça Carlos Maximiliano para assistir às provas. A tese defendida por ele tinha por temática os erros linguísticos contidos nos livros de seus próprios examinadores. Fez uma grande apresentação e alcançou o primeiro lugar na prova, para desagrado dos conservadores e felicidade de muitas gerações que o tiveram como mestre, uma batalha memorável entre o saber e a mediocridade. Desse modo, Maximiliano não teve outra opção a não ser nomeá-lo catedrático do colégio modelo.

---

<sup>41</sup> O artigo, de autor desconhecido, foi publicado no jornal *O Globo*, em 09-04-1928 e faz parte do Arquivo Fernando de Azevedo, no Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, Universidade de São Paulo, USP: Localização: FA A3/143.

Carlos de Laet, católico praticante, adversário das ideias anarquistas e um dos atacados na tese, reconheceu a excelente exposição e nota obtida pelo candidato, erguendo-se de sua cadeira e discursando:

Não é possível que num país, como o Brasil, onde raros são os homens de valor, se pretenda reprovar um homem como êste, que acaba de demonstrar profundo conhecimento das questões gramaticais e filológicas, apenas porque professa pontos de vista divergentes dos nossos! Que têm a ver o anarquismo e o ateísmo do candidato com o assunto que aqui nos congrega? Não somos policiais nem membros do Santo Ofício para persegui-lo e julgá-lo, mas professôres e examinadores, e devo frisar que, embora discordando de vários de seus conceitos sôbre gramática e filologia, me satisfizeram plenamente as provas que êsse rapaz acaba de prestar e que revelam um talento e uma cultura invulgares na sua idade e, repito, no nosso país! É, não há dúvida, um jovem de grande talento e de grande cultura, de quem há muito a esperar! (NEVES, 1970: 12)

O documento que segue, encontrado no Nudom<sup>42</sup>, mostra a nomeação do intelectual:

---

<sup>42</sup> O NUDOM – núcleo de documentação e memória do Colégio Pedro II, tem por objetivo divulgar o acervo manuscrito, iconográfico e documental da História e Memória dessa instituição.

Figura 2. Nomeação de José Oiticica ao Colégio Pedro II

Nomeação do professor  
José Rodrigues Leite e  
Oiticica para reger tur-  
mas suplementares.

Supressas as prunas da Republica, Republica dos  
Estados Unidos do Brazil. O Director do Colle-  
gio Pedro Segundo. Resolve designar o professor  
José Rodrigues Leite e Oiticica para reger du-  
rante o corrente anno lectivo, as aulas de por-  
tuguez das 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> turmas suplementares, do  
N.<sup>o</sup> anno do Externato deste Collegio, percebendo a  
gratificação total de quatro contos e quinhentos  
mil reis. (4.500\$000). Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1923.  
(a) Carlos de Luet. Registra-se. Rio, 11 de Maio de 1923.  
(a) Otacilio A. Pereira, Secretario. Sendo um carimbo  
com os seguintes dixerres. N.<sup>o</sup> 48 s. L. Rs. 4000. Pagou mil  
e duzentos reis. de sello. Recebedoria do Districto Federal, 10  
de 5 de 1923. O Fiel do Tesoureiro. A. B. Pinna. O Escrivão do  
Sello. Carlos Alves.

Nomeação de Aruberto da  
Costa Pinna para inspector  
suplementar do Internato.

Supressas as prunas da Republica, Republica dos  
Estados Unidos do Brazil. O Director do Colle-  
gio Pedro Segundo. Resolve designar Aruberto  
da Costa Pinna para exercer, durante o cor-  
rente anno lectivo, o lugar de inspector de  
turma suplementar do Internato, deste Col-  
legio, percebendo a gratificação total de  
um conto e setecentos mil reis. (1.700\$000).  
Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1923. (a) Carlos de  
Luet. Registra-se. Rio, 11 de Maio de 1923.  
(a) Otacilio A. Pereira, Secretario. Sendo um  
carimbo com os seguintes dixerres. N.<sup>o</sup> 35 s. L.  
Rs. 8401. Pagou quatrocentos e um reis de sello. Recebe-  
doria do Districto Federal, 10 de 5 de 1923. O Fiel  
do Tesoureiro. A. B. Pinna. O Escrivão do Sello.  
Carlos Alves.

O Colégio Pedro II determinava como seriam os caminhos da educação brasileira por meio de seus currículos e políticas educacionais, uma nova fase para o ensino da língua portuguesa. A partir da implantação do Programa de Português<sup>43</sup> para os Exames Preparatórios, em 1887, elaborado por Fausto Barreto, diretor do colégio, surgem uma série de gramáticas produzidas por professores que lecionavam nessa instituição, em consonância com as diretrizes pretendidas pelo governo.

(...) a trajetória do ensino de Português no Colégio Pedro II, que vai de 1890 a 1930, caracteriza-se pela excessiva atenção dada à gramática, em relação aos demais conteúdos, sobretudo à Literatura, circunscrita apenas aos textos selecionados nas poucas antologias usadas nas aulas de Português. Da mesma forma, observa-se uma quantidade de gramáticas adotadas, havendo, portanto, uma inversão no peso dos conteúdos em relação à fase anterior, quando eram indicadas muitas seletas e poucas gramáticas. (RAZZINI, 2010: 52)

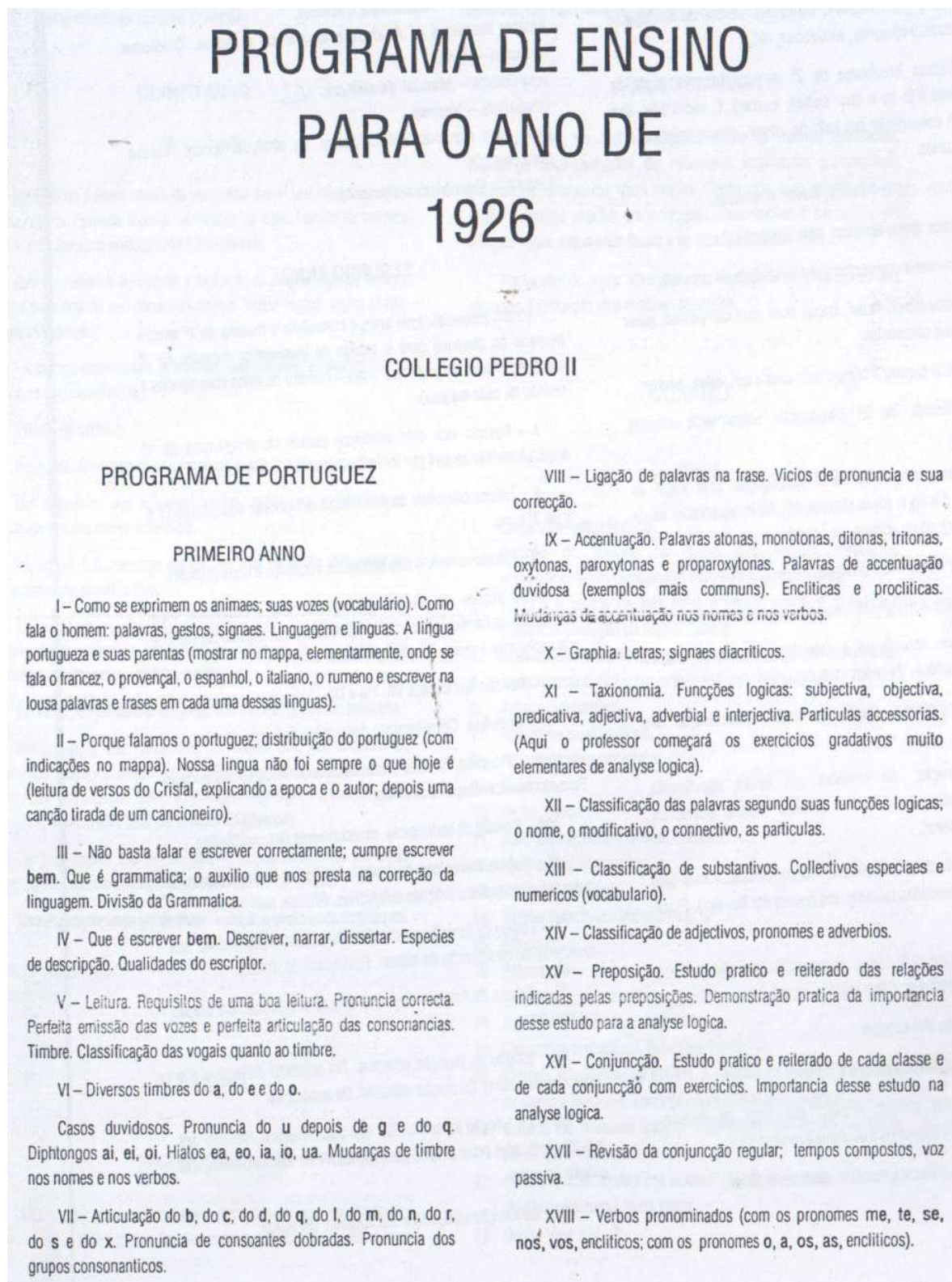
O ponto culminante dessa tendência foi em 1928, “quando chegaram a ser indicados dezesseis livros de gramática e somente uma seleta, a *Antologia nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Com exceção dos *Estudinhos de língua Pátria* (s/d), de Antonio da Silva Túlio (adotado em 1892 e 1893) e da obra *O meu idioma* (1916), de Otoniel Mota, professor do Ginásio de Campinas, todas as gramáticas foram escritas por professores do Colégio Pedro II. (Cf. RAZZINI, 2010)

José Oiticica, assim como os demais mestres que ali lecionavam, produziu obras a serem utilizadas por alunos e docentes. De acordo com os Programas de Ensino do Colégio Pedro II encontrados no trabalho de Vechia & Lorenz (1998: 245-246), faremos um recorte dos programas de português e das gramáticas utilizadas em 1926 - ano da adoção do *Manual de Análise Léxica e Sintática* (1919) – e 1929, data da última aparição da obra no currículo de Língua Portuguesa.

---

<sup>43</sup> “A preocupação com a distribuição e seleção dos conteúdos a serem ministrados advinha da constatação do que realmente faltava ao ensino público: organização, sistematização e, sobretudo, aplicabilidade. Em vista disso, em janeiro de 1856, foram aprovados, provisoriamente os primeiros programas de ensino do Colégio Pedro II, que teriam a obrigação de fornecer ‘(...) a) o exame dos melhores métodos e sistemas práticos do ensino; b) a designação e revisão dos compêndios; c) a criação de novas cadeiras; d) o sistema e matéria dos exames’ (Moacyr, 1937: 15). No entanto, verificou-se que muitos dos conteúdos neles incluídos, não passavam de um amontoado de conceitos desconexos que mais confundiam do que ajudavam os alunos”. Assim, era preciso reformular os programas, “cabendo ao professor Fausto Barreto a organização dos programas de línguas, *maxime* o de Língua Portuguesa”. (Cf. FÁVERO & MOLINA, 2006)

Figura 3. Programa de Ensino para o ano de 1926 do Colégio Pedro II - Parte 1



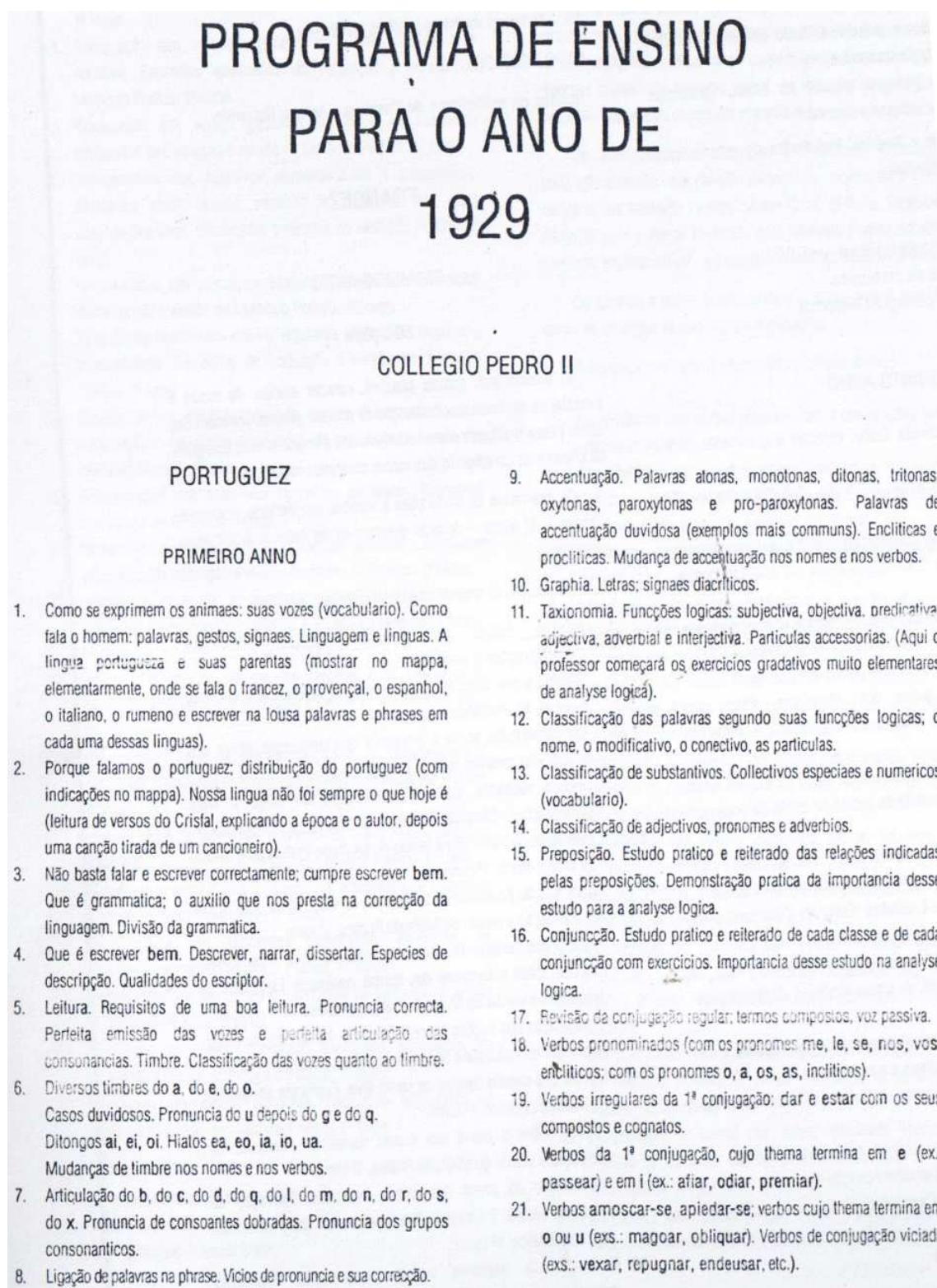
Fonte: Vechia & Lorenz (1998: 245-246)

**Figura 4.** Programa de Ensino para o ano de 1926 do Colégio Pedro II - Parte 2

<p>XIX – Verbos irregulares da 1ª conjugação: <b>dar</b> e <b>estar</b> com os seus compostos e cognatos.</p> <p>XX – Verbo da 1ª conjugação, cujo thema termina em <b>e</b> (ex.: <b>passar</b>) e em <b>i</b> (ex.: <b>afiar</b>, <b>odiar</b>, <b>premiar</b>).</p> <p>XXI – Verbos <b>moscar-se</b>, <b>apiedar-se</b>; verbos cujo thema termina em <b>o</b> ou <b>u</b> (ex.: <b>magoar</b>, <b>obliquar</b>). Verbos de conjugação viciada (ex.: <b>vexar</b>, <b>repugnar</b>, <b>endeusar</b>, etc.)</p> <p>XXII – Verbos irregulares da 2ª conjugação cuja vogal da penultima syllaba é <b>e</b> ou <b>o</b> (ex.: <b>ceder</b>, <b>correr</b>). O verbo <b>pôr</b>, sua inclusão na 2ª conjugação (ao lado de <b>doer</b>, <b>moer</b>, <b>roer</b>, <b>soer</b>); suas irregularidades.</p> <p>XXIII – Verbos <b>caber</b> e <b>saber</b>; <b>haver</b> e <b>reaver</b>.</p> <p>XXIV – Verbos <b>ser</b> e <b>ter</b> (com seus compostos).</p> <p>XXV – Verbo <b>ver</b> e compostos (particularidade de <b>prover</b>).</p> <p>XXVI – Verbos <b>dizer</b>, <b>fazer</b>, <b>trazer</b> com seus compostos; <b>jazer</b> e <b>prazer</b> com seus compostos.</p> <p>XXVII – Verbos <b>querer</b> e compostos; <b>crer</b> e <b>ler</b>, <b>valer</b>, <b>poder</b>.</p> <p>XXVIII – Verbos da 2ª conjugação vulgarmente errados (<b>precaer-se</b>, etc.)</p> <p>XXIX – Verbos irregulares da 3ª conjugação, cuja vogal da penultima syllaba é <b>e</b> ou <b>o</b> (duas classes; ex.: <b>ferir</b>, <b>aggredir</b>); os de vogal <b>u</b> (ex.: <b>fugir</b>); os de vogal <b>a</b> (ex.: <b>sair</b>).</p> <p>XXX – Verbos <b>ir</b>, <b>vir</b> e compostos.</p> <p>XXXI – Verbos <b>medir</b>, <b>pedir</b>, <b>impedir</b>, <b>expedir</b>, <b>despedir</b>.</p> <p>XXXII – Verbos abundantes e defectivos. Participios duplos. Particularidades graphicas de certos verbos.</p> <p>XXXIII – Campenomia. Noção de flexão. Classificação das flexões.</p> <p>XXXIV – Formação do feminino: por flexão, significação, accepção, heteronymia. Femininos difíceis. Casos duvidosos. Femininos dos adjectivos.</p> <p>XXXV – Formação do plural; pluraes dos compostos; nomes sem plural; outras particularidades (pluraes dos nomes em <b>ão</b>, etc.). Plural dos adjectivos.</p> <p>XXXVI – Formação dos graus. Augmentativos e diminutivos difíceis. Graus dos adjectivos. Comparativos e superlativos difíceis.</p> <p>XXXVII – Formação dos tempos.</p> <p>XXXVIII - Significação dos modos e tempos.</p> <p>XXXIX – Adjectivos patrios difíceis. Adjectivos de materia (vocabulario). Adjectivos referentes a animaes (vocabulario).</p> <p>XL – Adjectivos numeraes. Exercicios sobre os ordinaes.</p>	<p>Constará a parte pratica de leitura, vocabulario, noções e regras de estilo, exercicios de redacção e correção de textos errados.</p> <p>LIVROS INDICADOS: Carlos de Laet – Anthologia Nacional. Antenor Nascentes – Analyse grammatical e logica. O idioma nacional – 1º vol. José Otíctica – Manual de analyse. Othelo Reis – Verbos. Guia para algumas dificuldades de analyse lexica. Textos para corrigir. Said Ali – Grammatica elementar.</p>
--	---

Fonte: Vechia & Lorenz (1998: 245-246)

Figura 5. Programa de Ensino para o ano de 1929 do Colégio Pedro II - Parte 1



Fonte: Vechia & Lorenz (1998: 245-246)

**Figura 6.** Programa de Ensino para o ano de 1929 do Colégio Pedro II - Parte 2

<ol style="list-style-type: none"><li>22. Verbos irregulares da 2ª conjugação, nos quaes a vogal da penultima syllaba é e ou o (exs.: ceder, correr). O verbo pôr, sua inclusão na 2ª conjugação (ao lado de doer, moer, roer, soer), suas irregularidades.</li><li>23. Verbos <b>caber</b> e <b>saber</b>; <b>haver</b> e <b>rehaber</b>.</li><li>24. Verbos <b>ser</b> e <b>ter</b> (com seus compostos).</li><li>25. Verbos <b>ver</b> e compostos (particularidade de <b>prever</b>).</li><li>26. Verbos <b>dizer</b>, <b>fazer</b>, <b>trazer</b> com seus compostos; <b>fazer</b> e <b>prazer</b> com seus compostos.</li><li>27. Verbos <b>querer</b> e compostos; <b>crer</b> e <b>ler</b>; <b>valer</b>, <b>poder</b>.</li><li>28. Verbos da 2ª conjugação vulgarmente errados (<b>precaver-se</b>, etc.).</li><li>29. Verbos irregulares da 3ª conjugação, nos quaes a vogal da penultima syllaba é e ou o duas classes; (exs.: <b>ferir</b>, <b>aggredir</b>); os de vogal u (ex.: <b>fugir</b>); os de vogal a (ex.: <b>sair</b>).</li><li>30. Verbos <b>ir</b>, <b>vir</b> e compostos.</li><li>31. Verbos <b>medir</b>, <b>pedir</b>, <b>impedir</b>, <b>expedir</b>, <b>despedir</b>.</li><li>32. Verbos abundantes e defectivos. Participios duplos. Particularidades graphicas de certos verbos.</li><li>33. Campenomia. Noção de flexão. Classificação das flexões.</li><li>34. Formação do feminino: por flexão, significação, accepção, heteronymia. Femininos difíceis. Casos duvidosos. Femininos dos adjectivos.</li><li>35. Formação do plural: pluraes dos compostos; nomes sem plural: outras particularidades pluraes dos nomes, em <b>ão</b>, etc. Plural dos adjectivos.</li><li>36. Formação dos graus. Augmentativos e diminutivos difíceis. Grãos dos adjectivos. Comparativos e superlativos difíceis.</li><li>37. Formação dos tempos.</li><li>38. Significação dos modos e tempos.</li><li>39. Adjectivos patrios difíceis. Adjectivos de materia (vocabulario). Adjectivos referentes a animaes (vocabulario).</li><li>40. Adjectivos numeraes. Exercicios sobre os ordinaes.</li></ol>	<p>Said Ali – Grammatica elementar.</p> <p>Maximino Maciel – Lições elementares de lingua portugueza.</p>
<p>Leitura de trechos de prosadores e poetas nacionaes contemporaneos. Explicação dos textos. Estudo do vocabulario. Reprodução oral do assumpto lido. Recitação de pequenas poesias.</p>	
<p>Exercicios oraes e escriptos, feitos em classe, de redacção e de correcção de textos errados, para applicação dos conhecimentos grammaticaes e regras de estilo, escolhendo-se para redacção breves descripções, fabules, narrativas de episodios da historia patria e correspondencia familiar.</p>	
<p>LIVROS INDICADOS:</p> <p>Carlos de Laet – Anthologia Nacional.</p> <p>Antenor Nascentes – Analyse grammatical e logica.</p> <p>O idioma nacional – 1º volume.</p> <p>José Oiticica – Manual de analyse.</p> <p>Othello Reis – Verbos.</p> <p>Guia para algumas difficuldades de analyse lexica. Textos para corrigir.</p>	

Fonte: Vechia & Lorenz (1998: 245-246)

Tais programas estabeleciam que nas aulas de português deveriam ser sistematizados os seguintes conteúdos: a linguagem, os sons, os gestos e os sinais; a origem da língua portuguesa, os países falantes de português e o porquê falamos esse idioma; o estudo da gramática e a importância em aprendê-la; a produção de textos; o ensino da fonologia, da acentuação, da grafia das letras, da taxionomia, das funções lógicas, da classificação e divisão das palavras, da leitura, do vocabulário e das regras de estilo. São, ainda, apresentados os livros adotados nessas aulas.

Sendo grande conhecedor das questões referentes à língua portuguesa, Oiticica lecionou por trinta e cinco anos no colégio, ajudando a formar profissionais que seriam reconhecidos nas mais diferentes áreas do saber. Era um homem que não se deixava intimidar. Certa vez corrigiu uma prova cheia de erros e lhe atribuiu nota zero, no entanto, a prova pertencia ao filho do presidente da República, Wenceslau Brás. Advertido pelos colegas, o catedrático respondeu que o aluno deveria estudar mais justamente para honrar o nome e a família que possuía e não mudou a nota do rapaz.

Na obra *Na rolança do tempo*, Mário Lago, ex aluno do Pedro II, conta que o ambiente frio, severo e conservador presente desde a sua fundação, assustava quem ali se encontrava. Relata que os catedráticos mais velhos seguiam as tradições da época imperial e influenciavam os mais novos, não todos, pois havia três mestres que desafiavam aquele cenário conservador e criavam novas formas de relacionamento entre alunos, funcionários e docentes, dentre os quais destacava-se o professor Oiticica. Contudo, por sua conduta anarquista, seus colegas de cátedra não aceitavam o modo como o intelectual se comportava naquele ambiente tão sisudo:

Oiticica, já merecedor de certa confiança por sua posição confessadamente anarquista, escandalizava os outros professores com a intimidade permitida ao Manuel, servente que vendia sanduíches na hora do recreio. Iniciado nos segredos da capoeira, várias vezes foi surpreendido em treinamento com o inferior. Mas havia outro detalhe enchendo de pasmo o corpo docente mais do que tudo isso. O Manuel tinha o apelido de Piroca. Todos os professores timbravam em chamá-lo de senhor Manuel. Só o Oiticica encostava no balcão e gritava como qualquer um de nós: 'Vê logo esse sanduíche, Piroca'. Isso o identificava demais conosco, para desespero de Carlos de Laet, ainda diretor do colégio quando ali entrei. (LAGO, 1976: 208)

Essa passagem descrita pelo ex-aluno demonstra um pouco da personalidade de um ser humano que não somente se relacionava com seus pares, mas com todas as pessoas que ali se encontravam, demolindo a hierarquia existente naquele lugar e rompendo com suas tradições.

Oiticica era um homem muito criativo e inteligente, levava para suas aulas trechos de antigas peças teatrais, como as de Aristófanes, considerado o primeiro anarquista do teatro

ocidental, para criticar a sociedade e despertar a inquietude na mente de seus alunos. No trabalho de Antonio Arnoni Prado (2004), o estudioso faz uma análise das atividades teatrais utilizadas pelo estudioso como práticas de ensino:

A ridicularização dos adivinhos como impostores e parasitas e a expulsão dos legisladores em *As aves*; o argumento, em *As nuvens*, a favor do adultério e dos conflitos entre a religião e a moral social; a revelação, em *Pluto*, de como os sacerdotes furtam os devotos nos sacrifícios; a fala de Mercúrio nessa mesma comédia desqualificando a pátria como uma abstração da identidade nacional (...); as queixas de Xantias, em *As vespas* sobre a indignidade da condição de escravo; o processo, em *A paz para impedir os escravos de comerem a farinha que eles próprios fabricam*; a boa nova do projeto comunista de Praxágora n' *As oradoras* e, por fim, a revolta feminina na *Assembleia das mulheres*, que ocupam a cidadela de Atenas (a Acrópole) e assumem o poder e a direção do Tesouro propondo uma nova ordem marcada pela socialização da riqueza, da propriedade e do sexo. (PRADO, 2004:153)

Por meio da obra *Os arcanianos*, de Aristófanes, o mestre mostrava a seus alunos o quanto era inútil a burocracia militar e os resultados das questões bélicas – o confisco, o contrabando, o banimento de gente honesta, o oportunismo dos mercenários, o heroísmo individualista e o patriotismo – que despontam como algo corriqueiro na diluição das diferenças entre o saber e o crime (Cf. Prado, 2004). Na leitura de *Pluto* demonstra a impossibilidade de as pessoas honestas serem felizes em uma sociedade motivada pelo dinheiro. Desse modo, é bem provável que nas aulas de Oiticica houvesse um discurso pedagógico de caráter anarquista, que visava expandir a consciência política e social dos jovens.

Era um homem que exercia inúmeras funções, sendo capaz de desempenhá-las com tremenda maestria e desenvoltura. No almanaque de docentes e funcionários administrativos do Pedro II, em 1928, aparecem registradas informações sobre suas atribuições:

JOSÉ RODRIGUES LEITE E OITICICA. Bacharel em Ciências jurídicas, Professor substituto de português do Col. Pedro II em 18-6-1917. Posse e exercício em 03-07-1917. Prestou concurso de acordo com o art. 25 da lei nº 3.454 de 6-1-1918, ficou integralmente equiparado aos substitutos das Faculdades Superiores. É docente da E. Normal do D. Federal e prof. da Escola Dramática. Collabora em vários jornaes desta Capital, sendo também autor de várias publicações didacticas. Tem servido em varias comissões examinadoras nos gymnasios do interior, por nomeação do Cons. Sup. Do Ensino.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Almanaque do pessoal docente e administrativo do Colégio Pedro II, até 30 do 07 de 1924, nº 2º, 30-06-1924, coluna de nomes e cargos. (Cf. Figueira, 2008).

Pertencer ao quadro de professores dessa instituição modelar era garantia de autoridade e respeito, mesmo que seu outro lugar de atuação – a militância ácrata – lhe causasse desafetos e críticas por parte de algumas pessoas. Mas era apreciado por muitos que o achavam um grande mestre e um cidadão que não deixava se contaminar pela burocracia e pela tradição conservadora que cercavam os muros do Pedro II. Tinha seu ponto de vista em relação à política, ao mundo capitalista e defendia aquilo que acreditava sem temer as consequências. Assim, sua circulação nesses dois espaços tão distintos colocava-o em um lugar de destaque, uma vez que suas concepções eram também apresentadas e defendidas, inclusive, no ambiente escolar. Segundo Fernando Segismundo (1987:74), na obra *Colégio Pedro II - tradição e modernidade*, Oiticica queria ser independente dos grupos afeiçoados à alta administração e com isso possuía inimigos, com os quais adotava a seguinte posição: “Nem os combatia nem os desprezava. Simplesmente ignorava-os”.

Procurava estar presente em Congressos e eventos de pesquisa que tratavam do ensino da Língua Portuguesa e de outros idiomas. Em 1929 participou do 24º Congresso Internacional de Americanistas, na Alemanha, mesmo ano que desenvolveu um trabalho na Universidade de Hamburgo. Embora o contrato com a Universidade tivesse sido firmado em cinco anos, precisou retornar ao país antes do tempo combinado. Em entrevista à revista *O Cruzeiro*, em 23 de maio de 1953, o intelectual recorda-se desse período da vida:

Fui para a Alemanha em 1929, com um contrato de 5 anos. Em 30 veio a Revolução (uma revolução como tôdas as outras: não resolveu coisa nenhuma). Criou-se o Ministério da Educação, e o ministro Chico Ciência mandou-me voltar. Os alemães e os diplomatas brasileiros tudo tentaram para que eu ficasse. O Ministro, porém, foi intransigente: “Apresente-se!” Quando me apresentei, perguntou-me: “Então, Professor, que é que o Senhor fazia em Hamburgo?”. Dei-lhe conta do que fizera no Congresso dos americanistas de 1929 e das 16 conferências que realizara, além dos cursos regulares que dera na Universidade. “Ora, então o Senhor devia ter ficado!...” concluiu o excelente Ministro. (NEVES, 1970: 13)

Nesse momento, o Ministro da Educação no Governo de Getúlio Vargas era Francisco Campos, apelidado por Oiticica de “Chico Ciência”, por considerá-lo “pobre” intelectualmente. Quando foi para a Europa, afastara-se de seu cargo de professor do colégio modelo por tempo determinado, com a condição de voltar caso fosse solicitado. Por imposição política teve que quebrar o contrato feito com o governo alemão. Retornando ao Brasil, voltou a lecionar no Pedro II. Posteriormente, em 1935, foi convidado pelo reitor Teófilo Andrade, a lecionar grego na Universidade de Filosofia e Letras do Distrito Federal, tendo como aluna e secretária sua filha Sônia. Nesse período, havia disputas políticas no país contra o governo Vargas que ocasionaram demissões e uma série de prisões de professores

universitários que se posicionavam contra as ordens do presidente ditador. No caso de Oiticica, a polícia acreditava que o grego ensinado por ele era uma espécie de código utilizado com o objetivo de preparar a revolução ácrata junto com seus alunos, e assim, novamente, foi detido. Nesse universo, comunistas e anarquistas tiveram suas casas invadidas, suas correspondências apreendidas e sua liberdade perdida.

Preocupado com as aulas na Universidade, o catedrático cuidou para que sua filha o substituísse como professora nas aulas de grego, a fim de evitar que o curso fosse interrompido. O fato foi narrado por Sônia Oiticica em entrevista a Maria Thereza Vargas (2005):

Tive de assumir as aulas. Os alunos, entre eles, Antonio Houaiss, eram mais velhos do que eu. Na minha insegurança, levava as lições para papai dar uma olhadela (...) nesses dias, havia um corre-corre danado na Casa de Correção, porque ninguém ali entendia grego para saber se aquilo era aula mesmo ou mensagem cifrada. Não sei dizer se isso é verdade, ou não, mas me lembro perfeitamente de policiais dando buscas em nossa casa (a primeira e única vez que isso aconteceu) e levando os estênceis com as lições, muito eufóricos porque haviam descoberto, finalmente, um código. (VARGAS, 2005:31)

No dia 31 de dezembro de 1937, Oiticica foi libertado, mas obrigado a permanecer em prisão domiciliar por um longo período. No final dos anos 40 participou de conferências radiofônicas no programa de Cid Franco, na Rádio Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como professor, ministrou em 1952 um Curso de Português na Rádio Ministério da Educação, cujo programa levava o nome de Colégio do Ar, mesmo ano em que recebeu a aposentadoria compulsória do Colégio Pedro II, aos setenta anos de idade.

As disputas anarquistas travadas entre Oiticica e figuras importantes da literatura e do cenário político nacional da primeira metade do século XX, os relatos dos problemas sociais e os usos linguísticos do bem falar e escrever estão presentes em seus livros.

### **3.5 As obras de José Oiticica**

Oiticica produziu manuais didáticos, romances, poemas, gramáticas, e obras de caráter anarquista, como se pode observar em ordem cronológica na tabela a seguir:

**Tabela 2<sup>45</sup>.** Obras de José Oiticica

Obras	Local de publicação	Editora	Volume	Data da publicação
1. Ode ao sol - 1912-1913	Rio de Janeiro	Off. Graph. da liga marítima brasileira	s/v	1915
2. Estudos de phonologia (1ª série): these de concurso ao Collegio Pedro II	Rio de Janeiro	Apollo	s/v	1916
3. Sonetos, 1ª série, 1911	s/p	s/e	s/v	s/d
4. Sonetos, 2ª série, 1911-1918	Maceió	Linotypia da Casa Ramalho	s/v	1919
5. Princípios e fins do programa comunista-anarquista	s/p	s/e	s/v	1919
6. Manual de Análise: léxica e sintática	s/p	Baptista de Souza	s/v	1919
7. A trama dum grande crime	s/p	s/e	s/v	1922
8. Relíquias de uma polemica / Jose Oiticica; apostilados por P. Leonel Franca S. J.	Rio de Janeiro	Tip. Anuario do Brasil	s/v	1926
9. O pronome “se” indefinido: replica ao Dr. José Oiticica	Piracicaba	Typ. Do Jornal de Piracicaba	s/v	1926
10. Manual de estilo	Rio de Janeiro	Livraria Francisco Alves	2. ed	1933
11. Metodo no estudo das línguas sul americanas	Rio de Janeiro	Boletim do Museu Nacional	v.1	1933
12. Novo dicionário popular da língua portuguesa, prosódico e ortográfico conforme a ortografia oficialmente aprovada em 15 de junho de 1931	Rio de Janeiro	J. de Oliveira Telles	s/v	193(?) <sup>46</sup>
13. Teoria da correlação	Rio de Janeiro	Organização Simões	s/v	1952
14. Português ginásial (1º bimestre) 1ª série	Rio de Janeiro	Organização Simões	s/v	1952
15. Português ginásial (2º bimestre) 1ª série	Rio de Janeiro	Organização Simões	s/v	1953
16. A doutrina anarquista ao alcance de todos	Rio de Janeiro	Germinal	2ed	1954
17. Fonte perene	Rio de Janeiro	Organização Simões	s/v	1954

<sup>45</sup> Todas as tabelas foram modificadas graficamente pela autora desta pesquisa.

<sup>46</sup> Por desgaste do tempo, não há como identificar a data de publicação da obra.

Obras	Local de publicação	Editora	Volume	Data da publicação
18. Pronome Relativo	Rio de Janeiro	s/e	s/v	1955
19. Roteiros em fonética fisiológica, técnica do verso e ditação /José Oiticica; coligidos e revistos por Almir Câmara de Matos Peixoto.	Rio de Janeiro	Organização Simões	s/v	1955
20. Uma Gramática (crítica ao prof. Sílvio Elia)	Niterói	Tip. J. Gonçalves	s/v	1955.
21. As sete preces	Niterói	Tip. J. Gonçalves	s/v	1955
22. Teoria dos complementos (1882-1957)	Rio de Janeiro		s/v	1955
23. Curso de Literatura/José Oiticica; coligido e revisto por Roberto das Neves	Rio de Janeiro	Germinal	s/v	1960
24. Um programa heterodoxo de português nas escolas (última conferência de uma série de 15 pronunciados em São Paulo, na Rádio Cruzeiro do Sul, sobre a Língua Portuguesa)	Rio de Janeiro	Artes Gráficas Escola Técnica de Campos	s/v	s/d

Fonte: do autor (2015)

Durante sua vida, pouco ganhou como professor e cumpria ainda uma extensa jornada de trabalho, mas nunca abandonou seus alunos e sua conduta ética que estava muito além da teoria.

Era contrário ao ensino oficial e aos hábitos conservadores, embora estivesse inserido em uma instituição de educação tradicional. Esteve à disposição dos mais necessitados, odiava a hipocrisia, a exploração e a crueldade para com aqueles que considerava serem vítimas do sistema. Sentia profunda comiseração pelos homens que, sendo cultos e inteligentes, se prestavam ao papel de capachos do poder. Era um homem sábio, honrado, um artista, um anarquista que lutava pela cultura e pelo aperfeiçoamento moral da sociedade.

Sua trajetória nessa vida terminou no dia 30 de junho de 1957, aos setenta e cinco anos, deixando uma história cheia de coragem e de riquíssima produção intelectual, um exemplo a ser seguido pelas futuras gerações.

Nesta pesquisa, o que nos interessa são as produções voltadas ao ensino da Língua Portuguesa, em especial a obra *Manual de Análise: léxica e sintática* (1919), que será objeto de estudo no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4 MANUAL DE ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA

O *Manual de Análise Léxica e Sintática*, escrito por José Rodrigues Leite e Oiticica, foi publicado em 1919 pela Typografia Baptista de Souza. Posteriormente, foram produzidas novas edições pela mesma editora e pelas editoras Francisco Alves e Paulo de Azevedo<sup>47</sup>. No total são doze, como se pode observar no quadro a seguir:

**Tabela 3.** Edições do Manual de Análise Léxica e Sintática

VOLUME	ANO DA PUBLIC.	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	EDITORA
1ª edição	1919	Rio de Janeiro	Typ. Baptista de Souza
2ª edição melhorada	1923	Rio de Janeiro	Typ. Baptista de Souza
3ª edição melhorada	1926	Rio de Janeiro	Typ. Baptista de Souza
4ª edição melhorada	1935	Rio de Janeiro	Francisco Alves
5ª edição refundida	1940	São Paulo	Francisco Alves
6ª edição refundida	1942	Rio de Janeiro	Francisco Alves
7ª edição refundida	1945	Rio de Janeiro	Francisco Alves
8ª edição refundida	1947	Rio de Janeiro	Francisco Alves
9ª edição refundida	1950	Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte	Francisco Alves / Paulo de Azevedo
10ª edição refundida	1953	Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte	Francisco Alves / Paulo de Azevedo
11ª edição refundida	1955	Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte	Francisco Alves / Paulo de Azevedo
12ª edição refundida	1958	Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte	Francisco Alves / Paulo de Azevedo

Fonte: do autor (2015)

As três edições (2ª, 3ª e 4ª) da obra de Oiticica trazem a informação de terem sido melhoradas<sup>48</sup>. Atentamos que o estudioso procedeu a reparos quanto à disposição dos assuntos e acrescentou nas Definições preliminares (nomeada na 1ª edição de Noções preliminares) o conceito de morfose, flexões, raiz e radical, que a partir da 5ª edição não aparecem mais; inclui notas de rodapé e une parágrafos em um só parágrafo. Apenas na

<sup>47</sup> A partir da 9ª edição, a editora mineira Paulo de Azevedo Ltda aparece na capa junto à editora Francisco Alves, porque foi comprada pelo livreiro e editor português Francisco Alves de Oliveira que, nos fins do século XIX e primórdios do século XX, controlava 90% do comércio de livros no Brasil.

<sup>48</sup> Ver anexos.

segunda edição<sup>49</sup> há a inclusão de uma errata e, ainda, uma propaganda das obras do autor voltadas ao ensino da língua portuguesa, com seus respectivos preços, provavelmente, uma estratégia editorial.

Na época eram procedimentos comuns. Chartier (2002: 69-70) aponta que os corretores do século XIX da região de Champagne, ao revisar as obras acabavam por fazer modificações na apresentação do texto: aumentavam ou reduziam os capítulos, tiravam trechos ou episódios que considerassem desnecessários, diminuía frases, excluía termos acessórios e palavras que julgassem inadequadas.

As demais edições do *Manual* (5<sup>a</sup> até 12<sup>a</sup>) foram refundidas, conforme consta das respectivas capas. Tal informe nos conduz a esclarecer que o livro foi reestruturado parcialmente, tanto no que concerne ao refazimento das emendas, especialmente na lista de prefixos e sufixos, na modificação dos quadros e na disposição dos assuntos, alterações que serão apontadas no quarto capítulo.

Em vista disso, nos ocuparemos somente da primeira (1919) e da quinta (1940) edições, uma vez que foram nelas que ocorreram alterações no conteúdo, descrevendo-as e confrontando-as a fim de verificar as ideias linguísticas em mudança ou em permanência, mostradas no decorrer do quarto capítulo.

---

<sup>49</sup> *Idem.*

Figura 7. Capa da 1ª edição do Manual de Análise Léxica e Sintática

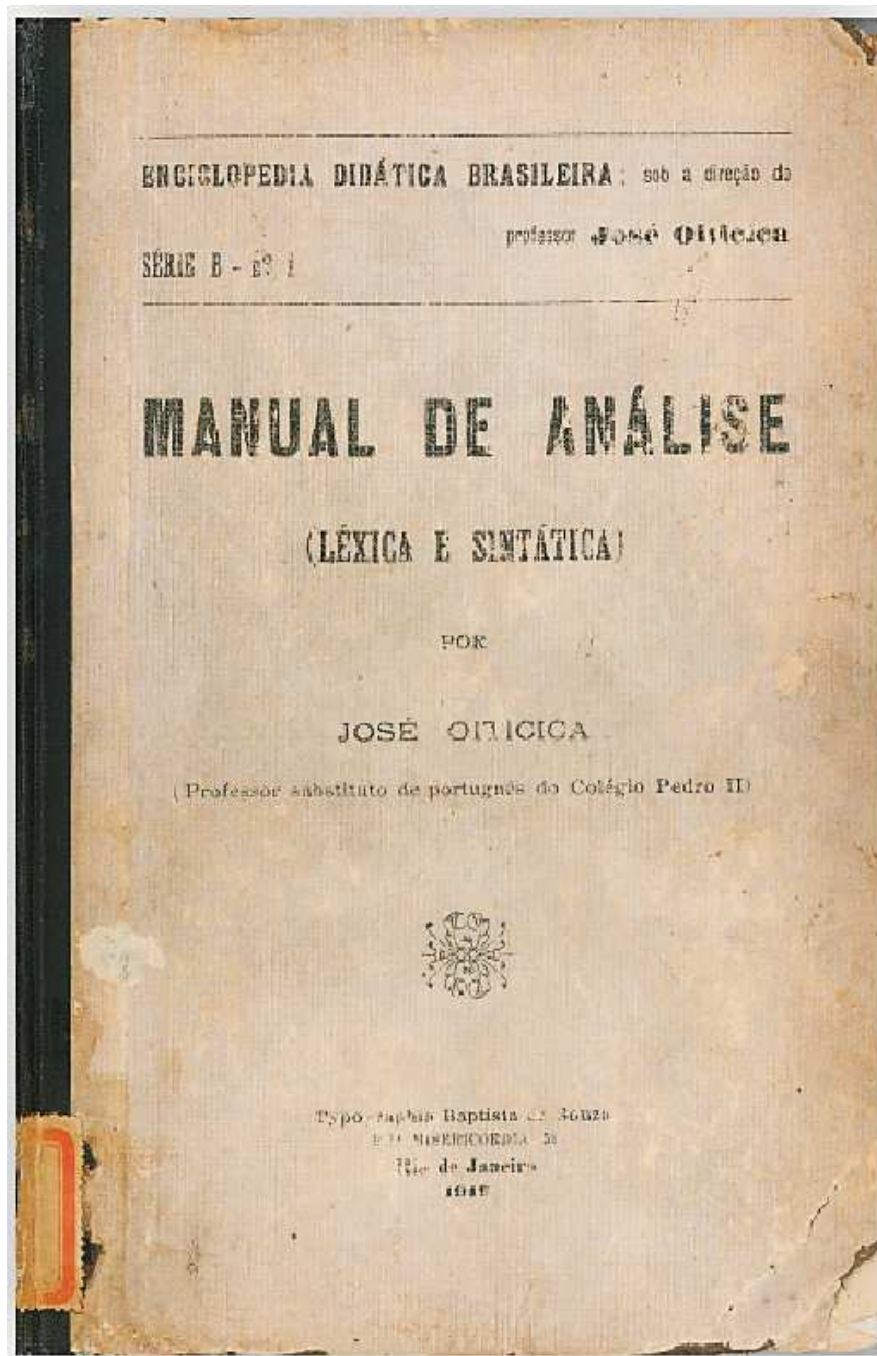
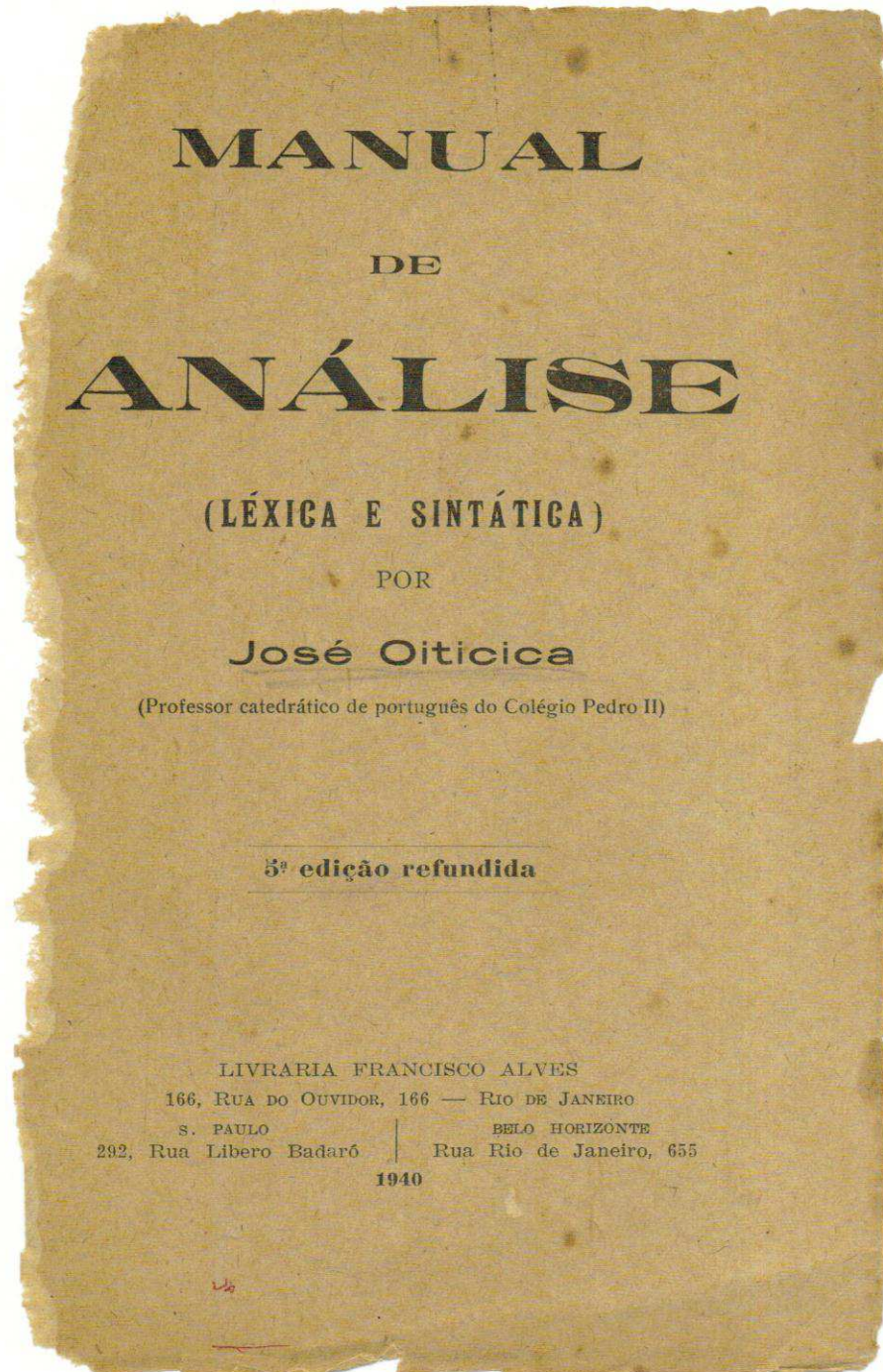


Figura 8. Capa da 5ª edição - 1940



Por ser um manual – impresso cuja função é auxiliar o ensino –, a obra apresenta algumas características tipográficas que facilitam, de certa maneira, a leitura do aprendiz, como títulos e subtítulos destacados em negrito, fonte de tamanho variável, conforme a importância dada pelo estudioso ao conteúdo exposto, e parágrafos numerados para localizar os assuntos com maior rapidez. Além disso, os quadros resumitivos foram utilizados pelo

autor em seu Manual, sempre ao iniciar ou finalizar uma discussão, indubitavelmente com o intuito de gravar o conteúdo por ele ensinado.

Durante a análise da obra, percebemos que havia, também, uma intenção do autor em imprimir sua postura frente a discordâncias referentes a alguns assuntos gramaticais, como veremos mais adiante. Além disso, Oiticica, a todo instante, remetia o leitor à nota de rodapé, com o intuito de chamar-lhe a atenção para as ideias em confronto ou para demonstrar a escolha por esta, ou aquela teoria, baseando-se em referências, nem sempre, explicitadas. Ao explicar a função adverbial, por exemplo, ele enuncia que a “função adverbial pode ser exercida por advérbio, palavra adverbial (...) por oração adverbial desenvolvida ou reduzida (de infinito, gerúndio ou particípio passado)”. (OITICICA, 1919:180; 1940: 220). Neste momento, o autor constrói uma nota de rodapé a fim de expor as posições assumidas por outros autores:

Ensina o prof. Carlos Góes que o adjunto adverbial pode ser expresso por *substantivo regido de preposição* e exemplifica: *caminhar com pressa, proceder com firmeza, andar de vagar*. A meu ver, há noção falsa aí ou exposição viciosa. Dá-se, nesses casos, ao substantivo, uma função que ele nunca exerce, qual a de modificar um verbo. O substantivo *pressa*, por si, *nada exprime de circunstância*. A força circunstancial está mais na preposição, tanto, que basta substituí-la para alterar o sentido (*sem pressa*). A função adverbial não está, portanto, nesses casos, nem no substantivo, nem na preposição totalmente; mas no *todo*, na expressão *inteira*. (OITICICA, 1919:180; 1940:220, grifos do autor).

Apesar de citar o nome do professor Carlos Góes<sup>50</sup>, não se sabe, ao certo, qual obra, Oiticica contemplou. Essa prática será observada em todo o *Manual*, mas não compromete a sua integridade nem sua legitimidade.

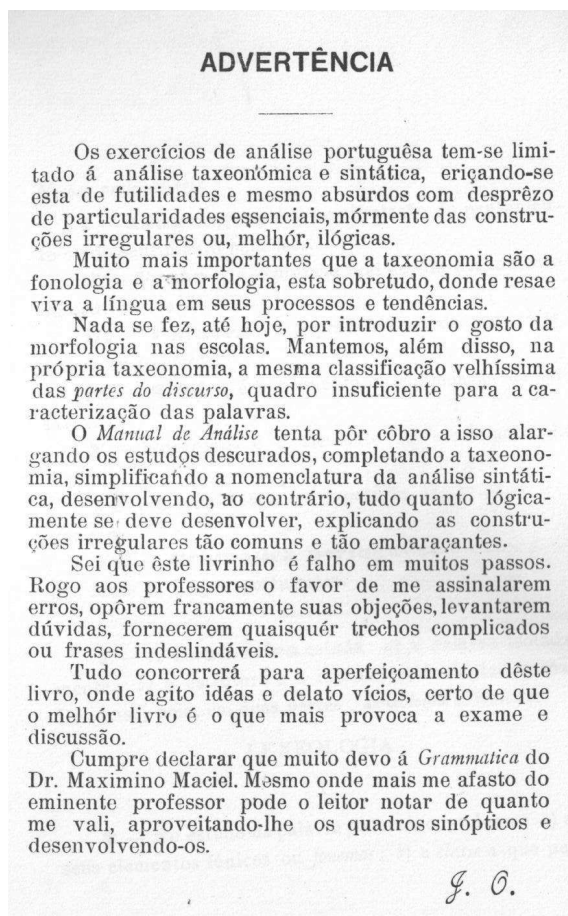
#### 4.1 Advertência

No *Manual de Análise Léxica e Sintática*, tanto na primeira edição quanto na quinta (1919 e 1940, respectivamente), o autor faz uma Advertência ao leitor, antes de expor os assuntos. Nelas, há uma série de pistas que nos permitem deduzir as decisões sobre qual teoria adotar ou qual maneira de ensinar a língua portuguesa.

---

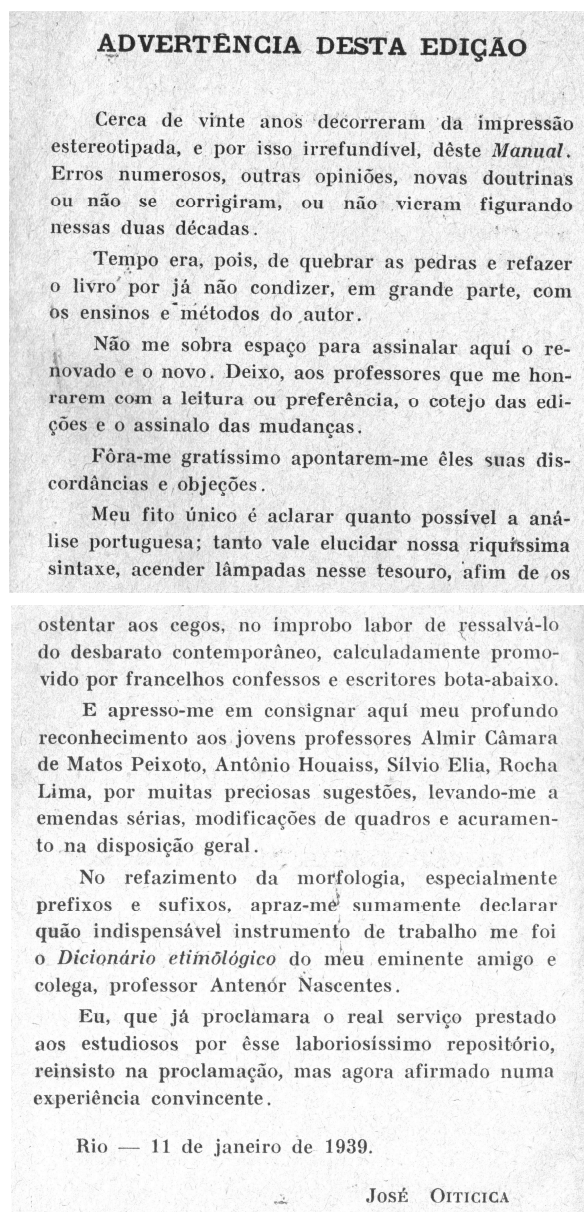
<sup>50</sup> Entre mais de trinta obras publicadas no período de 1891 a 1942, Carlos Góes produziu: *Método de Análise (Léxica e Lógica)*, em 1912; *Gramática Expositiva Primária*, em 1919; *Dicionário de Afixos*, em 1913; *Dicionário de Raízes Cognatas*, em 1921, premiado pela ABL.

Figura 9. Advertência da 1ª edição (1919)



Fonte: Oiticica (1919:5)

Figura 10. Advertência da 5ª edição (1940)



Fonte: Oiticica (1940:7-8)

Na primeira edição, a advertência refere-se não só à posição gramatical assumida pelo autor – sistematizar os fatos da língua, introduzindo inovações de ordem classificatória e terminológica, situando-se no plano sincrônico (uma vez que descreve fenômenos da língua) e diacrônico (adotando o método histórico-comparativo) – como também aponta para os modelos utilizados em sua construção. São a praticidade e a utilidade os aspectos mais importantes a serem considerados. Quando o autor afirma que “os exercícios de análise portuguesa têm-se limitado à análise taxeonômica e sintática, erigando-se esta de futilidades” (OITICICA, 1919:5), já expõe a sua intenção: construir um manual prático, sem “futilidades”. Essa praticidade, entretanto, não é uma escolha de um gênio, mas a de um intelectual que

pretende mudar as práticas recorrentes, primeiro pelo livro ser escrito para crianças deveria ser de fácil aprendizagem, segundo, talvez, porque fosse uma das formas de colocar em pauta as ideias propostas pelos pedagogos considerados anarquistas, como veremos mais adiante.

Outra crítica feita pelo autor ao ensino da sintaxe nas escolas diz respeito aos “absurdos” por causa dos “desprezos de particularidades essenciais, mormente das construções irregulares, ou melhor, ilógicas”<sup>51</sup>. (OITICICA, 1919:5). Ao longo de sua exposição, o autor chamará a atenção do público-leitor para esses absurdos e para possíveis soluções.

Na advertência da primeira versão Oiticica declara que a solução está em ensinar a fonologia e a morfologia<sup>52</sup> (a sintaxe só será apontada na advertência da quinta edição), o que não significa que o autor não a aborde na primeira edição. Admite que sem a fonologia e sem a morfologia não há como se ter gramática, pois acredita que são por meio desses aspectos, que a língua se apresenta viva, apresentando seus processos e tendências. Mas, qual a concepção de língua que o autor defendia? Não há, explicitamente, uma definição. Ao usar o termo “viva” em “...donde ressaí viva a língua em seus processos...” (OITICICA, 1919:5), porém, e considerando o momento histórico no qual está inserida a obra, é possível acreditar que ele era um adepto das ideias naturalistas, de que a língua era um organismo vivo que nascia, se desenvolvia e morria.

O autor acreditava que ainda não se tinha feito nada, até aquele momento, para despertar o “gosto da morfologia nas escolas”. O *Manual*, então, teria a incumbência de não só alargar “os estudos descuidados, completando a taxionomia, simplificando a nomenclatura da análise sintática, desenvolvendo (...) tudo quanto logicamente se deve desenvolver”, como também explicar “as construções irregulares tão comuns e tão embaraçantes”. (OITICICA, 1919:5). Esse era, portanto, o objetivo a que se propunha o autor na consecução de sua obra.

Apesar de reconhecer alguns aspectos ilógicos nas explicações dos fatos gramaticais, Oiticica (OITICICA, 1919:5;) pondera: “Mantemos (...) na própria taxionomia, a mesma classificação velhíssima das partes do discurso, quadro insuficiente para a caracterização das palavras”. Essa ponderação está relacionada, talvez, ao fato de ainda existirem discussões entre gramáticos e filólogos acerca das diversas classificações da palavra. A fixação da nomenclatura só ocorreria 40 anos depois, com a instauração da comissão para a elaboração

---

<sup>51</sup> Ver capítulo quatro.

<sup>52</sup> A sintaxe não aparece na advertência da primeira edição, mas é abordada na obra da mesma forma que é discutida na quinta edição. A diferença é que nessa versão é incluída na advertência.

da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a NGB<sup>53</sup>. Oiticica, portanto, fazia parte do grupo que discutia qual a melhor maneira de classificar ou tipificar as palavras que constituam o léxico brasileiro. Apesar de reconhecer a “insuficiência” dos quadros para caracterizar as palavras, ele preferiu manter as mesmas designações usadas desde a gramática grega – que as realiza por meio da teoria das partes do discurso, em oito classes ou categorias<sup>54</sup>: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição, herança da gramática grega e latina:

As oito classes remontam a Dionísio e Apolônio Díscolo (...), chegam a Prisciano que exclui o artigo, já que o latim não possuía e inclui a interjeição. (FÁVERO, 1996:173)

Esses conceitos foram também observados em Darmesteter (1930):

La théorie des parties du discours nous vient des grammairiens du XVI et du XVII siècles, qui en reçurent les principes des grammairiens du moyen âge, héritiers des Latins lesquels s'étaient eux-mêmes inspirés des Grecs. (DARMESTER, 1930:1 – Dexième Partie)<sup>55</sup>

Essa divisão era comum entre a maioria dos gramáticos brasileiros, até a sua adoção e fixação pela NGB em dez categorias gramaticais, proposta similar apresentada por Zambaldi (1905) na Itália:

La parole come parti del discorso si distinguono nelle classi seguenti: articolo, nomi sostantivi, nomi aggettivi, numerali, pronome, verbi, avverbi, preposizioni, congiunzioni, interiezioni (...)<sup>56</sup> (ZAMBALDI, 1905:9)

Na sequência, Oiticica mostra-se humilde ao pedir aos professores o “favor de me assinalarem erros, opôrem francamente suas objeções, levantarem dúvidas, fornecerem quaisquer trechos complicados ou frases indeslindáveis” (OITICICA, 1919:5). Isso era muito

---

<sup>53</sup> Para a elaboração da NGB, as normas de trabalho prescritas foram: I- as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria; II- a escolha de cada um dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras de autores nacionais consagrados; III- tal seleção atenderá a tríplice aspecto: a) a exatidão científica dos termos; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira. IV- eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando-se por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral. (CHEDIAK, 1960:11).

<sup>54</sup> Na quinta edição, acrescenta ao quadro da taxionomia as palavras sintéticas e intensivas.

<sup>55</sup> A teoria das partes do discurso nos vem dos gramáticos dos séculos XVI e XII, que recorrem aos princípios dos gramáticos da Idade Média, herdeiros dos Latinos, os quais eram eles mesmos inspirados nos gregos. (Tradução nossa)

<sup>56</sup> A palavra como parte do discurso se distingue nas classes seguintes: artigo, nome substantivo, nome adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. (Tradução nossa)

comum nas obras desse período, como podemos observar no prefácio da 2ª edição de *Lições de Português* (1923), de Sousa da Silveira:

À crítica bem intencionada e competente peço que me aponte as falhas desta obra, ajudando-me a melhorá-la em nova oportunidade. Conservo os prefácios anteriores para que acompanhe ao livro a sua história. (SILVEIRA, 1923:11)

Vislumbramos explanação similar em Eduardo Carlos Pereira (1907):

(...) Lacunas, erros e senões deve havel-os com certeza, e grato ficaremos á critica sensata que os aponta. (PEREIRA, 1907:III)

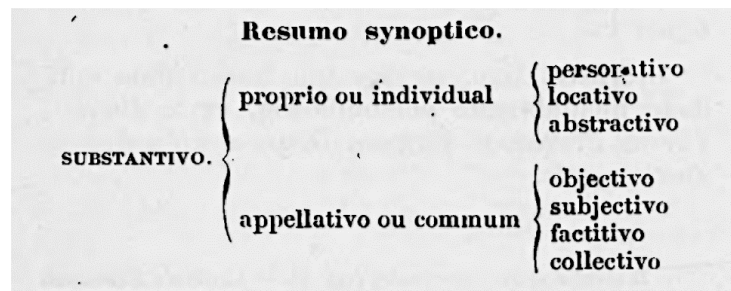
Geralmente, convocavam-se os professores, considerados usuários em potencial de suas obras, para apontarem defeitos, proporem melhorias etc. Oitocica, além de contar com a cumplicidade parcial do professor, também contava com a moderação de qualquer crítica, uma vez que já assumia, previamente, que a obra poderia conter erros tipográficos - “Sei que este livrinho é falho em muitos passos”. Toda e qualquer contribuição, portanto, era bem-vinda, afinal tudo iria concorrer “para o aperfeiçoamento deste livro”. (OITICICA, 1919:5)

O autor também avisa ao leitor que, em seu *Manual*, agitam-se ideias e delatam-se vícios, “certo de que o melhor livro é o que mais provoca a exame e discussão”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se mostra humilde, também explicita suas atitudes com relação a alguns aspectos gramaticais. Para isso, ele convoca os ensinamentos de Maximino Maciel<sup>57</sup> (1914), de cuja obra foram retirados os quadros sinópticos para, posteriormente, desenvolvê-los. “Mesmo onde mais me afastado do eminente professor pode o leitor notar de quanto me vali, aproveitando-lhe os quadros sinópticos e desenvolvendo-os”. (OITICICA, 1919:5).

---

<sup>57</sup> A obra de Maximino Maciel é, “de acordo com a proposta de Nascentes (1939), pertencente ao período *gramatical* dos estudos gramaticais brasileiros e, segundo Elia (1975), pertencente ao período *científico*, pois foi mais uma editada posteriormente ao programa traçado por Fausto Barreto e baseada, como próprio nome alude, nas doutrinas modernas, referindo-se à corrente naturalista e à comparativa.” (Cf. Fávero & Molina, 2006).

**Figura 11.** Quadro synoptico de Maximino Maciel



Fonte: Maciel (1914:112)

De qualquer maneira, sabemos que uma das fontes utilizadas pelo autor para a construção do *Manual* (1940) foi a *Grammatica descriptiva*, de Maximino Maciel. A partir desse ponto, então, podemos inferir que há, no *Manual*, ideias linguísticas relativas ao comparativismo, método utilizado por Maciel.

Passaram-se vinte e um anos “da impressão estereotipada<sup>58</sup>, e por isso irrefundível, deste *Manual*.” Assim, admite, nesta quinta edição (1940), que, desde a primeira (1919), os erros foram numerosos, as opiniões e as novas doutrinas “ou não se corrigiram, ou não vieram figurando nessas duas décadas”. Por isso, era já tempo de “quebrar as pedras e refazer o livro”, afinal já não mais condizia, “em grande parte, com o ensino e métodos do autor”. (OITICICA, 1940:7).

A todo o momento, vê-se a preocupação com o “novo”, com a “renovação”. Mas, caberia ao professor que o honraria com a leitura ou com a preferência, “o cotejo das edições e o assinalado das mudanças”. (OITICICA, 1940:7). Em outras palavras, a posição assumida pelo autor era a de que alterações foram feitas em prol da renovação de teorias relacionadas aos conceitos, definições e classificações da gramática da língua portuguesa.

Depois de agradecer aos professores pelos apontamentos feitos, pelas discordâncias e objeções, há de se considerar que Oiticica declara sua intenção de “elucidar nossa riquíssima sintaxe, acender lâmpadas nesse tesouro, a fim de os ostentar aos cegos, no improbo labor de ressalvá-lo do desbarato contemporâneo, calculadamente promovido por francelhos confessos

<sup>58</sup> Impressão estereotipada - é o mesmo que impressão invariável, fixa ou sem alteração. A impressão por estereotipia era um processo que duplicava uma composição, transformando-a em forma compacta, pela moldagem de uma matriz. O equipamento utilizado para realizar tal procedimento era o linotipo, que foi inventado por Ottmar Mergenthaler, em 1886, na Alemanha e tem por função fundir em bloco cada linha de caracteres tipográficos. É composto de um teclado, como o da máquina de escrever; as matrizes que formam a linha-bloco descem do *magazine* onde ficam armazenadas e, por ação do distribuidor, a ele voltam, depois de usadas, para aguardar nova utilização. As três partes distintas — composição, fundição e teclado — ficam unidas em uma mesma máquina. A capacidade de produção é de seis mil a oito mil toques por hora. Suas chapas (superfícies impressoras) são em baixo relevo, justapostas em um utensílio no qual o tipógrafo vai juntando a mão, um a um, os caracteres que irão formar as linhas de composição. O próprio operador despacha para a fundição a 270 graus Celsius. Mesmo com a quase extinção da técnica, em decorrência da chegada da imprensa *offset*, alguns lugares ainda trabalham com o maquinário de linotipos.

e escritores bota-abaixo”. (OITICICA, 1940:7-8). No trabalho de Silvio Elia (1963), encontramos o ponto de vista assumido por Oiticica em relação a esses escritores:

“ - Pobres diabos! Não são nem poetas, nem modernistas, nem futuristas<sup>59</sup>! Escondem, detrás destas máscaras literárias, a sua frustração, a sua ignorância dos cânones artísticos, a sua ausência de inspiração e a sua carência de cultura e de sentido estético!” (OITICICA [s/d] apud ELIA, 1963:198)

Será que o autor, ao longo dos anos, percebeu que essas mudanças não eram tão fáceis de serem propostas e realizadas? Embora fosse um “revolucionário”, seu aparente conservadorismo o impedia de compactuar com os que chamou de “escritores bota-abaixo”, os poetas representantes e adeptos do modernismo, como por exemplo Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Raul Bopp e Ronald de Carvalho. Percebemos, ainda, que o autor possa ter feito uma crítica, mesmo que velada, aos francelhos confessos – ou seja, àqueles que admitiam os francesismos, principalmente, na construção sintática a fim de tornar a língua mais requintada.

Outro ponto que vai diferenciar a quinta edição é que o antigo modelo adotado – o de Maximino Maciel – não foi mais usado. Agora ele agradece aos jovens professores Almir Câmara de Matos Peixoto, Antônio Houaiss, Sílvio Elia e Rocha Lima pela contribuição dada, pelas sugestões preciosas que o levaram a fazer emendas sérias, “modificações de quadros e acuramento na disposição geral”. Mas, não somente esses foram os nomes citados nesta Advertência. Para Oiticica (OITICICA, 1940:7-8), o Dicionário etimológico “do meu eminente amigo e colega, professor Antenor Nascentes”, foi-lhe um útil instrumento de trabalho quando tratou do “refazimento da morfologia”, no tocante aos prefixos e sufixos.

É provável que as mudanças efetuadas nos modelos adotados estejam relacionadas ao contato com as novas teorias linguísticas recorrentes nas primeiras décadas do século XX. Se ele escreveu esta advertência em 1939, possivelmente, já conhecia as gramáticas que se ajustavam aos requisitos básicos impostos pelos novos estudos estruturalistas, por exemplo. O certo é que, apesar disso, ainda lutava por uma língua livre de francesismos e de modismos próprios dos escritores “bota-abaixo”.

---

<sup>59</sup> Ressalte-se que, no início do movimento modernista, os “novos” de São Paulo não se preocupavam muito com diferenciar-se dos futuristas. Para eles “futurista” significava simplesmente “renovador”. A palavra passou, então, a ser usada apenas pelos adversários, com objetivo ridicularizante, de insulto a qualquer adversário ou de implantar fina ironia polêmica.

## 4.2 Os prolegômenos

Antes de iniciar a exposição dos fatos gramaticais, José Oiticica oferece ao seu público-alvo alguns conceitos iniciais, importantes para a compreensão de seu ponto de vista. O que chama a atenção, porém, é o fato desses conceitos apresentarem modificações entre a primeira e a quinta edição. Se, na primeira edição, apenas foram enumerados 7 conceitos considerados, por ele, como básicos – a que ele, inclusive, denomina “noções preliminares” –, na quinta, ele enumera 8 conceitos, denominando-os de “definições preliminares”.

Para melhor visualizar as mudanças e, posteriormente, confrontá-las, foi construído o quadro, a seguir:

**Quadro 1.** Noções e definições em *Manual de Análise (léxica e sintática)*, de José Oiticica

Edição de 1919	Edição de 1940
<b>Linguagem</b> é a manifestação do pensamento ou do sentimento pela fala.	<b>Linguagem</b> é a manifestação do pensamento ou do sentimento.
<b>Gramática</b> é a exposição dos fatos da linguagem	<b>Gramática</b> é a exposição dos fatos de uma língua.
<b>Gramática portuguesa</b> é a exposição dos fatos da língua portuguesa.	<b>Gramática portuguesa</b> é a exposição dos fatos da língua portuguesa.
<b>Frase</b> é a expressão oral de um pensamento ou sentimento	<b>Fala</b> é a linguagem por sinais auditivos fisiológicos (voz e consonâncias).
<b>Palavra</b> é a expressão oral de uma ideia, emoção ou denotação.	<b>Mímica</b> é a linguagem por sinais visuais gesticulados.
<b>Fonema</b> é o elemento de enunciação da sílaba.	<b>Semafórica</b> é a linguagem por sinais auditivos ou visuais, mecânicos (apito, corneta, poste semafórico, etc.)
<b>Sílaba</b> é o elemento de enunciação da palavra.	<b>Língua</b> é um sistema de linguagem
	<b>Linguística</b> é o estudo dos fatos da linguagem.

Fonte: Oiticica (1919; 1940).

Ao confrontar as noções/definições, várias diferenças e mudanças são encontradas, mas também algumas permanências. A ordem em que se apresentam, porém, no *Manual*, não foi respeitada nesse quadro, que foi construído para fins de comparação e confronto.

Apenas um conceito se manteve inalterado na quinta edição (1940) do *Manual*: o de Gramática da língua portuguesa – exposição dos fatos da língua portuguesa. Ao tentar definir gramática, porém, percebe-se que há uma correção: enquanto na edição de 1919, ela é a exposição dos fatos da linguagem, na edição de 1940, ela é a exposição dos fatos de uma língua. Existe, portanto, uma mudança baseada nos novos princípios linguísticos: a gramática não estuda a linguagem, mas a língua – objeto de estudo da linguística.

Veja-se que é ainda, na quinta edição, que o conceito de língua aparece: sistema de linguagem. Essa definição nos leva a presumir que o eminente autor já admitia a língua como um sistema, espelhando-se na corrente estruturalista, inaugurada por Saussure.

Enquanto na edição de 1919, o autor se preocupava com os conceitos de fonema, palavra e frase (e aqui existe uma gradação), na versão de 1940, ao que parece, essas noções ficaram contidas no conceito maior de língua. Em contrapartida, termos como “mímica”, “semafórica” e “fala” aparecem como “novos” elementos na construção da gramática.

Com relação à fala, existe um ponto que nos chama a atenção: na edição de 1919, ela compõe o conceito de linguagem – é a manifestação do pensamento ou do sentimento pela fala –, na edição de 1940, porém, a fala é suprimida desse conceito e passa a ter a mesma importância que os outros elementos – é a linguagem por sinais auditivos fisiológicos (voz e consonâncias). Não há dúvida, portanto, de que o autor havia entrado em contato com os pressupostos da teoria estruturalista. Só não há referências explícitas suficientes para afirmar categoricamente essa assertiva.

Apesar de encontrar essas noções devidamente expostas no início do *Manual*, não são elas desenvolvidas *a posteriori*. Esse fato faz-nos acreditar que o autor ou tinha por necessário apresentar sua posição linguística, ou seguia modelos de gramática preexistentes na qual era comum dedicar uma página para noções, conceitos e definições.

### 4.3 A divisão do Manual

Por acreditar que a função da gramática é estudar a palavra de forma isolada e estudar a estrutura e a interdependência das frases, Oiticica (1919), divide-a em Lexiologia e Sintaxe. O próprio título ostentado ao *Manual de análise léxica e sintática*, já induz ao leitor de que se tratará do léxico e da sintaxe.

Quanto à bipartição da gramática, o *Manual* não apresenta, pelo menos, inicialmente, rupturas com relação ao que já havia sendo feito por Júlio Ribeiro (1881) e Eduardo Carlos Pereira (1907):

as palavras, objeto da Grammatica, podem ser estudadas em dous apectos fundamentaes: - ou *isoladas* ou *combinadas*. Por isso o estudo da Grammatica divide-se naturalmente em duas partes, que se chamam – *Lexeologia* e *Syntaxe* (PEREIRA, 1907:3).

Segundo Molina (2004:364) é bem provável que Ribeiro (1881) e Pereira (1907) “ já estivessem vislumbrando a dicotomia significante/significado, proposta por Saussure no início do século XX”:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la ‘material’, é somente neste sentido, e por oposição a outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 1990:80)

Outro fato a ser observado é que as explicações do *Manual* são dispostas em itens numerados e em negrito, o que não só facilita a visualização, como também simplifica os assuntos de modo a expor apenas o que é de fundamental importância para a aprendizagem do aluno.

**Figura 12.** Itens numerados no Manual de Análise Léxica e Sintática

**16 — Verbo** é o nome flexionado em modo, tempo, número e pessoa. (1)  
Os verbos podem indicar: *existência*: ser, viver, existir; *ação*: quebrar; *estado*: estar, continuar (seguido de adjetivo); *mudança de estado*: ficar, cair, tornar-se (seguido de adjetivo); *fenômenos naturais*: chover, respirar; *fenômenos volitivos*: querer, supôr; *passividade*: sofrer, suportar; *dúvida*: parecer; *semelhança*: parecer, assemelhar-se; *ocorrência*: ocorrer, suceder, sobrevir, acontecer.  
O conhecimento preciso da natureza desses verbos é de muita importância na análise lógica.

Fonte: Oiticica (1919:17).

Encontramos semelhante organização em Júlio Ribeiro (1881:61):

**Figura 13.** Itens numerados na gramática de Júlio Ribeiro

**161.** *Verbo* é uma palavra que exprime a existência de uma relação entre duas idéias.

Fonte: Ribeiro (1881:61).

Da mesma forma procedia Eduardo Carlos Pereira (1907: 91):

**Figura 14.** Itens numerados da gramática de Eduardo Carlos Pereira

222. **Conjugação** é a propriedade que tem o verbo de indicar, pelas suas flexões, as relações de *tempo*, *modo*, *numero* e *pessoa*.

Chama-se também **conjugação** o quadro systemático do verbo em todas as suas flexões.

223. **Tempos** do verbo são as épocas da duração em que se realiza a acção ou o facto enunciado por elle.

**Fonte:** Pereira (1907:91).

Anos depois, Sousa da Silveira (1923:206) utilizaria o mesmo recurso:

**Figura 15.** Itens numerados da gramática de Sousa da Silveira

445. Verbos, geralmente transitivos, podem empregar-se intransitivamente, quando apenas se queira expressar o género de acção do sujeito e não se intende indicar a pessoa ou coisa alvo da acção ou produto dela:

“o pai faz que não *ve*”. (M. de Assis, *D. Casmurro*, 8).

“Deus, porém, criou as árvores frutíferas e os vegetais que *nutrem* ou *encantam*”. (M. de Assis, *Fábulas Hist.*, 139).

446. O contrário disto se dá: verbos intransitivos podem aplicar-se como transitivos, isto é, acompanhados de objeto directo:

“*Andei* longes terras”

**Fonte:** Silveira (1923:206).

A organização do *Manual de Oiticica* em itens numerados, bem como das demais obras aqui mostradas, era uma estratégia dos autores a fim de imprimir praticidade e facilidade na leitura e no ensino do conteúdo, revelando uniformidade nesse quesito.

A seguir, trataremos da primeira parte da obra.

### 4.3.1 A Lexiologia

Para o estudo da Lexiologia, o autor propõe considerar “os elementos fônicos, ou fonemas; a classe a que pertence; seus elementos mórficos ou morfofos; suas flexões; sua origem e sua significação”. A Lexiologia divide-se em “Fonologia, Taxionomia, Morfologia, Campenomina, Etimologia e Semântica”. (OITICICA, 1919; 1940)

Tal repartição parece-nos inovadora, uma vez que autores do mesmo período vislumbravam a Lexiologia em duas partes:

A *lexeologia* considera as palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou formas. A lexeologia compõe-se de duas partes: phonologia e morfologia. (RIBEIRO, 1881:2)

Eduardo Carlos Pereira (1907) manifesta-se da mesma forma que Ribeiro (1881):

*Lexeologia* estuda as palavras isoladamente sob dois aspectos fundamentaes: em sua parte *material*, que são os *sons* ou as *letras*, conforme se tracta da palavra *falada* ou *escripta*, e em sua *idéa* ou *significação*. Por isso divide-se o estudo da *Lexeologia* em duas partes, a saber: a) *Phonologia*; b) *Morphologia*. (PEREIRA, 1907:4)

Fávero & Molina (2006) nos ensina que a divisão da gramática sugerida por Ribeiro em Lexiologia (fonologia e morfologia) e Sintaxe em quatro partes (léxica e lógica), tem origem

no período medieval - talvez desde Prisciano, o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe, definida como o estudo da ‘disposição que visa à obtenção da oração bem feita’, a mesma encontrada no final do século XVIII e início do XIX. (FÁVERO & MOLINA, 2006:131)

Em Oiticica, a lexiologia, englobava a fonologia, que estuda os fonemas que compunham a palavra, sua natureza, sua acentuação, seus agrupamentos, sua representação; a taxionomia – classe de palavras; a morfologia, que estuda os elementos mórficos; a campenomina, as flexões das palavras; a etimologia, que estuda a origem; e a semântica que estuda a significação das palavras. Esses estudos estão reunidos na Lexiologia.

Na publicação de 1940, a lexiologia abrange os itens 1 a 67. Enquanto na primeira edição, o autor só apresenta o quadro dos fonemas, na quinta, ele o amplia com explicações, não só dos fonemas, mas também das consonâncias, das vozes, das explosivas, fricativas, oclusivas, das semiconsoantes, dos dígrafos. Esta ampliação é o motivo que explica o acréscimo de 20 itens com relação à edição de 1919.

Na edição de 1919, os itens 4 a 12 referem-se ao estudo dos fonemas. Ao apresentar o quadro geral dos fonemas da língua portuguesa “segundo a prosódia normal brasileira”, Oiticica (1919) lembra aos professores que se quiserem encontrar esse assunto mais detalhado, terão de buscá-lo em *Estudos de fonologia*, escrito em 1916, tese ao concurso do Colégio Pedro II. Da mesma forma, ele anunciará essa alternativa ao apresentar os encontros vocálicos. A justificativa apresentada é a de que no *Manual*, só serão encontradas “as noções gerais para os alunos de preparatórios”. (OITICICA, 1919:10, nota de rodapé). Ao terminar a exposição teórica, o autor demonstra, por meio de modelos, a análise fonológica:

**Canto**- palavra dissílaba – 1ª sílaba, *can*, dífona: *c*, consonância articulada, línguo-velar surda; *na*, voz inarticulada, nasal – 2ª sílaba, *to*, dífona: *t*, articulação explosiva, línguo-dental, surda; *o*, voz biarticulada, bilabial, átona. Palavra monótona, paroxítona; representada por 4 letras, a primeira maiúscula e as demais minúsculas; a segunda alterada pelo sinal de nasalização *n*. (OITICICA, 1919:13).

Como exposto na introdução desse trabalho, delimitamos a análise às Noções Preliminares, à Lexiologia, à Morfologia e à Sintaxe no *Manual*, deixando para um próximo momento o estudo da parte mecânica da linguagem (fonologia).

Passemos, pois, a discussão da taxionomia.

#### 4.3.2 A taxionomia

A Taxionomia é o estudo das funções da palavra. Na primeira edição, a partir do item 13, que se estende até o item 37, Oiticica trata da taxionomia das palavras. Depois de definir o “nome” como “palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de uma entidade, fenômeno ou ação”, o autor o classifica em três grupos: “modificativo” – palavra que indica um dos modos pelos quais se considera um nome –; “conectivo” – indica a interdependência de dois nomes ou duas frases; e “pronome” – palavra que lembra ou substitui um nome. (OITICICA, 1919:14). Somente a partir daí, então, é que aparecem as classes de palavras, assim, por ele definidas:

**Quadro 2.** Taxionomia, conforme Manual de análise (léxica e sintática), 1919.

Taxionomia
<b>Nome</b> é a palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de uma entidade, fenômeno ou ação.
<b>Substantivo</b> é o nome flexionado em gênero e número.
<b>Verbo</b> é o nome flexionado em modo, tempo, número e pessoa.
<b>Adjetivo</b> é a palavra modificativa do substantivo.
<b>Pronome</b> é a palavra que lembra ou substitui o nome.
<b>Advérbio</b> é a palavra modificadora do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio.
<b>Preposição</b> é a palavra que indica <i>relação</i> entre duas ideias.
<b>Conjunção</b> é a palavra que indica a relação entre dois pensamentos. Essa união se pode fazer por <i>coordenação</i> , <i>subordinação</i> ou <i>correlação</i> .
<b>Interjeição</b> é a palavra que exprime <i>emoção</i> independente de algum pensamento.

**Fonte:** Oiticica (1919:14-47).

Na quinta edição, houve várias mudanças, principalmente no tocante à ampliação de explicações. Antes de definir o “nome”, partindo da tripartição modificativo, conectivo e pronome, o autor elabora uma introdução, contendo os aspectos (sete) que representam a existência, tanto real quanto imaginária – mitologia, romances, concepções fantásticas, abstrações: “cousas, fenômenos, entidades, ocorrências, ações, instituições, concepções”. (OITICICA, 1940:29). Em nota de rodapé, talvez, para não tornar o tópico mais longo, o autor apresenta sua posição diante dos conceitos usados:

Importa definir cada um desses termos para evitar confusão. *Fenômeno* (inclusive os psíquicos) é qualquer atividade da natureza; *entidade* é todo *produto ou resultado* de uma atividade da natureza; *concepção* é todo aspecto da atividade mental, puro ou representado; *ação* é toda atividade resultante da *vontade* atribuída a uma vontade; *instituição* é toda criação social; *ocorrência* é qualquer aspecto não dependente da atividade natural ou da vontade; *cousa* é todo produto da atividade humana. Dou à palavra *aspecto* o sentido mais lato possível, sinônimo de *modo de ser*. (OITICICA, 1940:29, grifos do autor).

Ainda com relação à classificação, o autor, além de manter as antigas classes de palavras, acrescenta as “palavras sintéticas” e as “palavras intensivas” – que serão, conceituadas no quadro a seguir e, posteriormente, junto às demais, analisadas:

**Quadro 3.** Taxionomia, conforme Manual de análise (léxica e sintática), 1940.

MANUAL DE ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA
<b>Nome</b> é a palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de um aspecto da existência real ou imaginária.
<b>Substantivo</b> é o nome flexionado em gênero e número.
<b>Verbo</b> é o nome flexionado em modo, tempo, número e pessoa.
<b>Adjetivo</b> é a palavra modificativa do substantivo.
<b>Pronome</b> é a palavra que evita o nome. Evita-se de dois modos: substituindo ou dispensando.
<b>Advérbio</b> é a palavra modificadora do verbo.
<b>Preposição</b> é a palavra que indica <i>relação</i> entre duas ideias.
<b>Conjunção</b> é a palavra que indica relação entre dois pensamentos.
<b>Palavras sintéticas</b> são aquelas que em si resumem funções duplas.
<b>Interjeição</b> é a palavra que exprime emoção independente de algum pensamento.
<b>Palavras intensivas</b> são as de realce, ênfase, reforço.

**Fonte:** Oiticica (1940: 30-68).

## Substantivos

Os substantivos foram, na primeira edição, classificados de acordo com sua extensão – comum ou próprio. Mas, há alguns aspectos que chamam a atenção como, por exemplo, o fato de denominar “expressão substantiva própria” à junção de vários nomes próprios: “Paulo *Silva*, João *Gomes*, Pedro *Duarte*”. Com relação à nomeação de alguns objetos, Oiticica afirma que “às vezes não há na língua nome especial para certos objetos e somos obrigados a juntar várias palavras para designá-los, ex: *ferro de engomar*, *ferro de abrir latas*, *pão de ló*”. (OITICICA, 1919:15-16, grifos do autor)

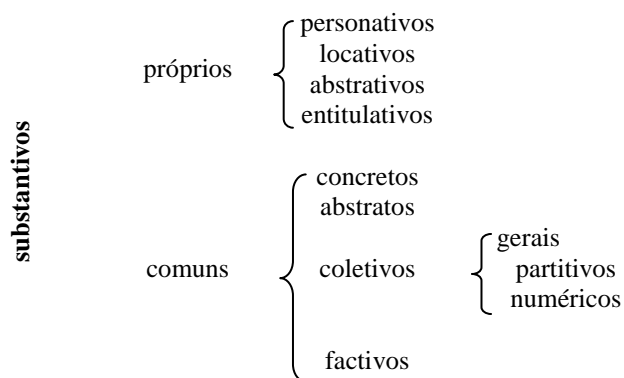
Os substantivos próprios foram subdivididos em personativos, locativos, abstrativos e entitulativos. Esta última designação foi por ele adotada por não encontrar uma melhor para classificar os substantivos “próprios que denotam casas comerciais, instituições, jornais, livros etc., ex.: o *Louvre*, o *Municipal*, o *Tempo* (jornal), a *Bíblia*, o *Corão* etc”. (OITICICA, 1919: 16, grifos do autor).

Os substantivos comuns, por sua vez, foram subdivididos em concretos e abstratos – “conforme designam entidades de existência material ou imaterial, incluindo-se, entre os últimos, os fenômenos de qualquer natureza”. Os substantivos que indicam coleção foram denominados de “*coletivos* e são *gerais*, *partitivos* ou *numéricos*, conforme designam um todo descontínuo, parte dele, ou um número determinado de indivíduos, ex.: *exército*, *batalhão*, *grosa*” (OITICICA, 1919:16, grifos do autor).

Com relação aos substantivos que se referiam à profissão ou posição social do indivíduo, o autor busca em Maximino Maciel a designação: esses substantivos são “nomes abstratos aplicados a entidades concretas: chamam-se factivos”. (OITICICA, 1919:16).

Daí advém o seguinte quadro que resume a classificação dos substantivos:

**Figura 16.** Classificação dos substantivos, conforme a edição de 1919.



**Fonte:** Oiticica (1919:17).

Na versão de 1940, a exposição do assunto “nome” e “substantivo” é idêntica à da primeira, excetuando a subdivisão dos substantivos coletivos. Enquanto na primeira edição, os substantivos coletivos foram divididos em gerais, partitivos e numéricos, na quinta foram divididos em indeterminados – “se não aludem à qualidade nem à quantidade dos indivíduos da coleção” a exemplo de *bando, grupo* – e determinados. Se os coletivos forem determinados na qualidade, chamam-se específicos – a exemplo de *enxame, batalhão*; se, na quantidade, numéricos – *dúzia, grossa, milheiro*. (OITICICA, 1940:32, grifos do autor)

Essa modificação, porém, não foi feita aleatoriamente. “Esta nova classificação dos coletivos, que me parece definitiva e de muito valor na análise, devo-a a duas sugestões, uma, de Sílvio Elia, outra de Antônio Houaiss” (OITICICA, 1940:31). Percebe-se, então, que a influência exercida por esses dois professores foram o motivo para as mudanças provocadas no *Manual* de Oiticica, fato já mencionado na Advertência da quinta edição.

### *Verbo*

Neste item, há muitas mudanças, principalmente, na subdivisão quanto à significação. Ao definir os verbos, porém, como o “nome flexionado em modo, tempo, número e pessoa” (OITICICA, 1919:17; 1940:32), percebe-se que a ressalva apresentada na edição de 1919 não difere da edição de 1940:

É essa realmente a única diferença entre os dois nomes: substantivo e verbo. Basta comparar *digestão* e *digerir*, *corrida* e *correr*, *visão* e *ver*, *despedaçar* e *despedaçamento*. Quer os substantivos, quer os verbos resumem os caracteres dos mesmos fenômenos. Eis porque se diz, aliás, com pouca exatidão, ser o infinito a forma substantival do verbo. Deve-se ter sempre clara esta noção muito esquecida, de que a distinção entre substantivo e verbo assenta unicamente *nas flexões*. (OITICICA, 1919:17; 1940: 32, grifos do autor).

Para classificar os verbos, o autor usa quatro critérios: quanto à significação, à conjugação, à integridade e quanto à modalidade. Em ambas as edições, existe a indicação que o conhecimento preciso da natureza dos verbos, ou seja, da significação dos verbos é de muita importância na análise lógica. A seguir, comparam-se as subclassificações entre as edições:

**Figura 17.** Quadro geral dos verbos, conforme edição de 1919.

<b>VERBOS</b> quanto à	significação	{	de existência de ação (ativos) de estado de mudança de estado de fenômenos naturais de fenômenos mentais (volitivos) de passividade (passivos) de dúvida de semelhança de ocorrência	
	conjugação	{	regulares irregulares	{ fortes fracos
	integridade	{	defectivo indefectivo	
	modalidade	{	principal auxiliar	

Fonte: Oiticica (1919:19).

**Figura 18.** Quadro geral dos verbos, conforme edição de 1940.

<b>VERBOS</b> quanto à	significação	{	da ação (ativos) de conveniência de estado de mudança de estado de fenômenos naturais de fenômenos mentais (volitivos) de passividade (passivos) de dúvida de semelhança de ocorrência de suficiência de acidente	{ passageiro permanente
	conjugação	{	regulares irregulares anômalo	{ fortes fracos
	integridade	{	defectivo indefectivo abundantes	
	modalidade	{	principal auxiliar	

Fonte: Oiticica (1940:35).

As modificações são claras: ao invés de verbos de existência (ser, viver) agora verbos de estado permanente (ser, viver), mudança apenas na nomenclatura, uma vez que os verbos

são os mesmos. Algumas categorias foram ampliadas, como a de “conveniência”, quanto à significação; a de verbos “anômalos”, quanto à conjugação e a de verbos “abundantes”, quanto à integridade. Apesar de ter inserido essas novas subdivisões, o autor não as comenta; apenas, remete o leitor, em nota de rodapé para “ver nas gramáticas, ou melhor, no *Breviário de Verbos* do Dr. Othelo Reis, a lista dos verbos irregulares, defectivos, abundantes e auxiliares” (OITICICA, 1940:34). A obra de Reis fazia parte da lista dos livros adotados no Colégio Pedro II, na mesma época (1926; 1929) da adoção do *Manual de Análise Léxica e Sintática*; é muito provável que Oiticica tenha sugerido a pesquisa no *Breviário da Conjugação de Verbos* como um meio para que os alunos aprofundassem o assunto, uma vez que se tratava de um livro que cuidava especificamente dos verbos.

### *Adjetivos*

Tanto na primeira edição quanto na quinta, o autor justifica sua escolha pela ordem de apresentação do adjetivo antes do pronome: “é absolutamente necessário tratar do adjetivo antes do pronome por ser a subdivisão deste dependente da daquele”. Ao definir o adjetivo como uma palavra modificativa do substantivo, aponta para a ideia de “modificativa”: “o vocábulo modificativa, repetimos, quer dizer: que indica um dos modos pelos quais consideramos o substantivo”. (OITICICA, 1919: 19; 1940:35)

A subdivisão dos adjetivos é idêntica em uma e outra edição. Os adjetivos podem ser descritivos (essencial e acidental), assimilativos, designativos (articular, relativo, possessivo, demonstrativo, numeral e ordinal) e indefinitos (universal e distributivo).

Existem algumas peculiaridades nesta classificação que difere da que conhecemos hoje. Por exemplo, a interpretação taxionômica dada pelo estudioso confere à classe dos adjetivos articulares somente o artigo definido, palavra de função designativa que serve para individualizar o substantivo.

(...) São, verdadeiramente, adjetivos articulares quando se referem a entidades de que tratamos; ex.: ponha *o* livro na mesa e *a* caixa na gaveta. Pode funcionar como indefinito quando se prende a um substantivo geral; ex.: *o* leão é carnívoro, isto é, todo leão. Pode ainda ser mero *reforço*, quando junto aos possessivos: ex.: *o* meu livro é branco. Neste caso pode suprimir-se. (OITICICA, 1919: 20; 1940:35).

Com relação ao artigo indefinido “um” e suas flexões, aponta que estão entre os adjetivos indefinidos, uma vez que não modificam o nome de modo geral. Dessa forma, ao discriminar valores semânticos distintos nos artigos definido e indefinido, o primeiro

designativo e o segundo indeterminativo, propõe redistribuí-los em subclasses diferentes do adjetivo.

Os adjetivos designativos, na verdade, são hoje os pronomes possessivos, relativos e demonstrativos. Quando Oiticica (1919:21; 1940:37, grifos do autor) expõe sobre os *adjetivos* demonstrativos, chama a atenção para os termos *tal* e *semelhante*, ambos considerados demonstrativos, uma vez que reportam ao emprego dos termos *esse*, *este*: “Entre os demonstrativos está o adjetivo *tal* em expressões como: encontrei realmente *tais* cartas = *essas* cartas (de que v. fala). (...) O mesmo se dá com o adjetivo *semelhante*”.

Ainda com relação aos demonstrativos, o autor constrói uma nota de rodapé (edição de 1919, mas, posteriormente, inserido no texto, na edição de 1940) propondo a subdivisão dos adjetivos demonstrativos:

Na frase – este livro é verde – designo a posição do livro mais próximo da minha pessoa; mas, na frase: desses livros não vejo há muito – o adjetivo *esses* não designa posição, alude apenas a livros de que se fala; assim também: não vi semelhante gente = essa gente, tal gente. Devemos, por isso, separar as duas classes, sem o que não poderemos classificar tal e semelhante nesse sentido. Nas frases: era o mesmo homem, era o próprio amigo, mesmo e próprio são demonstrativos que firmam a identidade da pessoa. É uma função especialíssima de importância. Eis porque proponho a seguinte subdivisão dos demonstrativos: de posição: *este*, *esse*, *aquele*, *estoutro* etc; de identidade: *mesmo*, *próprio*; alusivos: *deste*, *desse*, *daquele*, *tal*, *semelhante*; indefinito. (OITICICA, 1919:21).

### *Pronomes*

Nesse item, em especial, são apresentadas as várias discussões entre os gramáticos e a posição defendida pelo autor. Para Oiticica (1919; 1940), o pronome é a palavra que evita o nome de duas maneiras: ou substituindo-o ou dispensando-o.

Um dos problemas, porém, é que alguns gramáticos, como Said Ali não admitem “os adjetivos determinativos e indefinitos (*êste*, *meu*, *algum*, *quatro*) sejam considerados pronomes quando desacompanhados do substantivo e dizem que permanecem adjetivos” (OITICICA, 1919:24; 1940:41). A posição do autor do *Manual*, entretanto, diverge desses gramáticos.

Provém o engano de desconhecerem a função supressiva do pronome. Também, quando suprimimos o substantivo regido do artigo, o adjetivo descritivo passa a substantivo; ex.: os homens justos (adj.) são estimados – os justos (subst.) são estimados. É um fenômeno de transmissão de sentido. Suprimido o substantivo, a ideia por ele expressa se transfere naturalmente ao adjetivo, como a expressa pelo adjetivo, suprimido este, se transfere ao pronome. (OITICICA, 1919:25; 1940:41).

No século anterior, Júlio Ribeiro (1881) apresentou definição semelhante:

O que caracteriza terminantemente o adjetivo e o discrimina de qualquer outra espécie de palavras, é a circunstância de andar ele sempre ligado a um substantivo ou pronome, na qualidade de atributo ou na de predicado. Vindo a preencher outra função, isto é, a figurar por si só (...) ele deixa de ser adjetivo para assumir uma qualificação diversa. Neste novo estado (...) passam a ter tidos os determinativos como pronomes. (RIBEIRO, 1881:59)

Na quinta edição, Oiticica acrescenta um novo parágrafo no qual admite conhecer outra posição, baseada em Said Ali<sup>60</sup>, mas que não vai admiti-la: “Outros gramáticos consideram os adjetivos possessivos e demonstrativos sempre pronomes e lhes chamam pronomes-adjetivos ou pronomes-adjuntos (Said Ali). Não posso expor aqui as razões por que não anuo a tal conceito”. (OITICICA, 1940:41). Sinalizamos que Said Ali opta por subdividir o pronome em pronome-substantivo (pronome absoluto) e pronome-adjetivo (pronome adjunto) justamente no sentido que lhe é atribuído como um substantivo ou um adjetivo. Seu posicionamento agrupa à classe dos pronomes “uma série de palavras de valor adjetivo, antes tidas como adjetivos determinativos (demonstrativos, possessivos etc) cuja função é assessorar o substantivo na sentença sem lhe conferir valor qualificador”. (CAVALIERE, 2000: 278).

Eduardo Carlos Pereira (1907) assume a mesma posição de Said Ali quanto à classificação do termo:

*Pronome substantivo* ou propriamente, *pessoal*, é o que indica o ser sob simples relação de pessoa, ou substitue o nome sem qualquer outra limitação (...). *Pronome adjetivo* é o que se põe em lugar de um substantivo ou seu equivalente, na terceira pessoa gramatical, ajuntando-lhe uma limitação, isto é, o que, além da qualidade de substituto pronominal reúne a função adjectiva de um determinativo. (PEREIRA, 1907:83-85)

No século anterior, Júlio Ribeiro (1881) daria definição similar:

*Pronome substantivo* é o que está em lugar do substantivo sem limitá-lo por maneira nenhuma. (...)  
*Pronome adjetivo* é o que está em lugar do substantivo, limitando-o ao mesmo tempo de alguma maneira. (RIBEIRO, 1881: 59-60)

Em nota, que só aparece na quinta edição, Oiticica (1940) justifica-se:

parecerá estranha a inclusão de demonstrativos e relativos entre os supletivos e a de indefinitos entre os supressivos. Essa classificação, entretanto, resulta de sério

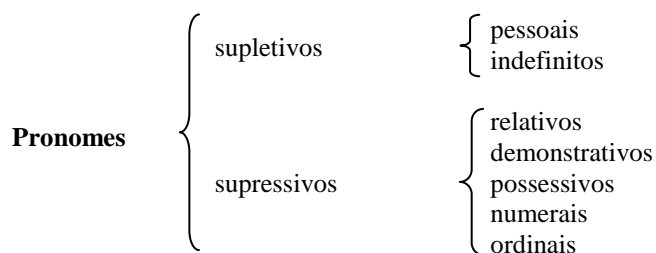
---

<sup>60</sup> Na *Gramática Secundária da língua portuguesa*, Ali assevera que “os pronomes ou fazem as vêzes de um substantivo, ou se juntam a um nome como os adjetivos. No primeiro caso chamam-se pronomes absolutos ou pronomes-substantivos; no segundo são pronomes adjuntos ou pronomes-adjetivos. (SAID ALI, s/d: 91)”.

exame feito em conjunto com os professores Antônio Houaiss, Sílvio Elia, A. C. de Matos Peixoto e Rocha Lima. (OITICICA, 1940: 41-42)

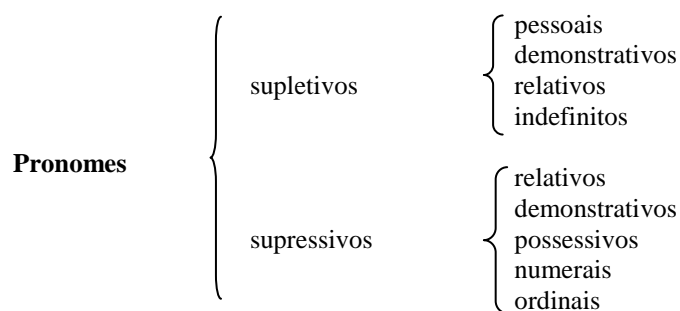
Continuando, o velho mestre estabelece o quadro geral dos pronomes, que apresenta modificações na quinta edição:

**Figura 19.** Quadro geral dos pronomes, conforme a edição de 1919.



Fonte: Oiticica (1919:26).

**Figura 20.** Quadro geral dos pronomes, conforme a edição de 1940.



Fonte: Oiticica (1940:43).

Percebemos que na quinta versão, aparecem também como supletivos os relativos e os demonstrativos. Há uma diferença apontada entre os indefinitos supletivos – alguém, quem, ninguém, nada, tudo, algo etc. – e supressivos – um, algum, nenhum, certos, muitos, poucos, vários, outro e outros. Quanto aos demonstrativos, seriam supletivos *isto, isso e aquilo*, enquanto que *este, esse e aquele*, seriam supressivos.

Na edição de 1940, também encontramos um acréscimo no quadro dos pronomes, dispostos pelo autor em nota de rodapé, como expressões pronominais: os pronomes que, atualmente, são de tratamento.

Convém, para a análise, conhecer as expressões pronominais usadas nos tratamentos. Ei-las: Vossa mercê (V.M.) – para pessoas de cerimônia; Vossa Senhoria (V.S.) – para oficiais até coronel; para funcionários de alta categoria abaixo de ministros; para pessoas gradas de cerimônia. (...) (OITICICA, 1940:43-4).

Apesar de não oferecer muitos exemplos de autores clássicos, Oiticica usa trechos de *Os Lusíadas*, de Camões, para atestar sua posição com relação aos pronomes: “Nenhum sinal aqui da Índia achamos / No povo *com nós outros* quase mudo”. (OITICICA, 1940:44, grifos do autor).

### *Advérbios*

Na definição dos advérbios há uma mudança entre as edições. Se, na primeira, o advérbio é definido como “uma palavra que modifica o verbo, o adjetivo e outro advérbio”, na quinta, ele aparece apenas como modificador do verbo. Isso porque enquanto o advérbio modifica o verbo “exprimindo as circunstâncias que o cercam ou precisam uma ação” (OITICICA, 1940:45), ele só se juntará ao adjetivo ou advérbio para indicar intensidade ou funcionar como índice de grau.

Depois, trata do uso do *advérbio* de intenção *propositadamente* e atesta, na quinta edição, que o prof. Said Ali “impugna o uso desse advérbio jamais usado pelos clássicos, que só conhecem de propósito”. (OITICICA, 1940: 46). A expressão *propositadamente* fora uma criação de Rui Barbosa, cuja intenção era a de impedir o uso *errôneo* de *propositamente*. Tratava-se de uma preocupação com a imposição da língua padrão, por meio de suas regras e normas do bem falar e escrever, em detrimento de qualquer outra modalidade linguística.

Na primeira e na quinta edição, Oiticica critica os gramáticos que nomeiam o “advérbio de intensidade como sendo de quantidade, definição que não considera, pois não indicam o quanto, mas somente a intensidade”, e exemplifica: *ele desceu muito* (mais do que devia, em *excesso*). (OITICICA, 1919: 28; 1940:47).

Os advérbios foram assim classificados, na primeira edição: *Dúvida*: talvez, quiçá, acaso, por ventura; *Frequência*: diariamente, semanalmente etc; *Intensidade*: muito, assaz, bastante, excessivamente etc.; *Lugar*: abaixo, acima, aquém, além, dentro, fora etc.; *Intenção*: adrede, acinte, intencionalmente, acaso etc; *Modo*: bem, certo, mal, tristemente etc; *Tempo*: ainda, agora, amanhã, cedo etc; *Ordem*: primeiramente, anteriormente, na frente, atrás, adiante etc. (OITICICA, 1919:28-30). Na quinta edição, os advérbios de “ordem” foram realocados nos advérbios de “tempo” e “lugar”.

A confusão, entretanto, quanto à classificação de alguns advérbios era muito grande. Em nota de observação, o autor aponta para a dificuldade existente em se classificar as palavras *apenas*, *sequer*, *senão*, *só*, *somente*, *exclusivamente*, *unicamente*, *menos*, *fora* etc: ora apareciam como advérbios de exclusão, ora como palavras propositivas. A posição defendida era a de não aceitar

semelhante classificação e a prova está na discordância e confusão dos autores, que distribuem os mesmos advérbios a esmo, uns, sob uma rubrica, outros, sob outra. Essas palavras indicam exclusão, e a exclusão, como a inclusão (todos partiram, inclusive eu, até eu...) não se refere ao verbo, refere-se ao substantivo; logo não é circunstância. Portanto, as palavras de exclusão não podem ser consideradas advérbios. (OITICICA, 1919:30-1; 1940:48-9).

Ele reconhece que essas palavras são inclassificáveis no quadro tradicional: “Dessa impossibilidade de classificação, dessa insuficiência da taxionomia fixada pelos gramáticos antigos, são testemunhas todos os professores que se veem atordoados, muitas vezes, com as classificações em aula, e os próprios gramáticos nas suas estranhas divergências”. (OITICICA, 1919:30-1; 1940:48-9).

A partir daí, então, Oiticica (OITICICA, 1919:30-1; 1940:48-9) alega que “muitos gramáticos silenciam sobre muitos advérbios, acarretando graves prejuízos aos estudantes”. Sobre esta alegação pensamos que um *Manual* dirigido a alunos não é o lugar adequado para tais observações, uma vez que o autor poderia valer-se de outros meios para manifestar aos gramáticos o seu posicionamento. Porém, não esqueçamos que o catedrático assim age, tendo em vista a sua ideologia anarquista e o seu espírito contestador.

Continuando, afirma que é “urgente completar o quadro da taxionomia, criando outras categorias gramaticais”. (OITICICA, 1919:32; 1940:50). Para ele, há de se distinguir, pelo menos, três classes de palavras: as ideativas, as emotivas e denotativas. Na primeira edição (1919), as ideativas compreendem as nominativas (substantivos e verbos), as pronominais (pronomes), as modificativas (adjetivo e advérbio) e as conectivas (preposição e conjunção). As palavras emotivas compreendem as interjectivas e intensivas. As denotativas, por sua vez, incluem as palavras afirmativas (positivas e negativas), as aditivas, corretivas, exclusivas, inclusivas, designativas, sintéticas, explicativas, expletivas e concessivas.

Na quinta edição (1940), porém, há algumas mudanças nessa classificação, principalmente, na subdivisão das palavras denotativas, como se pode ver no quadro, a seguir.

**Quadro 4.** Palavras ideativas, emotivas e denotativas

<b>palavras</b>	ideativas	nominativas	substantivos
			verbos
		prenominativas	pronomes
			vicários
		modificativas	adjetivo
			adverbio
		sintéticas	
		conectivas	preposição
			conjunção
		emotivas	interjectivas
	intensivas		
	denotativas	aditivas	
		afirmativas	positivas
			negativas
		avaliativas	
		comparativas	
		concessivas	
		corretivas	
		designativas	
		distributivas	
escusativas			
exclusivas			
expletivas			
explicativas			
gradativas			
inclusivas			
preventivas			
seletivas			

Fonte: Oiticica (1940:51).

Nesse sentido, Cavaliere (2000) aponta que

diante da impossibilidade de se ajustarem as características de todas as palavras ao modelo existente, Oiticica resolve abrir três grupos de categorias gramaticais, constituídos segundo um plano hierárquico que vai do sentido vocabular mais geral para o sentido mais específico: as palavras ideativas, emotivas e denotativas. (CAVALIERE, 2000:255)

As *palavras ideativas* possuem significação própria e são linguisticamente determináveis, agregam todas as classes gramaticais, exceto as interjeições. São palavras que

possuem um conceito representativo uma vez que transportam “para a língua as significações do mundo, a par de outras de valor semântico acessório”, já que estão associadas às primeiras. Estão divididas em quatro grandes classes: nome, modificativo, conectivo e pronome. O *nome* possui um papel representativo, é a *palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de um aspecto da existência real ou imaginária*. O *modificativo* funciona como atributo do verbo e compõe uma classe de “atribuição semântica, é a palavra que indica a interdependência de dois nomes ou duas frases,” mesmo que restrita a um significado interno, uma vez que o conectivo não conecta, ele “indica interdependência”. (OITICICA, 1940:55). O grupo das *pronominais* tem valor semântico de evitar o nome. Dessa categoria fazem parte, além do pronome, os verbos-vicários e os advérbios-pronomes. Em relação aos verbos vicários, Cavaliere (2000) assevera que

essa classe mantém vínculo estreito com a categoria dos *termos vicários*, que reside na proposta de Cândido Jucá Filho, posterior à de Oiticica. São, inegavelmente, os dois momentos singulares em nossa gramática filológica em que essa tipologia lexical mereceu estudo mais atento. Trazem elucidação preciosa dos mecanismos sintáticos que tanto tipificam o português nos processos de coesão textual anafórica. (CAVALIERE, 2000: 256)

Quanto às palavras *emotivas* e *denotativas*, o valor de Oiticica reside no fato de tê-las diferenciado pela especificidade ou anomalia, como especificado, em outras palavras, por Cavaliere (2000), porque inclassificáveis, como já firmado anteriormente.

Nesse sentido, Cavaliere (2000) acrescenta que

Indiscutivelmente, as soluções que o velho mestre conferiu para o problema das denotativas não atingiram o fim colimado, pois não lograram elucidar satisfatoriamente o fato linguístico; hoje, cabe parcialmente à teoria da argumentação fundamentar o uso dessas palavras de valor discursivo, tarefa de que, por sinal, se desincumbe muito bem. (CAVALIERE, 2000: 257)

Cumprido frisar que somente um aspecto desse modelo apresentado por Oiticica, o das palavras denotativas, obteve receptividade em compêndios de doutrina e livros escolares que vieram a lume em décadas posteriores e inspirou o grupo de filólogos e linguistas<sup>61</sup> que, logo

---

<sup>61</sup> Comissão designada na Portaria Ministerial nº 152/57, de 24/04/1957 do Ministro de Estado da Educação e Cultura (Clóvis Salgado), para reexame do primitivo, mas ainda do estudo, minucioso e atento, do Anteprojeto de Simplificação e Verificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Ferreira Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima. Assessores: Antônio José Chediak, Serafim da Costa Neto, Sílvio Edmundo Elia. Em 1958, a Comissão encaminhou ao Ministro da redação final do Anteprojeto, após reexame do documento e recepção de contribuições remetidas à CADES pela Academia Brasileira de Filologia, por várias Faculdades de Filosofia do País, pela Secretaria de Educação do R.G. do Sul e individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português. Fonte: [www.portaldalinguaportuguesa.org](http://www.portaldalinguaportuguesa.org). Acesso em 10 de abril de 2015.

após a portaria do Ministério da Educação e Cultura, entre abril de 1957 e início de 1959, formatou a NGB. A nova nomenclatura trazia a classe do advérbio, o seguinte: “Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios, terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, realce, afetividade etc”.

Entre compêndios que acolheram o modelo taxionômico de Oiticica, o de Celso Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra intitulado *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985) traz, ao tratar do advérbio, o subtítulo “Palavras denotativas”, com nota de rodapé explicando que tal denominação foi proposta pelo professor Oiticica. Na nota, os autores acrescentam: “À falta de uma designação mais generalizada, adotamos provisoriamente esta, embora reconhecendo que *denotar* é próprio das unidades lexicais e gerais”. (CUNHA & CINTRA, 1985:540)

Mesmo com essa recepção, tanto por autores como pela NGB, é bom atentar que o êxito conquistado por Oiticica com as palavras denotativas se deu menos pela eficiência na abordagem de tais palavras e mais porque eliminou um vazio existente no quadro das classes gramaticais.

### *Preposição*

Apontando para a importância das relações entre as ideias para a análise sintática, Oiticica (OITICICA, 1919:37-39; 1940:56-58) enumera-as: “adição, assunto, causa, companhia, concessão, concomitância, condição, conformidade, distância, distribuição, efeito, estado, estimativa, favor, fim, frequência, instrumento, intensidade, limite, lugar, matéria, medida, meio, modo, oposição, posição, prazo, preço, proveniência, qualidade, quantidade, reciprocidade, referência, substituição, troca”.

Reconhece, entretanto, que as preposições essenciais não são suficientes para exprimir todas as relações, nem cada relação tem uma preposição especial para expressá-la. Assim, uma mesma preposição poderá servir para expressar várias relações, assim como as expressões prepositivas.

Neste item, não houve mudanças entre as edições, o que leva a crer que os gramáticos, professores e filólogos eram acordes quanto a essa classe de palavra.

## *Palavras sintéticas e Palavras intensivas*

Na quinta edição, Oiticica (1940:68) dispensa atenção diferenciada para duas classes de palavras que criou: as palavras sintéticas e intensivas.

Com a instituição de tais classes, o quadro taxionômico do autor ganhou caráter de complexidade pontual, tanto que as novas categorias não foram acolhidas pela NGB, cujo anteprojeto, gerado no MEC, em 1957, tinha objetivo em sentido contrário: simplificar e unificar a nomenclatura, indo além, com a substituição de nomes como *léxica* (quanto à análise), *diacríticos*, *expletivos*, *morfoses*, *funções incidentes*, usados por gramáticas até a década de cinquenta.

Com relação às palavras sintéticas – que reúnem funções dúplices para o professor – os comparativos sintéticos *maior* e *melhor* tiveram enquadramento pela NGB na classe dos adjetivos, bem como *menor* e *pior*, herdados todos da língua latina, que os formava com o sufixo – *ior*.

Já as sintéticas *que*, *quem*, *quanto* surgem como pronomes relativos, enquanto *como*, *onde*, *quando* e *porque* encontram-se na classe dos advérbios interrogativos. Neste último caso, cabe uma observação: não há palavras de natureza interrogativa, é a frase que é interrogativa. (Cf. BUENO, 1953)

Em exame mais acurado, verificamos que Oiticica (1940), ao citar as palavras sintéticas, dá-lhes as formas desenvolvidas ou analíticas. Por exemplo, *onde* em “descobri *onde* se achavam” equivale a o *lugar em que*, sendo *onde* um pronome relativo que, ao desempenhar normalmente a função de adjunto adverbial (= no qual, o lugar em que), é hábito ser tido, por alguns gramáticos, *advérbio relativo*, denominação que não é registrada na NGB.

Por sua vez, as palavras intensivas são descritas pelo autor como as de realce, ênfase, reforço. O termo realce foi agasalhado pela NGB como de classificação à parte. Dos exemplos citados, *mesmo* aparece na frase “Eu *mesmo* ignoro”, na obra *Dicionário Gramatical* (1962). A respeito, Sílvio Elia, responsável pelos verbetes de língua portuguesa desse dicionário, observa que “os processos linguísticos do realce pertencem à parte dos estudos de linguagem denominados *Estilística*”. (ELIA, 1962:160)

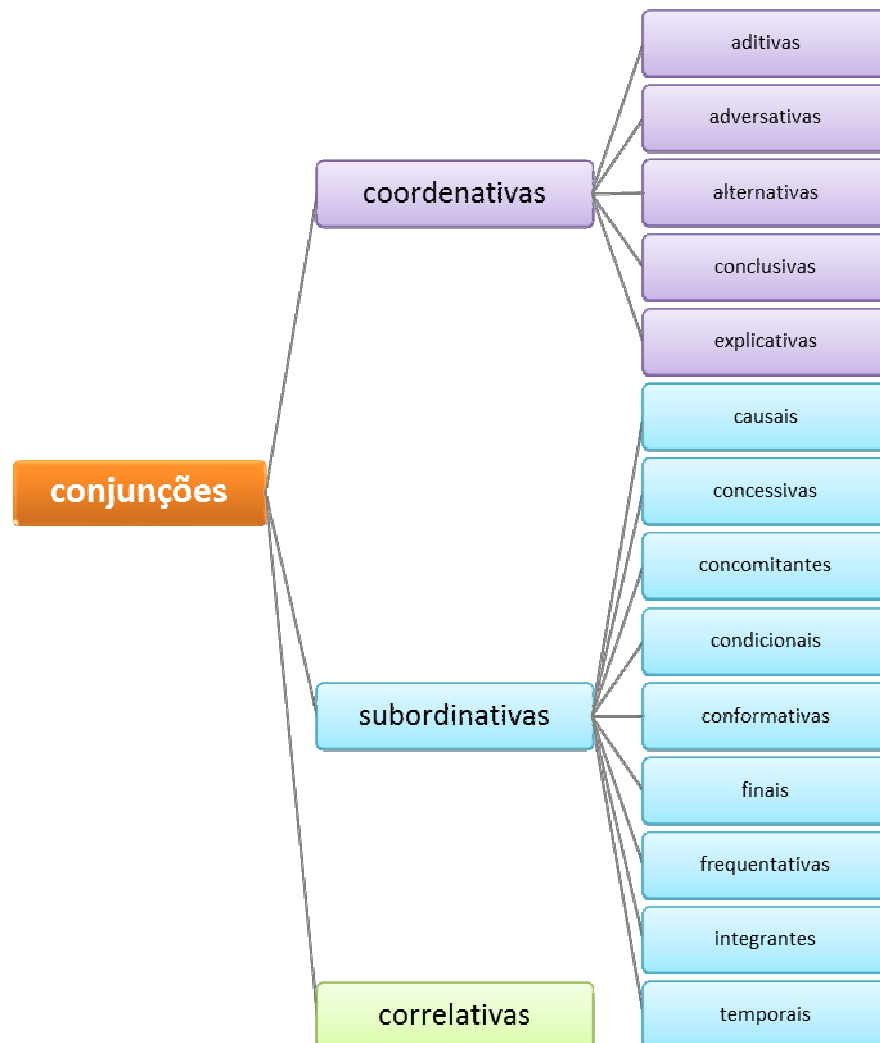
Nas intensivas, Oiticica inclui ainda as expressões de precisão, indicativas de intensidade, da força de uma apreciação, por exemplo, *exatamente*, *precisamente*, *rigorosamente*, classificados pela NGB como advérbios de modo, os quais, devido à não existência do sufixo –*mente*, foram e são formados de modo especial, a partir do ablativo

singular do substantivo feminino latino *mens, mentis* > *mente* em português, que se juntava a um nome qualificativo (adjetivo). (OITICICA, 1940:69)

### Conjunção

As conjunções podem representar adição, assunto, causa, companhia, concessão, concomitância, condição, conformidade, distância, distribuição, efeito, estado, estimativa, favor, fim, instrumento, intensidade, limite (que subdivide em lugar), matéria, medida, meio, modo, oposição, posição, prazo, preço, proveniência, qualidade, quantidade, reciprocidade, referência, substituição e troca. Indicam uma relação entre dois pensamentos e podem fazer-se por coordenação, subordinação e correlação.

Figura 21. Conjunções



Fonte: Oiticica (1940:60).

Na coordenação, os sentidos são completos e independentes. Na subordinação, uma ou mais frases completam o sentido da frase principal. Na correlação, ocorre um processo em que “duas orações são formalmente interdependentes, relação materializada por meio de expressões correlatas.” (RODRIGUES, 2007:231). Na primeira edição (OITICICA, 1919:40), há no quadro das conjunções as coordenativas continuativas; na quinta edição há o acréscimo das coordenativas explicativas e subordinativas frequentativas.

Desde a publicação da importante obra de Oiticica, *Teoria da Correlação* (1952), cujo estudo trata da existência de não somente dois processos de estruturação sintática, mas de três, o autor sugere aos futuros pesquisadores que ampliem sua análise: “[Quanto ao estudo da correlação], faça-o agora o mais completo que posso. Outros, futuramente, com mais lazer, alargarão as pesquisas, pois, neste assunto, deparam-nos os autores, floresta inexplorada”. (OITICICA, 1952:2).

No trabalho de Rosário<sup>62</sup> (2012), o autor assinala que estudiosos filiaram-se à sua proposta, dentre os quais estão Melo (1978) e mais recentemente Rodrigues (2007). Por outro viés, Câmara Jr. (1981), Bechara (1999), Luft (2000) e Kury (2003) reconhecem a correlação desde que concatenada aos processos de subordinação e coordenação, funcionando apenas como uma característica secundária.

Nos meios acadêmicos há muita polêmica quanto à existência e à caracterização da correlação, dissociada do processo sintático da coordenação e da subordinação. Muitos autores não incluíram em seus compêndios a correlação por influência da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que preconizava apenas a existência dos dois primeiros processos sintáticos. Na época da elaboração da NGB, Chediak (1960:74) declarou ser “lamentável que o Anteprojeto tenha excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período”.

Câmara Jr. (1981:87) assevera que a correlação “é uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose”. O autor até admite que a correlação apresenta um “arranjo” sintático particular, mas defende que se instaura tanto por meio da coordenação como da subordinação. Esse procedimento serve somente para materializar determinadas relações coordenativas ou subordinativas, e não deve ser considerada como um

---

<sup>62</sup> Tese de doutorado intitulada *Construções Correlatas Aditivas em Perspectiva Funcional*, defendida na Universidade Federal Fluminense (Niterói, 2012).

processo de estruturação sintática distinto. Bechara (1999), Luft (2000) e Kury (2003) têm a mesma opinião que Câmara Jr (1981).

Mesmo que haja nos meios acadêmicos argumentos bastante contundentes que fortaleçam uma discussão em defesa da correlação como um terceiro processo de estruturação sintática, a maioria dos gramáticos ainda prefere não considerá-la como um procedimento dessemelhante dos demais.

### *Interjeição*

Em sua obra, a maior inovação está na criação das palavras emotivas e denotativas. Para Oiticica, alguns vocábulos não podem ser incluídos nesse grupo, porque não representam pontualmente ideias e sim valores semânticos que estão no âmbito pessoal ou discursivo do falante.

Com efeito, até hoje os gramáticos se tem preocupado exclusivamente com as palavras que exprimem *idéias*, ou palavras ideativas, pouco atendendo à numerosa classe das palavras que exprimem *emoção* ou palavras *emotivas* e, ainda menos, às palavras que exprimem meros *acidentes* do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações, etc. Tais palavras não exprimem nenhuma idéia propriamente, mas indicam certos movimentos ou operações subjetivas e indispensáveis à compreensão do pensamento ou às suas cambiantes. (OITICICA, 1940:50).

No grupo das palavras emotivas e denotativas estão inclusos vocábulos que não teriam espaço entre as demais classes gramaticais conhecidas. São elas as interjeições, os termos intensivos como em “Você *mesmo* é o culpado”, além de uma série de palavras denotativas que podem ser encontradas em gramáticas contemporâneas.

Quanto às *emotivas interjectivas* critica os gramáticos que desconhecem a *frase-emoção* e por isso definem *palavra* como “a representação exclusiva de uma idéia. Segundo o autor, esses especialistas fazem da interjeição um mero grito inarticulado”, sem que se leve em consideração “que uma sequência inteira de palavras possa ter o valor de uma interjeição e constitua uma frase interjectiva”. (OITICICA, 1940: 69)

Se a expressão de um pensamento é uma frase, podemos também dizer que é frase a expressão de uma emoção. Isso é tão verdade, que essa emoção pode ser expressa por uma verdadeira oração analisável, como: *raios te partam, vá para o inferno*, etc. Do mesmo modo que a *frase-pensamento* pode reduzir-se a uma só palavra como: *chove*, também a uma só palavra pode reduzir-se a *frase emoção*, como: *safa! dane-se!* etc. e temos a interjeição. (OITICICA, 1940: 68)

Afirma que é quase impossível e até inútil classificar as interjeições, uma vez que uma mesma interjeição “pode revelar inflexões diferentes, conforme a inflexão da voz, e exemplifica: arre! pode exprimir dor física, impaciência, cansaço, repulsa, etc”. (OITICICA: 69)

Oiticica inspirou-se em Júlio Ribeiro (1885) que reconhece:

a interjeição, verdadeiro grito animal, mais clamor instintivo do que signal de idea (179), não esta sujeita ás leis do pensamento, não se governa pela grammatica, não tem derivação. As verdadeiras interjeições são sempre as mesmas em todas as línguas. (RIBEIRO, 1885:220)

A gramática descritiva insistiu por muito tempo em igualar a interjeição às demais classes de palavras, com função sentencial, resultando sua presença nos principais compêndios da terceira década do século XX e na nomenclatura oficial. No entanto, os principais nomes da gramática científica não reconheciam sua consistência vocabular.

Por outro lado, é necessário aludir que a partir dos primeiros vinte anos do século XX, o modelo taxionômico de José Oiticica, apresentado em seu *Manual de Análise Léxica e Sintática*, de 1919, pode ser apontado como “experimental”.

Estes estudos mantêm certos traços de identidade que, se de um lado os valorizam como vozes dissonantes de um modelo taxionômico reconhecidamente incapaz de dar conta de todos os tipos de palavras integrantes do léxico português, de outro os discriminam como hipóteses demasiadamente revolucionárias, que rompiam radicalmente com os cânones gramaticais. Este último aspecto, sem dúvida, falou mais alto que o primeiro na avaliação conferida pela comunidade acadêmica, razão por que os ecos de seus primeiros pouco se podem ouvir hoje mesmo nos textos especialmente dedicados ao estudo da morfologia. (CAVALIERE, 2000: 254)

Embora o professor Oiticica tivesse exposto visões discordantes dos filólogos coetâneos, o seu *Manual de Análise Léxica e Sintática*, na cronologia dos estudos do vernáculo está gravada como experiência pioneira na descrição e classificação de fatos altamente embaraçosos do vocabulário da língua, conforme afirma, com outras palavras Cavaliere (2000).

### 4.3.3 Morfologia

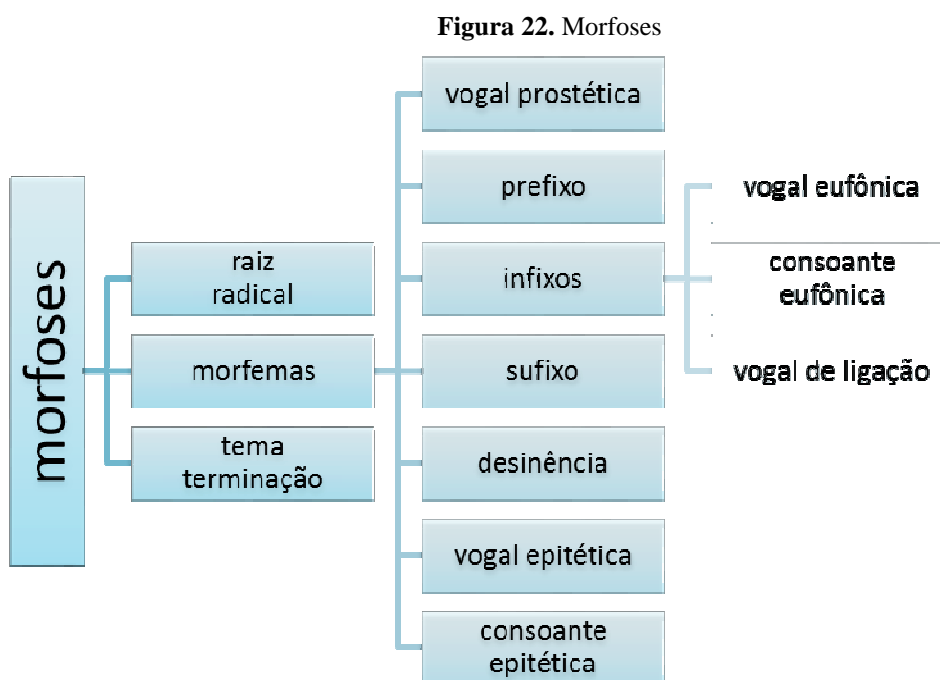
Oiticica caracteriza morfologia como o “estudo da estrutura da palavra. Estudar a estrutura da palavra é decompô-la em seus elementos mórficos ou morfoses” (OITICICA,

1919:49; 1940:70) – termo que designa, em grego, “formação”, “imagem”. A definição do autor indica uma afinidade conceitual entre o fonema e o elemento mórfico, no entendimento de que um e outro assumem na gramática científica a materialidade da palavra.

Na quinta edição, ao definir a morfologia, acrescenta uma explicação sobre o conceito dado:

Esse é o conceito decorrente da significação exata da palavra morfologia, estudo da forma. É de ver, porém, a confusão dos linguistas nesse ponto. Não posso mostrá-la aqui. Geralmente incluem toda a lexeologia na morfologia e, ultimamente, até a sintaxe. Para Meillet, a linguística divide-se em três partes: estudo dos fonemas, das palavras e dos morfemas. Dos fonemas, trata a fonologia; das palavras, os dicionários; dos morfemas, trata a gramática. (OITICICA, 1940:70, nota de rodapé).

Percebe-se, então, que o autor do *Manual* não corroborava a ideia de ter na morfologia o estudo das classes de palavras. As morfofes estavam divididas em raiz, radical, morfemas, tema e terminação:



Fonte: Oiticica (1940:71).

Com relação aos morfemas, Oiticica (1940) apropria-se das ideias de Brugmann:

Mantenho para morfema, a extensão que lhe deu Brugmann (*Abrégé*, pág. 301): ‘Um nome que, sem possível engano, convém a todos os casos em que, até hoje, se falava em sufixo e que se pode aplicar também a todos os afixos, aos infixos e

também aos determinativos de raízes é o de morfemas'. Morfema, assim, era o *elemento mórfico secundário da palavra*. (OITICICA, 1940:71, grifos do autor).

Segundo o estudioso, a definição de Brugmann (Wiesbaden, 1849 –Leipzig, 1919) difere de linguistas modernos que estendem a morfema até os fenômenos sintáticos de posição e até de significação, própria de palavras como os pronomes pessoais. Para ele, tal classificação criaria confusão uma vez que “não há uma nova palavra que possa designar exclusivamente os elementos mórficos secundários, apensos à raiz ou ao radical”. (OITICICA, 1940:71).

Essa discordância consiste no fato de que, a partir da segunda metade do século XX, o termo abarcava o estudo dos elementos morfológicos dos vocábulos e em outros ampliava sua esfera de ação, incumbindo-se também do estudo das flexões, das classes gramaticais e da etimologia.

Os estudos linguísticos do século XX ofereceram, por fim, uma nova visão da morfologia em que sua área de atuação se aproxima nitidamente dos domínios da sintaxe. Quando lançou sua teoria sobre a dupla articulação da linguagem, atribuindo à primeira o plano de articulação do discurso em morfemas, Martinet contribuiu decisivamente para semelhante subordinação. Isto porque se a unidade mínima dotada de valor significativo – *morfema* ou *monema* – é o ponto de partida da análise linguística neste plano da linguagem, o enunciado, que nada mais é que a combinação dessas unidades em sentenças mediante regras de construção frasal, deve ser entendido como ponto de chegada, já que, ao menos segundo o princípio do utilitarismo linguístico, morfemas existem para favorecer a criação de frases em enunciados, que, por sua vez, servem à comunicação de ideias. (CAVALIERE, 2000: 246)

A ligação entre a morfologia e a sintaxe, firmada desde a segunda metade do século XX, proporcionou novos métodos para a organização das partes do discurso, nomeadas classes gramaticais, de cunho funcional do vocábulo na sentença. Dessa forma, aparece uma nova Taxionomia distinta daquela oriunda no valor semântico da palavra. (Cf. CAVALIERE, 2000)

No Compêndio, Oiticica compreende por *raiz o elemento significativo originário da palavra*; por *afixos* as morfofoses significativas que se prendem à raiz. Os *prefixos* são *antepostos e os sufixos, pospostos*. O tema é o radical que pode decompor-se em uma raiz acompanhada de afixos ou de outra raiz. (OITICICA, 1919: 50; 1940: 72)

Em continuidade, apresenta a “lista completa dos prefixos da língua portuguesa” contendo cento e dezessete prefixos latinos, trinta e quatro prefixos gregos<sup>63</sup>, além de uma relação de duzentas e trinta e duas palavras que têm assumido, em português, a função de

---

<sup>63</sup> Estão incluídos variações de um mesmo prefixo por conta da posição na mesma sílaba.

prefixos ou radicais, chamadas pelo autor de *palavras-prefixos* ou *palavras radicais*. Depois, nas versões utilizadas (1919; 1940) expõe uma relação de duzentos sufixos da língua portuguesa que considera ser “a parte mais difícil da morfologia” e assinala que ainda há muito o que fazer. (OITICICA, 1919:159; 1940:195)

O fato de o estudioso ter elencado tantos prefixos quanto “palavras-prefixos” ou “palavras-radicais” gregos grafados conforme o alfabeto helênico tem sua explicação. Registrados assim num *Manual* para alunos do então curso secundário constitui uma das inovações implantadas pelo autor, a qual não encontraria receptividade em compêndios de décadas posteriores, adotados nos cursos ginasiais e colegiais.

Por outro lado, Oiticica possuía erudição o bastante para expor aqueles fatos da linguagem, principiando pela grafia original, uma vez que, mesmo com sua personalidade polêmica, pertencia a uma comunidade de filólogos que, nas primeiras décadas do século XX, obtiveram uma formação através da pesquisa e da leitura de estudiosos não só lusos e também brasileiros, entre os que publicaram estudos referentes à Língua Portuguesa, como Carlos Góes (*Dicionário de Afixos*, de 1913; *Dicionário de Galicismos*, de 1920; *Dicionário de Raízes e Cognatos*, de 1921) e Antenor Nascentes (*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de 1932).

Note-se que, na historiografia da educação brasileira, a formação acadêmica em língua grega, - o que afasta estudos em instituições de ordem eclesiástica – surge apenas com a criação e instalação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, em 1934, através do curso de letras clássicas.

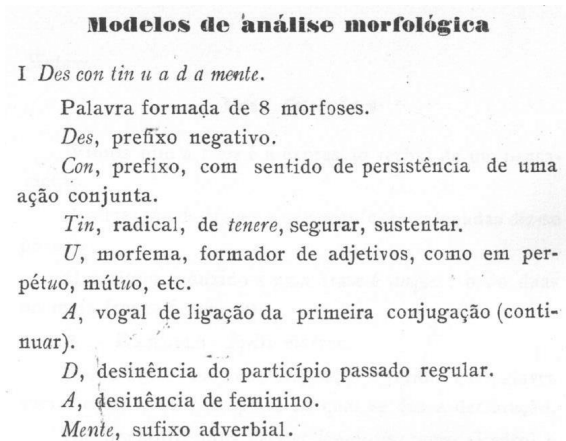
Já na quinta edição, antes de tratar dos modelos de análise morfológica, o eminente mestre discorre sobre o prefixo *al*, de origem árabe: “Não é mais que o artigo, corresponde ao nosso *o*, *a*.” No mais, assinala a respeito dos sufixos *assú ou guassú e mirim ou im*, de origem tupi que no nosso idioma “generalizam-se e usam-se como depreciativos: “Dante-*mirim*, um poetastro; chefe-*mirim*, um chefe”. (OITICICA, 1940:196)

É necessário mencionar que na gramática “científica”, os elementos mórficos eram a raiz, radical ou tema e afixos. A palavra *terminações* era raramente empregada para designar qualquer elemento posterior ao tema. As terminações poderiam ser acidentais (ou puramente gramaticais) e específicas, chamadas de desinências nominais e verbais de sufixos. Não há de se confundir terminações com desinências (também flexões e inflexões), uma vez que estas indicam o gênero e o número dos nomes e de alguns pronomes, ou servem para indicar a pessoa, o número, o tempo e o modo nos verbos.

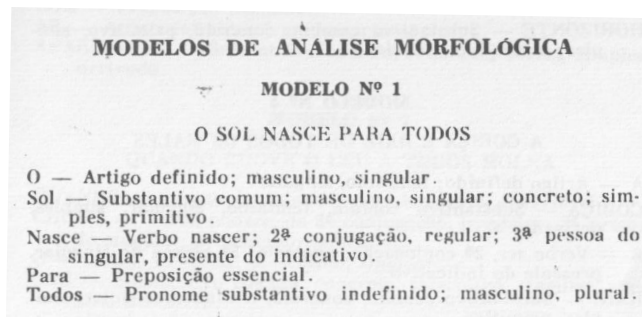
Oiticica nomeia *vogal de ligação a que prende duas morfoses; desinência a morfose indicativa das flexões (hora-s; ten-s; ía-mos); vogal epitética, na língua portuguesa, o e que se acrescenta a palavras que terminam em consoantes não finais (bond-E; club-E); consoante epitética a que é acrescentada a alguns radicais terminados em vogal, geralmente feito por analogia. Em português a consoante epitética é s (ante-s; Marica-s). (OITICICA, 1919:52; 1940:74)*

Prossegue com uma série de modelos de análise morfológica e em nota sinaliza que o professor deve antes explicar o radical e tirar as dúvidas, – conforme o adiantamento dos alunos – e depois fornecer as palavras para que possam fazer os exercícios de análise morfológica (OITICICA, 1919; 1940). O estudioso parte de exemplos e não de definições como faziam praticamente todos os seus antecessores e contemporâneos, procedimento que apenas poderia ser sistematizado em um *Manual*, tendo em vista que nele não encontramos noção de regras, o ensino parte de exemplos e não de conceitos. Os modelos de análise de Oiticica diferem de outros gramáticos, como Carlos Góes (1912):

**Figura 23.** Análise morfológica de José Oiticica (1919;1940)



**Figura 24.** Análise morfológica de Carlos Góes (1912)



Não houve adesão ao modelo proposto por Oiticica pela NGB. O campo de atuação da morfologia veio a agregar o estudo da classificação da palavra, sua flexão e origem. Atualmente, segue um percurso

que parte de um modelo altamente segmentado, de caráter sincrônico quanto diacrônico, oferecido no período da gramática científica, passando por uma fusão desses segmentos em um único e grande bloco, ainda atinente ao estudo da palavra isolada, porém de caráter meramente sincrônico, até chegar-se à sua fragmentação e simultânea integração com a sintaxe. (CAVALIERE, 2000:247).

A seguir, passaremos a analisar Sintaxe.

#### 4.3.4 Sintaxe

Na segunda parte de sua obra, Oiticica trata da sintaxe e das funções da oração. Diferentemente da primeira parte – Lexiologia –, a sintaxe é apresentada por meio de exemplos. Aqui, talvez, estejam presentes os métodos pedagógicos que se aproximam daqueles apregoados pelo anarquismo: a prática, o pragmatismo em primeiro lugar; mas é preciso considerar que não se tratava de uma gramática e sim de um *Manual* escrito para crianças, um suporte pedagógico cuja finalidade era levar ao aprendiz o conhecimento de forma menos complexa, também uma característica do ideário educacional anarquista, mas que não pode ser afirmado, uma vez que não há indícios que comprovem isso.

As modificações que ocorreram entre a primeira e a quinta edições aconteceram nos exemplos dos exercícios de análise sintática, possivelmente decorrentes tanto de sua prática pedagógica quanto de suas inúmeras leituras.

##### *Das funções*

Define *frase* como “a expressão verbal de um pensamento. Uma frase ou a sucessão de frases logicamente concatenadas chama-se *período*”. Em uma única frase tem-se o período *simples*; em duas ou mais o período é *composto*. (OITICICA, 1919:161; 1940:199).

Prossegue, apresentando a seguinte oração: *Pedro morreu*. Nela existe uma declaração (morreu) a respeito de um nome (Pedro) do qual se diz algo. O autor sinaliza que há “dois termos lógicos: sujeito (Pedro) e predicado (morreu) e duas funções gerais: subjetiva e predicativa” (OITICICA, 1919:161; 1940:199).

A partir dos exemplos “Viveremos” – “sujeito oculto, indicado pela desinência *mos*, de primeira pessoa no plural –, “Troveja”, “O rio corre”, “Pedro e João morreram”, “O ferro-de-engomar caiu da mesa”, “O padre Bartolomeu de Gusmão inventou o aeróstato” e “Importa que todos vejam isto”, Oiticica (1919:161; 1940:199) explica a função subjetiva, não só classificando, mas pormenorizando as características e acrescentando em cada item – que corresponde a um exemplo – mais exemplos. Ao final das explicações de cada função, há um resumo. No caso da função subjetiva, ele conclui que ela “pode ser exercida por um substantivo, ou palavra substantivada, expressão substantiva, oração substantiva

(desenvolvida ou reduzida), pronome ou expressão pronominal” (OITICICA, 1919:163; 1940: 201-2).

Na função subjetiva não existem mudanças entre as versões, as definições de frase e período são iguais, os exemplos utilizados para análise também e não há referência a nenhum estudioso.

Logo após, parte para a *função predicativa* e, também por meio de exemplos, disserta que pode ser representada por “verbo ou expressão verbal de predicação completa ou incompleta; por substantivo ou palavra substantivada, adjetivo, expressão adjetiva ou pronome, oração substantiva desenvolvida ou reduzida de infinito (...)”. (OITICICA, 1919:167; 1940: 206).

Em seguida, aborda a *função objetiva direta* com uma série de exemplos e informa sobre a *função objetiva indireta*, evocando que no “antigo português, o pronome *lhe* era geralmente invariável” (OITICICA, 1919:168-172; 1940:207-210). Em nota sugere que seja feita a revisão do estudo do objeto indireto.

Essa a doutrina comum. Penso, todavia, que o estudo do *objeto indireto* exige revisão. Em frases como *preciso de luvas, careço de dinheiro*, etc. tais objetos são, em tudo, diretos, resto de um *complemento terminativo* preso a um *substantivo* correspondente: *tenho precisão de livros*. Na frase *tenho sede de ouro* ninguém analisará *de ouro* objeto indireto. Por que? Porque, na realidade, *de ouro* está particularizando *sede* e não, *tenho cisão* se condensa em *preciso* é este verbo a declaração e *livros* o seu imediato objeto. O *de* é mero vestígio do complemento terminativo necessário à relação entre substantivos, mas dispensável com o verbo. Note-se, porém, que esse *de* é o *de* latino que formava, com ablativos, adjuntos adverbiais e, no latim vulgar e bárbaro, foi substituindo o genitivo, formando adjuntos atributivos, sem perder no entanto sua função primitiva.

Daí resulta que hoje os complementos precedidos de *de* ou são *atributivos* ou *adverbiais*, ou como no caso em questão, *objetos diretos* de verbos. Tanto é nítida essa noção objetiva direta, que tais complementos vão perdendo o *de*: *precisamos tudo, precisa mais dinheiro, preciso viajar*. Em outros casos, como: *tratou do divórcio*, não há objeto indireto, mas verdadeiro *adjunto adverbial*, indicante o assunto. Mas, em *tratou do doente*, *do doente* é objeto direto. Note a diferença entre *tratou o divórcio* e *tratou do divórcio*. Qual então o verdadeiro característico do objeto indireto?

Para mim é o seguinte: a *referência a pessoa* ou *ente personativo*. É o *dativo* e o *acusativo* de *pessoa*: *fechar a porta AO INIMIGO; dar uma satisfação A ALGUÉM; rogou um obséquio AO IRMÃO*. Em frases como *expor alguém AO SOL, ao sol* não pode ser de nenhum modo, objeto indireto. Corresponde *a sob o sol, sob a sua ação*, sendo assim adjunto adverbial. Nos casos rebeldes a tal critério ou há metáfora ou braquilogia. (...) (OITICICA, 1919:171-172; 1940:210).

Essa nota aparece tanto na edição de 1919 quanto na de 1940. E o que se pode deduzir a partir dessa constatação? Talvez, ainda não se estabelecera um consenso entre os gramáticos e filólogos daquele momento no que concerne a função do objeto direto.

Sobre a *função adjetiva*, depois de exhibir uma série de exemplos, discutindo sobre cada um deles, Oiticica (1940), opõe-se ao conceito do prof<sup>o</sup> Said Ali (s/d).

Em que pese a autoridade do professor Said Ali, mestre de nós todos, não posso acatar o seu veredicto neste ponto. Êle considera *substantivas* todas as orações iniciadas por palavras sintéticas (*que, quem, como, onde, porque, quando, quanto*) apontados nêsse e nos seguintes exemplos. Estudo acurado fez-me, a contragosto, não aderir ao ensino de tal mestre. As razões todas não as posso dar aqui; mas, o exposto no texto bastará, creio, para evidenciar meu pensamento. Longe, pois, de considerar *absurda* a decomposição de tais palavras na análise, conforme sentença o mestre, acho-a indispensável e continuo a ter por *adjetivas* tais cláusulas. (OITICICA, 1940:214).

Para Said Ali (1964:131), a oração subordinada adjetiva “começa ou pela conjunção interrogativa se, por algum dos vocábulos interrogativos quem, qual, como, onde, porque, quando etc, ou por pronomes relativos”. Diferentemente do entendimento de Said Ali (1964), Oiticica afirma que, no exemplo “Dize-me *que* fazes”, a segunda oração (*que faz*) significa dizer que faz alguma coisa, o que lhe daria a função de substantiva e ao *que*, conjunção integrante. O que importa é saber o que faz a segunda pessoa (*aquilo que estás fazendo*), de modo que o que passa a ser “uma palavra que encerra em si a função de objeto direto do dize e a função do pronome relativo que. Assim o *que* adquire a função de palavra sintética”<sup>64</sup> (OITICICA, 1940:214). Este exemplo só aparece na quinta edição. Nesta parte da obra o que ocorre como mudança é o acréscimo de doze exemplos (na primeira edição há quatorze; na quinta há vinte e seis), além da substituição de alguns por outros.

Em nota apresenta a frase: “Nomearam meu tio coronel”. Expõe que nela existem duas proposições fundidas em uma só: “1<sup>a</sup> nomearam meu tio – declaração a respeito de um nome indefinido, representado pelo verbo nomear (nomearam); 2<sup>a</sup> pelo efeito da nomeação, *meu tio*, passou a ser coronel - declaração que se refere a um sujeito (meu tio) e é expressa por um coronel predicado” (OITICICA, 1919:176; 1940:217). Nesse sentido, Mason (1877) assevera que

in logic propositions are Always reduced to the form which “Gold is yellow” may be taken as a type; that is, two terms (as they are called) are United by the verb is, are, &c. Of these terms the first is called the subject, the second the predicate, and the intervening verb, is, are, &c., is called copula, or link. Thus in the above sentence “gold” would be the subject, “yellow” the predicate, and is the copula. In grammar, however, this is quite needless, and would be very troublesome. “time flies” or “tempus fugit”, is a perfect sentence as it stands, and yet involves no part of the verb be or esse, expressed or understood. In “Time flies” the subject is “time”;

<sup>64</sup> Para Oiticica as palavras sintéticas são palavras que em si resumem funções duplas. São elas: a) os comparativos sintéticos: maior (mais grande); melhor (mais bom); b) que, quem, como, onde, porque, quando, quanto. (Cf. OITICICA, 1940)

that which is predicated of time, is “flying”; the root of the verb flies expresses this idea, and the personal termination of the verb “flies” unites this predicate to the subject.<sup>65</sup> (MASON, 1877: 138)

Oiticica (1919:176; 1940:217) assinala que, em todos os livros de lógica, esses substantivos ou adjetivos são considerados “predicados e muitos procuram até converter todos os verbos em adjetivo predicado, que se ligam ao substantivo por uma cópula”.

A seguir, critica o modo como ensina Alfredo Gomes (1887) que, talvez por não perceber a confusão que ocasiona no procedimento sintático de abreviação, nomeia tais “adjetivos e substantivos, adjuntos factitivos”. Na frase “este homem morreu impenitente”; há predicação dupla, já que existem duas declarações referentes ao sujeito: “a) que o homem morreu; b) que o homem não se confessou”. Anuncia que o termo “predicativo”, utilizado por Gomes (1887) e por outros estudiosos, chamado também de “adjunto predicativo deva ser de todo abandonado” (OITICICA, 1919:173; 1940:217).

Com relação à função adverbial, ou quanto às circunstâncias que particularizam o verbo, o autor, ao comentar o exemplo “A moça cantava *alto*”, chama a atenção para o que pensa o professor Carlos Góes, em seu *Método de Analyse* (1912):

No intuito de evitar confusões ao caracterizar-se esse adjunto adverbial expresso por adjetivo, formulou o seguinte critério: Se o adjetivo é passível de aceitar o sufixo *mente*, se manifestamente modifica antes ao verbo que ao sujeito ou ao objeto (embora concorde aparentemente com qualquer deste) – deve classificar-se como adjunto adverbial. Para exemplo, cita: ‘Ela caminhava silenciosa (silenciosamente, em silêncio). (OITICICA, 1919:179; 1940:219).

Contrário ao que certifica Góes, Oiticica declara que não pode

perceber como *silenciosa* modifique antes o verbo *caminhava* que o sujeito *ela*. Ao contrário, o que me parece evidentiíssimo é que *silenciosa* se refere, pura e simplesmente, a *ela*, havendo aí, na realidade, dois predicados, pois faço duas declarações: 1ª que ela caminhava; 2ª que ela estava silenciosa. *Silenciosa* é, legitimamente, adjunto adjetivo de ela, mas está incluído no segundo membro da frase e por isso alguns lhe chamam *adjunto predicativo*. (OITICICA, 1919:179; 1940:219).

---

<sup>65</sup> Na lógica, proposições são sempre reduzidas a forma na qual o “Ouro é amarelo”, pode ser tomada como um tipo; ou seja, dois termos (como são chamados) são unidos pelos verbos – é, são etc. Desses termos, o primeiro é chamado de sujeito, o segundo de predicado, e o verbo que liga é, são, é chamado de cópula, ou *link*. Todavia, na frase acima “gold” seria um sujeito, “yellow” o predicado, e *is* é cópula. *In grammar*, porém, isso é desnecessário, e teria algum problema. “Time flies” (o tempo voa). Tempo *fugit* é frase perfeita. Em “O tempo voa” sujeito é “tempo”; aquilo que é predicado de tempo é “voando”; a raiz do verbo voar expressa essa ideia, e a terminação pessoal do verbo “voar” une esse predicado ao sujeito. (MASON, 1877: 138) (Tradução nossa)

A questão, portanto, estava em definir se tais expressões eram adjuntos predicativos ou expressão adverbial. Para Oiticica, em “ela caminhava *silenciosamente*, vê, nesta palavra, um adjetivo sob as aparências de advérbio, pois eu não declaro o modo pelo qual ela caminhava, mas o estado em que se achava”. Para ele, havia algo preocupante e, por isso, urgente, nessa questão: “Se faço esta nota é que observei, nos exames preparatórios, quanto se vai abusando dessa falsa noção, quando o inverso seria mais exato”. (OITICICA, 1919:179; 1940:219).

As discordâncias eram muitas. Novamente, Oiticica não aceita o que coloca Carlos Góes (1912) ao afirmar que “o adjunto adverbial pode ser expresso por substantivo regido de preposição”. Para Oiticica (1919:179; 1940:219), em enunciados como “caminhar com pressa, proceder com firmeza, andar devagar”, a definição de Góes não está adequada, pois se dá ao substantivo a função de modificar o verbo, função por ele não exercida. Nesse sentido, atesta que

o substantivo *pressa*, por si, nada *exprime de circunstância*. A força circunstancial está mais na preposição, tanto, que basta substituí-la para alterar o sentido (*sem pressa*). Desse modo, a função adverbial não está, portanto, nem no substantivo, nem na preposição totalmente, mas no *todo*, na *expressão inteira*. (OITICICA, 1919:180; 1940:220).

Na sequência, apresentamos um quadro das funções lógicas.

**Quadro 5.** Funções lógicas

		<b>exercida por</b>	
<b>Funções lógicas</b>	<b>gerais</b>	<b>subjativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• substantivo ou palavra substantivada</li> <li>• expressão substantiva</li> <li>• oração substantiva</li> <li>• pronome ou expressão pronominal</li> </ul>
		<b>predicativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• verbo transitivo ou intransitivo</li> <li>• substantivo</li> <li>• adjetivo</li> <li>• pronome ligado ao sujeito por verbo de estado ou de afirmação</li> <li>• oração substantiva</li> </ul>
	<b>especiais</b>	<b>objetiva</b>	• o mesmo que para a subjativa
		<b>adjetiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• adjetivo ou palavra adjetiva</li> <li>• expressão adjetiva</li> <li>• oração adjetiva</li> </ul>
		<b>adverbial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• advérbio ou palavra adverbial</li> <li>• expressão adverbial</li> <li>• oração adverbial</li> </ul>
		<b>interjetiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• interjeição</li> <li>• expressão interjetiva</li> <li>• oração interjetiva</li> </ul>

Fonte: Oiticica (1919:188; 1940:242).

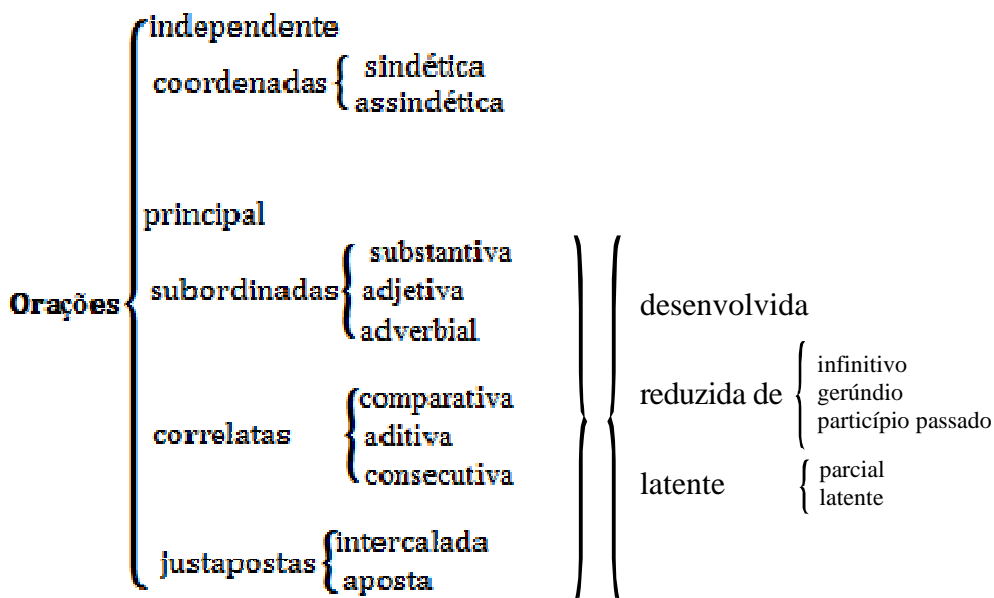
Depois de exemplificada cada função sintática, o autor passa a explicar o período (simples e composto), sempre apresentando em primeiro lugar, um exemplo, para depois comentá-lo.

Na primeira edição, o item 9 (OITICICA, 1919:191) não se refere a nenhum exemplo, mas a uma advertência. Na quinta edição, o autor acrescenta mais três exemplos para reforçar sua ideia. Trata-se das correlações.

Sendo tidas, em geral, como caso especial da subordinação, o que é inadmissível, pouco se tem ocupado as gramáticas e os métodos com as correlações, dificultando imensamente o estudo da análise, sobretudo de Camões, onde os períodos correlatos se sucedem. Insisto, pois, na necessidade de considerar-se a correlação um processo de composição do período, diferente da coordenação e da subordinação. Só assim, podemos com segurança, habilitar o aluno a reconhecer as correlações latentes, comuníssimas nos clássicos e impedir que errem na classificação, dando-as como uma das três subordinadas. É que muitas vezes, vem um só termo da correlação claro, sendo, além disso, muitas orações correlatas dadas pelos mestres como simples subordinadas de comparação. (OITICICA, 1919:191-2; 1940:245-6).

As orações, portanto, poderiam ser classificadas em independentes, coordenadas, principal, subordinadas, correlatas e justapostas, como se pode ver no quadro, a seguir:

Figura 25. Orações



Fonte: Oiticica (1940:250).

Como se trata de um *Manual de Análise*, Oiticica propõe a análise lógica, não por meio de diagramas – apesar de “muito recomendados e usados nos Estados Unidos, (...) onde se resume e se mostra palpavelmente, todo o período”. Reconhece que os diagramas, à

primeira vista, são o ideal do método intuitivo, mas “a prática me tem demonstrado o inconveniente da sua exclusividade para os principiantes. É que os diagramas são verdadeiras sínteses e o noviço mal se adapta a enxergar o todo em matérias cujas minúcias não conhece”. Além disso, os diagramas não permitem “a análise completa de um período, ensinando apenas a divisão e interdependência das cláusulas”. (OITICICA, 1919:194; 1940:250). Quando fala em principiantes, consideramos que o autor esteja referindo-se a seus alunos do primeiro ano do Colégio Pedro II, para quem escreveu a obra, propondo modelos próprios de análise mais simples, uma vez que admite que os diagramas são de difícil compreensão para aprendizes inexperientes.

Por pensar assim, o autor do *Manual* propõe esquemas cuja disposição acredita ser a mais favorável à “rápida e profunda penetração do período e à assimilação de todos os segredos da análise lógica” (OITICICA, 1919:194; 1940:250), visto que os resultados obtidos, decorrentes de experiências e aperfeiçoamentos contínuos, levaram-no a preconizar que todos os professores (experientes) abraçassem a sua proposta.

Existem, entretanto, alguns pontos em que o autor se distancia “definitiva e resolutamente”, do modo comum de analisar, como a distinção entre *sujeito lógico* e *sujeito gramatical*, ou entre *predicado lógico* e *predicado gramatical* por várias razões: “1ª Existem duas funções lógicas gerais – a subjetiva e a predicativa; de modo que criar uma classe de sujeitos e predicados lógicos é pressupor que os há não lógicos. 2ª A expressão: sujeito e predicado gramaticais não tem senso, pois gramatical refere-se à gramática, e nunca ninguém ouviu dizer que houvesse sujeitos e predicados da gramática”.(OITICICA, 1919:194; 1940:251, grifos do autor).

Essa distinção entre sujeito e predicado lógico e gramatical foi seguida por Eduardo Carlos Pereira (1907):

*Sujeito grammatical* é o sujeito despojado de qualquer modificativo complementar que, por ventura, tenha p. ex: *O rugido* do leão apavora o viajante no deserto.  
*Sujeito logico* ou *total* é o sujeito abrangendo, em sua expressão completa, os modificativos complementares, quando os houver, p. ex: *O rugido do leão* apavora o viajante no deserto. (PEREIRA, 1907:196)

Oiticica esclarece que foi Mason (1877) quem criou essa denominação e que “forjou uma divisão subtilíssima entre sujeito lógico, quer dizer, a *entidade real ou imaginária* a que se refere a declaração e o *sujeito gramatical*, isto é, a *palavra* que representa essa entidade”. (OITICICA, 1919:195; 1940:251, grifos do autor)

It's plain, therefore, that every ordinary sentence must consist of two essential parts: 1st, that which stands for what we speak about; 2nd, that which is said about that of which we speak. The first part is called the subject, the second is called the predicate. In Grammar it is usual to employ the terms subject and predicate in a more restricted sense than in Logic. In Logic, the subject of a proposition is the entire description of that which is spoken of: the predicate is all that is employed to represent the idea which is connected with the subject is "this boy's father;" the predicate is "gave him a book." But in grammar, the single noun father is called the subject, and gave the predicate. The words connected with father and gave being treated as enlargements or adjuncts of the subject of discourse<sup>66</sup>. (MASON, 1877:137).

Para Oiticica (OITICICA, 1919:195; 1940:251), não há comprovação científica ou pedagógica nessa distinção, além de que os gramáticos brasileiros não a compreenderam adequadamente, uma vez que "chamam sujeito lógico à palavra representativa do agente ou paciente com todos os seus adjuntos, e sujeito gramatical à mesma palavra sem os adjuntos, cousa contrária à concepção de Mason". Nesse sentido, o estudioso aponta que Mason (1877) guiou-se por Becker (1862-1947)<sup>67</sup>, sem, contudo, ter transmitido muito acertadamente o que o gramático alemão propôs em seu manual.

Quando em português dizemos: *está chovendo*, o sujeito é *indefinido* e nenhuma palavra o representa; mas em francês, inglês e alemão, por exemplo, esse sujeito indeterminado é representado por uma partícula: *il pleut*; *it rains*; *es regnet*. Becker chama a tais partículas *sujeitos formais*, porque teem apenas a *forma* de sujeito na frase, sem serem sujeitos reais. Em português, porém, onde semelhantes partículas já não existem, a não ser na linguagem vulgar de certas regiões, tais distinções são absurdas, mantidas pela mais condenável das rotinas, indignas de figurar no ensino das nossas classes. (OITICICA, 1919:195; 1940:251-252).

Tais discussões permitem-nos vislumbrar que Maximino Maciel (1914) não abraçou tais princípios de análise, visto que não separa o sujeito e o predicado em lógico e gramatical:

Sujeito é o ser de quem se diz alguma cousa. ex.: Apareceram de repente os *Barbaros* sobre os lugares dos Christãos.  
Predicado é aquillo que se diz a respeito do sujeito. Ex.: Arvoredo gentil *sobre ella pende*. (MACIEL, 1914:254-255)

---

<sup>66</sup> É coeso, portanto, que cada sentença simples deve consistir de duas partes essenciais: primeiro, aquela que se posiciona sobre o que falamos; segundo, aquilo que é falado ou dito sobre o que falamos. A primeira parte é chamada de sujeito, a segunda é chamada de predicado. Na Gramática é usual empregar os termos sujeito e predicado num senso mais restrito do que em Lógica. Na Lógica, o sujeito de uma proposição é a inteira descrição do que é falado; o predicado é tudo aquilo que é empregado para representar a ideia que é conectada com o sujeito. Todavia, em "o pai deste menino deu a ele um livro", o sujeito é "o pai deste menino"; predicado é "deu a ele um livro". Mas em gramática, o simples sujeito pai é chamado de sujeito, e deu de predicado, as palavras conectadas com pai e deu sendo tratadas abrangentes ou adjuntos do sujeito e predicado. A palavra que se posiciona para aquilo que falamos é chamada de sujeito da sentença. O sujeito de uma sentença que é uma palavra, não deve ser confundida com a coisa que é falada sobre ou sujeito do discurso. (Tradução nossa)

<sup>67</sup> Professor catedrático de Filologia Românica na Universidade de Viena, em 1905. Posteriormente, 1917 e 1930, Becker trabalhou como professor de Filologia Românica na Universidade de Leipzig.

Outro ponto criticado e, por isso, que distancia Oiticica (1919:196; 1940:252) das demais análises diz respeito às subdivisões das sentenças – plenas, elípticas, complexas, incomplexas, expositivas, interrogativas etc. – que as considera “fúteis e dispensabilíssimas”.

Mais uma questão é apresentada como sendo um ponto de distanciamento entre o que se propunha naquele momento em outras gramáticas e o que pensava Oiticica: a divisão das orações. “Sigo, neste particular, *in totum*, as observações sensatíssimas do gramático francês Texier [sic] que mostrou os verdadeiros disparates do sistema tradicional”. (OITICICA, 1919:196-197; 1940:252).

Apresenta o exemplo: “Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja que era de prata lavrada”. (OITICICA, 1919:197; 1940:253).

O sistema usual de análise designa a primeira oração como coordenada principal, mas, segundo Oiticica, só pode haver principal se referente à subordinadas e nunca entre duas coordenadas. Instrui que no período há uma oração principal - ia mirando -, relativa às duas subordinadas - deitava e era de prata. Tal oração é denominada por Texier [sic] “oração geral, porque dentro dela se encerram, sem se poderem separar, as duas outras”. O que caracteriza a oração subordinada é o fato de “não poder separar-se da sua principal”, o contrário do que se faz no método normativo. (OITICICA, 1919:197; 1940:253).

Chega-se, então, ao término das explicações, mas não do *Manual*, que oferece os modelos<sup>68</sup> de análise sintática. Na quinta edição, o autor insere uma nota de rodapé na qual aponta para a necessidade de sistematizar as análises:

Tudo isso escreveu-se há uns bons vinte anos. Folgo de consignar aqui a progressiva adesão dos professores brasileiros a tais conceitos. Nosso processo de análise é francamente superior aos estrangeiros. Oxalá possamos, unificando a nomenclatura, torná-lo imponente escola, sobretudo, independente. (OITICICA, 1940:255).

Com essa última nota de rodapé, o autor deixa claro qual o objetivo maior da sistematização da gramática: a independência com relação a outras escolas (tais como a francesa, a alemã e a norte-americana).

Assim, chegamos ao final do capítulo, mas não da obra, que segue com modelos de análise (expostos nos anexos).

---

<sup>68</sup> Esses modelos podem ser conferidos no Anexo desta tese.

## CONCLUSÃO

Antes da apresentação das conclusões a que chegamos, é fundamental vislumbrar o objetivo principal desta tese: descrever e analisar a obra *Manual de Análise Léxica e Sintática*, de José Oiticica. Para tal fim, examinamos as doze edições e constatamos que as quatro primeiras permaneceram idênticas nos aspectos linguísticos. A partir da quinta, houve um refazimento parcial da obra, fato que se manteve até a décima segunda edição (1958), motivo pelo qual escolhemos cotejar a primeira (1919) e a quinta edição (1940). Delimitamos a análise às Noções Preliminares, à Lexiologia, à Morfologia e à Sintaxe.

Em vista disso, algumas reflexões surgiram a respeito do objeto de pesquisa do trabalho: Que autores lhe serviram de base para legitimar seu *Manual*? Em que ano foi adotado nos Programas de Ensino do Colégio Pedro II e para que série?

Alicerçados nessas indagações, certificamos que as três primeiras edições (2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup>) do *Manual* passaram por reparos quanto à disposição dos assuntos. Houve a substituição de Noções Preliminares, conforme nomeada na 1<sup>a</sup> edição, por Definições Preliminares. Os conceitos de morfose, flexão, raiz e radical desaparecem a partir da 5<sup>a</sup> edição, permanecendo no corpo da exposição. O autor incluiu notas de rodapé e uns parágrafos para serem transformados em um só. Observamos, ainda, que na segunda edição houve, ao final da obra, a inclusão de uma errata e de uma propaganda referente às obras de Oiticica, direcionadas ao ensino da língua portuguesa, com seus respectivos preços.

Essas mudanças até aqui expostas, não comprometeram alterações no conteúdo. Apenas a forma foi modificada a fim de tornar a obra mais atraente ao público-alvo.

A partir da 5<sup>a</sup> edição, houve uma reformulação parcial na primeira parte do *Manual* quanto ao conteúdo. O autor ampliou a lista de prefixos e sufixos, retirou ou acrescentou informações em alguns quadros e alterou, quanto à forma, a disposição dos assuntos.

Durante a análise da obra, percebemos que havia, também, a intenção do autor em imprimir sua postura frente a discordâncias referentes a alguns assuntos gramaticais, criticando ou demonstrando a escolha por esta, ou aquela teoria, baseando-se em referências a autores, nem sempre, explicitadas.

Autores referendados e explicitados:

- Maximino Maciel:

- na utilidade dos quadros sinópticos: “Mesmo onde mais me afasto do eminente professor pode o leitor notar de quanto me vali, aproveitando-lhe os quadros sinópticos e desenvolvendo-os”. (OITICICA, 1919:5)

- Antenor Nascentes:

- quando da utilidade de sua obra no “refazimento da morfologia”, no tocante aos prefixos e sufixos. (OITICICA, 1919:5)

- Othelo Reis:

- na discussão dos “verbos irregulares, defectivos, abundantes e auxiliares” (OITICICA, 1940:34).

- Karl Brugmann:

- no trato do morfema: “Mantenho para morfema, a extensão que lhe deu Brugmann (Abrégé, pág. 301): ‘Um nome que, sem possível engano, convém a todos os casos em que, até hoje, se falava em sufixo e que se pode aplicar também a todos os afixos, aos infixos e também aos determinativos de raízes é o de morfemas’. (OITICICA, 1940:71).

- Almir Câmara de Matos Peixoto, Antônio Houaiss, Sílvio Elia e Rocha Lima:

- pela contribuição dada, pelas sugestões preciosas que o levaram a fazer emendas sérias, “modificações de quadros e acuramento na disposição geral”. (OITICICA, 1940:8).

Autores contestados e explicitados:

- Said Ali:

- ao discorrer a cerca da função adjetiva: “Em que pese a autoridade do professor Said Ali, mestre de nós todos, não posso acatar o seu veredicto neste ponto (...) Estudo acurado fez-me, a contragosto, não aderir ao ensino de tal mestre. As razões todas não as posso dar aqui; mas, o exposto no texto bastará, creio, para evidenciar meu pensamento”. (OITICICA, 1940: 214).

- ao explicar sobre os adjetivos determinativos e indefinitos (êste, meu, algum, quatro): “Provém o engano de desconhecerem a função supressiva do pronome. Também,

quando suprimimos o substantivo regido do artigo, o adjetivo descritivo passa a substantivo; ex.: os homens justos (adj.) são estimados – os justos (subst..) são estimados. É um fenômeno de transmissão de sentido. Suprimido o substantivo, a idéia por ele expressa se transfere naturalmente ao adjetivo, como a expressa pelo adjetivo, suprimido este, se transfere ao pronome”. (OITICICA, 1919:25; 1940:41).

- ao apresentar adjetivos possessivos e demonstrativos: “Outros gramáticos consideram os adjetivos possessivos e demonstrativos sempre pronomes e lhes chamam pronomes-adjetivos ou pronomes-adjuntos (Said Ali). Não posso expor aqui as razões por que não anuo a tal conceito”. (OITICICA, 1940:41).

- ao tratar do uso do advérbio de intenção *propositadamente*. Nesse momento, demonstra sutilmente sua posição: “O prof. Said Ali impugna o uso dêsse advérbio jamais usado pelos clássicos, que só conhecem de propósito”. A expressão fora uma criação de Rui Barbosa, com a intenção de impedir o uso *errôneo* de *propositamente*. (OITICICA, 1940: 46, grifos do autor).

- ao explanar sobre a função adjetiva: “Em que pese a autoridade do professor Said Ali, mestre de nós todos, não posso acatar o seu veredicto neste ponto. Êle considera *substantivas* todas as orações iniciadas por palavras sintéticas (*que, quem, como, onde, porque, quando, quanto*). Estudo acurado fez-me, a contragosto, não aderir ao ensino de tal mestre. As razões todas não as posso dar aqui; mas, o exposto no texto bastará, creio, para evidenciar meu pensamento”. (OITICICA, 1940: 214, grifos do autor).

- Mason:

- ao abordar que alguns substantivos ou adjetivos são considerados “predicados e muitos procuram até converter todos os verbos em adjetivo predicado, que se ligam ao substantivo por uma cópula”. (OITICICA, 1919: 195; 1940: 251-252)

- ao distinguir sujeito lógico de sujeito gramatical: “tais distinções são absurdas, mantidas pela mais condenável das rotinas, indignas de figurar no ensino das nossas classes.” (OITICICA, 1919:195; 1940:251-252).

- Alfredo Gomes:

- ao discutir o processo sintático de abreviação: o termo “predicativo”, utilizado por Gomes e por outros estudiosos (não explicitados), chamado também de “adjunto predicativo deva ser de todo abandonado” (OITICICA, 1919:173; 1940:217).

- Carlos Góes:

- ao expor a respeito do adjunto adverbial: “ensina o prof. Carlos Góes que o adjunto adverbial pode ser expresso por *substantivo regido de preposição* e exemplifica: *caminhar com pressa, proceder com firmeza, andar de vagar*. A meu ver, há noção falsa aí ou exposição viciosa. Dá-se, nesses casos, ao substantivo, uma função que ele nunca exerce, qual a de modificar um verbo.” (OITICICA, 1919:180; 1940:220, grifos do autor).

- ao discutir a função adverbial e às circunstâncias que particularizam o verbo, chama a atenção para o que pensa o professor: “No intuito de evitar confusões ao caracterizar-se esse adjunto adverbial expresso por adjetivo, formulou o seguinte critério: se o adjetivo é passível de aceitar o sufixo *mente*, se manifestamente modifica antes ao verbo que ao sujeito ou ao objeto (embora concorde aparentemente com qualquer deste) – deve classificar-se como adjunto adverbial”. (OITICICA, 1919:179; 1940:219, grifos do autor).

- ao questionar a afirmação de que o adjunto adverbial pode ser expresso por substantivo regido de preposição: “o substantivo *pressa*, por si, nada *exprime de circunstância*. A força circunstancial está mais na preposição, tanto, que basta substituí-la para alterar o sentido (*sem pressa*). Desse modo, a função adverbial não está, portanto, nem no substantivo, nem na preposição totalmente, mas no *todo, na expressão inteira*.” (OITICICA, 1919:180; 1940:220, grifos do autor).

Durante o exame da obra, constatamos que Oiticica, por um lado, seguiu os passos das gramáticas tradicionais de Dionísio, Apolônio Díscolo, Prisciano e, por outro, introduziu preceitos inovadores segundo os postulados dos neogramáticos, como Brugmann e Darmasteter. Além disso, sua obra tem fortes traços da corrente estruturalista fundada por Saussure:

Embora tivesse vivido na época do apogeu do método histórico-comparativo, não se entregou o prof. Oiticica a estudos de linguística diacrônica. As suas preferências eram pelos estudos de sistematização dos fatos da linguagem, os quais hoje melhor

se situariam no plano dos estudos sincrônicos. O que produziu e poderá ser assumido pelas novas correntes linguísticas, particularmente de feição estruturalista, é uma pesquisa que se abre aos que mais de perto lhe acompanharam a atividade intelectual. (ELIA, 1963:197)

Mesmo não citados, esses autores foram fundamentais para Oiticica construir seu manual, dando-nos a impressão de que o professor tenha lido tais obras, uma vez que falava com propriedade sobre aquilo que expunha. O fato de chamar para o texto autores de prestígio, e elencar uma lista de prefixos grafados conforme o alfabeto helênico é considerado uma inovação, tratava-se de um manual. Por vezes, no texto, o autor declara que quem de fato conhecia os princípios da linguagem era ele.

Segundo Sílvia Elia (1963), o *Manual de Análise Léxica e Sintática* trouxe inúmeras inovações de ordem classificatória e terminológica:

Entre as categorias léxicas, p. ex., inclui as palavras denotativas, que fizeram carreira em muitos compêndios escolares. No domínio da análise sintática, propugnou pela consideração da chamada “oração geral”, a fim de evitar certos ilogismos tradicionais. Também muito completa é a sua exposição dos prefixos e sufixos da língua. (ELIA, 1963: 196)

Sem dúvida, sua maior inovação foi o modelo das palavras ideativas, emotivas e denotativas. Cumpre sublinharmos que somente as palavras denotativas obtiveram receptividade em compêndios de doutrina e livros escolares, como o de Celso Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra, intitulado *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985).

Em todo o *Manual*, verificamos que há objetividade nas explicações, praticidade nos exercícios e ausência de normatização. Neste último caso, não existem regras que exponham como deve ser tratado o caso da crase e da concordância, por exemplo, tendo em vista um público-alvo determinado. É um *Manual*, um orientador de análises, não está preso a conceitos complexos.

Para quem servia esse *Manual*? Para alunos e professores do Colégio Pedro II e quem sabe, um dia, talvez, também pudessem fazer uso dele pessoas advindas de situações menos favorecidas socialmente. No entanto, quanto a isso, até esse momento não conseguimos obter uma resposta exata, nada pode ser afirmado. Na obra *Ensaio de Filologia* (1963), Sílvia Elia, seu ex-aluno, certifica que, embora Oiticica fosse um revolucionário social, suas obras tinham um caráter conservador.

A obra do professor Oiticica não pode ser divorciada de sua personalidade, ardente e agressiva. Conquanto, em Sociologia, tivesse abraçado as doutrinas revolucionárias

e inconformistas da época, em Filologia e Literatura era francamente um conservador. (ELIA, 1963:197)

Foi uma das personalidades mais fortes do meio filológico brasileiro de que temos notícia. Abraçou a causa anarquista, envolveu-se com o teatro social, os sindicatos, a luta pelos menos favorecidos. Com sua incessante busca pelo conhecimento, estudou de Direito, Medicina e línguas à prática da língua portuguesa. Não podemos dissociar o *Manual* de sua personalidade ardente e impulsiva. Ainda que tivesse abraçado ideários revolucionários da época, em se tratando de inovações literárias era um tradicionalista. Produziu sua obra nos primórdios do século XX, com o intuito de ser utilizada pelos alunos do primeiro ano do Colégio Pedro II. Foi construída em um período de conturbadas mudanças tanto sócio-políticas, quanto educacionais, num espaço que propagava a modernidade imposta pela Primeira República, mas que ainda vivia à sombra dos resquícios da velha Monarquia.

Enfim, esperamos que este trabalho tenha trazido significativas contribuições acerca dos estudos referentes à linguagem no Brasil. Não temos a pretensão de sermos conclusivos, pelo contrário, almejamos que nossa pesquisa abra caminhos para futuros estudos a respeito do *Manual de Análise Léxica e Sintática*, uma obra de inestimável valor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manoel Said [1861-1953]. *Gramática Secundária da língua portuguesa portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [s/d].

\_\_\_\_\_. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AUROUX, Sylvan. *Histoire des idées linguistiques. Tome I. La naissance des métalangages en Orient et Occident*. Liège – Bruxelles: Pierre Margada, Editeur, 1989.

\_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, José D'Assunção. "Micro-História". In.: *O Campo da História*. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. p.152-179.

BEZERRA, Antônio Ponciano. *Norma e linguagem: um estudo sobre a representação da norma em gramáticas de Língua Portuguesa*. São Paulo. Tese de doutoramento. USP, 1985.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. São Paulo: Saraiva, 1953.

BURKE, Peter. *A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929 – 1989)*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARR, Edward Hallett [1892-1982]. *Que é História?* Trad. Lucia Mauricio de Alverga. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

“Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação”. Revista *Limite – Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonia*, nº 6, 2012. Florilégio historiográfico: dez estudos de historiografia do português, 2012, p. 217-236. Disponível em: < <http://www.revistalimite.es/vol6.html#proximo>>. Acesso em 10 de março de 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

CHEDIAK, Antônio José (org). *Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*. CADES, 1960.

CHEVALIER, Jean-Claude. “A Língua”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1995.

CLARK, Stuart. “Os historiadores dos Annales”. In: NOVAIS, Fernando Antonio & SILVA, Rogério Forastieri da (orgs). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro.1822-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta – periodismo e vida urbana – 1880 – 1915*. São Paulo: EDUSC – FAPESP, 2000.

CUNHA, Celso Ferreira & CINTRA, Luis Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DARMESTER, Arsène. *Cours de Grammaire Historique de La Langue Française – Première Partie, Deuxième Partie, Troisième Partie*, Paris: Librairie Delagrave, 1930.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: estruturas de poder e economia (1889-1930)*.t. 3,v.1. São Paulo: Difel, 1975. p. 277.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ELIA, Sílvio Edmundo. [ et al.]. *Dicionário Gramatical*. Porto Alegre: Globo, 1962.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.

FALCON, Francisco. *História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia Antonia Guedes. “História das Ideias Linguísticas: Origens, Método e Limitações”. In.: *Revista da ANPOLL*, nº 16, São Paulo: Humanitas, 2004.

\_\_\_\_\_. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

FERREIRA, Liliana Soares. *Educação e História*. São Paulo, UNIJUI, 2001.

FIGUEIRA, Maria Aparecida Reis. *A trajetória de Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2008.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

GURIÊVITCH, A. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAGO, Mario. *Na rolança do tempo*. Rio de Janeiro: Círculo do livro, 1976.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Rio de Janeiro: Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. “A história nova”. In.: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 32-84.

LEME, Ernesto. *Rui e a questão social*. São Paulo: Martins, [1965].

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva baseada nas Doutrinas Modernas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914. [1894]

MASON, C. P. *English Grammar (Including the Principles of Grammatical Analys)*. Toronto: Adam Miller and Co., 1877.

MENDES, José Maria Amado. *A história como Ciência – Fontes, Metodologia e Teorização*. 3ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *Um estudo descritivo-analítico da Grammatica Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 2004.

NEVES, Roberto das. “José Oiticica – um anarquista exemplar e uma figura impar na História do Brasil.” In.: OITICICA, José. *Ação Direta – antologia dos melhores artigos*

publicados na imprensa brasileira – meio século de peregrinação libertária. Rio de Janeiro: Editora Germinal. 1970.

OITICICA, José. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza. 1919.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 2ª ed. melhorada, Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1923.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 3ª ed. melhorada, Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1926.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 4ª ed. melhorada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 5ª ed. refundida. São Paulo: Francisco Alves, 1940.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 6ª ed. refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 9ª ed. refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves/ Paulo de Azevedo, 1950.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 10ª ed. refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves/ Paulo de Azevedo, 1953.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 11ª ed. refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves/ Paulo de Azevedo, 1955.

\_\_\_\_\_. *Manual de Análise (Léxica e Sintática)*. 12ª ed. refundida. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves/ Paulo de Azevedo, 1958.

\_\_\_\_\_. *Um programa heterodoxo de português nas escolas*. Rio de Janeiro: Escola Técnica de Campos. 1948.

\_\_\_\_\_. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In.: BORIS, Fausto. (org). *O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. t.3,v.2. São Paulo: Difel, 1975. p. 112.

PRADO, Maria Ligia Coelho & CAPELATO, Maria Helena Rolim. “A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República”. In.: BORIS, Fausto. (org). *O Brasil*

*republicano: estruturas de poder e economia (1889-1930)*.t. 3,v.1. São Paulo: Difel, 1975. p. 285-307.

PRADO, Antônio Arnoni. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In.: BORIS, Fausto. (org). *O Brasil republicano: estruturas de poder e economia (1889-1930)*.t. 3,v.1. São Paulo: Difel, 1975. p. 155-156.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. “História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira”. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 4, p. 43-58, 2010. Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/index>. Acesso em 18 de março de 2015.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Júlio. (1845-1890). *Grammatica portuguesa*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1885. [1881]

RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fábio Luz*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados. 1993.

RODRIGUES, Violeta Virginia. “Correlação”. In.: VIEIRA, Sílvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções Correlatas Aditivas em Perspectiva Funcional*, tese de doutorado. Niterói, UFF, 2012.

SALIBA, Elias Thome. “Mentalidades ou História Sociocultural: a Busca de um Eixo Teórico para o Conhecimento Histórico”. *Margem*. São Paulo: Educ, PUC, , nº 01, 1992. p. 29-36.

SALOMÃO, Jorge. *Um piolho na asa da águia*. São Paulo: Saraiva, 1965.

SEGISMUNDO, Fernando. *Colégio Pedro II – tradição e modernidade*. Rio de Janeiro: Unigraf, 1987.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA DA SILVEIRA. (1960). *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1923.

VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos e descaminhos da história”. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus – Elsevier, 1997. p. 127 – 162.

ZAMBALDI, Francesco. *Gramatica della Lingua Italiana*. Milão: Società Editrice Sonzogno, 1905.

VARGAS, Maria Thereza. *Sônia Oiticica: uma atriz rodrigueana?* São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta / Imprensa Oficial, 2005.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael (orgs). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

### **Outras Fontes**

*Correspondência passiva de Coelho Netto*, Biblioteca Nacional, R.N: 2/1937

*Documento de nomeação de ingresso de José Oiticica no Colégio Pedro II*. Acervo NUDON - Núcleo de documentação e memória do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro.

*O Teatro, índice da cultura*. O artigo, de autor desconhecido, foi publicado no jornal *O Globo*, em 09-04-1928. Arquivo Fernando de Azevedo, Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. Universidade de São Paulo, USP. Localização: FA A3 / 143.

*Mais uma tentativa pelo teatro nacional*. O artigo, de autor desconhecido, foi publicado no jornal *A Esquerda*, em 29-11-1928. Arquivo Fernando de Azevedo, Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. Universidade de São Paulo, USP. Localização: FA A3 / 395-6, 796.

## **ANEXOS**

## Anexo 1. Modelos de análise

**I – Sofia deu-lhe a mão gentilmente, sem sombra de rancor.** (*Machado de Assis – Quincas Borba - 140*).

Período Simples: consta de uma oração independente, absoluta.

Sujeito  
*Sofia* { Função subjetiva exercida por um substantivo próprio.

Predicado  
*deu-lhe a mão gentilmente, sem sombra de rancor* { Função predicativa exercida por um verbo de predicação dupla, seguido de dois objetos e modificado por dois adjuntos adverbiais.

Objetos  
a) *a mão* (direto)  
b) *lhe* (indireto) { Função objetiva exercida:  
a) por um substantivo comum.  
b) por pronomes pessoais objetivos indiretos.

Adjuntos Adverbiais  
a) *gentilmente*  
b) *sem sombra de rancor* { Função adverbial exercida:  
a) por um advérbio de modo.  
b) por uma expressão adverbial, negativa, de estado.

**II- As senhoras casadas eram bonitas; a mesma solteira não devia ter sido feia aos vinte e cinco anos; mas Sofia primava entre todas elas.** (*Idem, Ibidem*)

Período composto por coordenação.

Análise do primeiro membro da coordenação: *as senhoras casadas eram bonitas*.

Sujeito  
*as senhoras casadas* { Função subjetiva exercida por um substantivo modificado por dois adjuntos adjetivos.

Predicado  
*eram bonitas* { Função predicativa exercida por um adjetivo ligado ao sujeito por um verbo de estado permanente.

Adjuntos adjetivos  
a) *as*  
b) *casadas* { Função adjetiva exercida por:  
a) adjetivo articular.  
b) adjetivo descritivo.

Análise do segundo membro da coordenação (assindético): *a mesma solteira não devia ter sido feia.*

**Sujeito**  
a mesma solteira { Função subjetiva exercida por uma *palavra substantivada* modificada por um adjunto adjetivo.

**Predicado**  
não devia ter sido feia aos vinte e cinco anos { Função predicativa exercida por um *adjetivo*, ligado ao sujeito por uma expressão verbal de estado, com sentido dubitativo, e modificada por um adjunto adverbial.

**Adjunto adjetivo**  
a mesma { Função adjetiva exercida por *adjetivo articular* reforçado pela palavra de realce *mesma*.

**Adjunto Adverbial**  
aos vinte e cinco anos { Função adverbial exercida por uma *expressão adverbial* de tempo.

Análise do terceiro membro da coordenação (sindético): *mas Sofia primava entre todas elas.*

**Sujeito**  
Sofia { Função subjetiva exercida por um substantivo próprio.

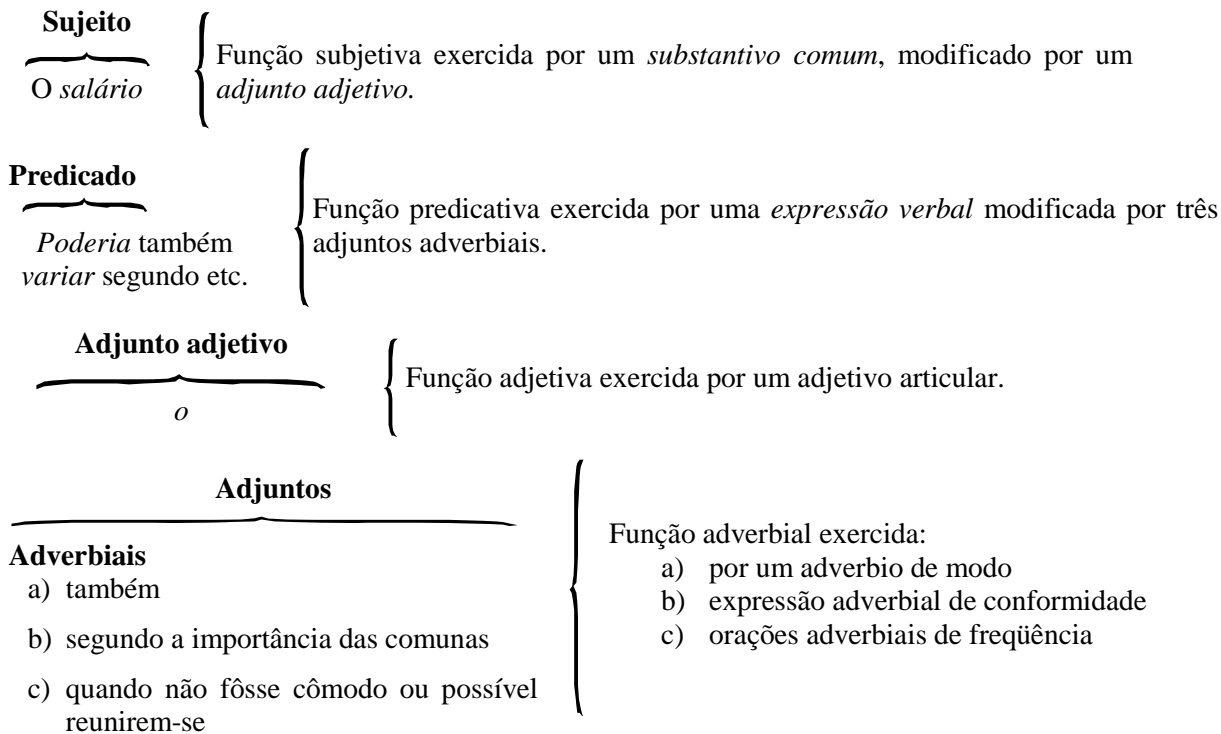
**Predicado**  
Primava entre todas elas { Função predicativa exercida por um *verbo* de predicação completa modificado por um adjunto adverbial.

**Adjunto Adverbial**  
entre todas elas { Função adverbial exercida por uma expressão adverbial de posição (virtual).

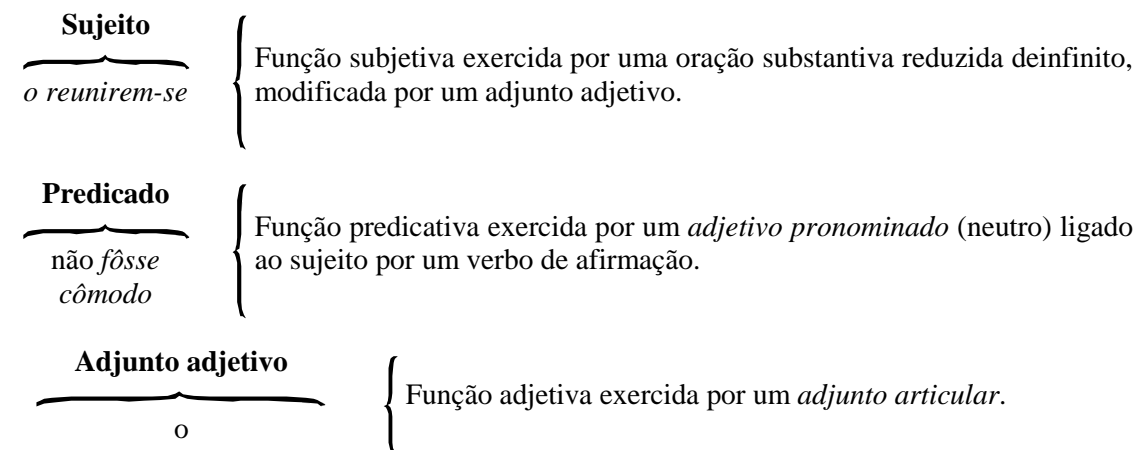
**III- O salário poderia também variar segundo a importância das comunas, quando não fôsse cômodo ou possível reunirem-se.** (A.F. de Castilho – Coloquios aldeões, 14)

Período composto por *subordinação*.

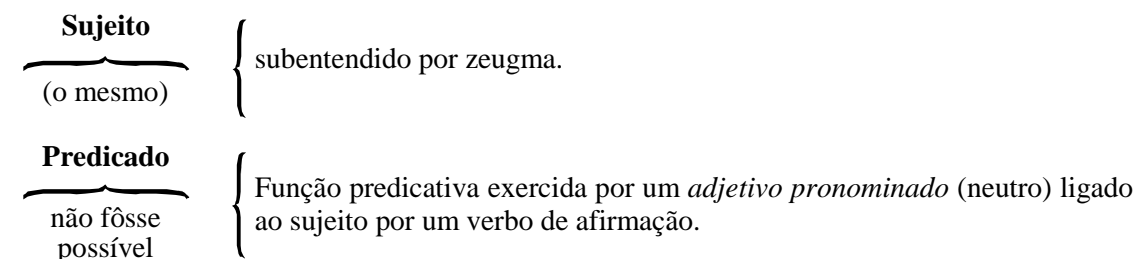
Análise da oração *geral* (ou *principal*)



Análise de primeira oração subordinada adverbial



Análise da segunda oração adverbial, coordenada com a primeira



## Anexo 2. Definições Preliminares - 1ª, 2ª e 5ª edições

### Definições Preliminares - 1ª edição

#### *Noções preliminares*

**I — Linguagem** é a manifestação do pensamento ou do sentimento pela fala.

**II — Frase** é a expressão oral de um pensamento ou sentimento.

**III — Palavra** é a expressão oral de uma *idéia*, *emoção* ou *denotação*.

**IV — Sílabas** é o elemento de enunciação da palavra.

**V — Fonema** é o elemento de enunciação da sílaba.

**VI — Gramática** é a exposição dos fatos da linguagem.

**VII — Gramática portuguesa** é a exposição dos fatos da língua portuguesa.

### Definições Preliminares - 2ª edição

#### *Definições preliminares*

**I — Linguagem** é a manifestação do pensamento ou do sentimento pela fala.

**II — Frase** é a expressão oral de um pensamento ou sentimento; ex.: *Sai hontem. Dane-se!*

**III — Palavra** é a expressão oral de uma *idéia*, *emoção* ou *denotação*; ex.: *frasco, arre!, eis.*

**IV — Sílabas** é o elemento de enunciação da palavra; ex.: *can-ti-ga.*

**V — Fonema** é o elemento de enunciação da sílaba; ex.: *p-a; a-b; t-i-r.*

**VI — Morfoso** é o elemento mórfico da palavra; ex.: *de-stru-i-ç-ão, ob-rig-a-r.*

**VII — Flexões** são as modalidades desinenciais da palavra; ex.: *ama-r, ama-s, amo-u, ama-ndo; gat-o, gat-a, gato-s, gat-inho, gat-azio.*

**VIII — Raiz** é o elemento originário de palavra; ex.: *paternidade, construção.*

**IX — Radical** é a raiz modificada; ex. *illuminar* (raiz *ruc*); *estatua* (raiz *sta*)

**X — Gramática** é a exposição dos factos da linguagem.

**XI — Gramática portuguesa** é a exposição dos factos da língua portuguesa.

## Definições preliminares

I — **Linguagem** é a manifestação do pensamento ou do sentimento.

II — **Fala** é a linguagem por sinais auditivos fisiológicos (*voz e consonâncias*).

III — **Mímica** é a linguagem por sinais visuais gesticulados.

IV — **Semafórica** é a linguagem por sinais auditivos ou visuais, mecânicos (apito, corneta, poste semafórico, etc.).

V — **Língua** é um sistema de linguagem.

VI — **Linguística** é o estudo dos fatos da linguagem.

VII — **Gramática** é a exposição dos fatos de uma língua.

VIII — **Gramática portuguesa** é a exposição dos fatos da língua portuguesa.

IX — A **gramática** estuda: *a)* a palavra isoladamente; *b)* a estrutura e interdependência das frases.

### Anexo 3. Nota de Rodapé - 1ª e 2ª edições

#### Nota de Rodapé - 1ª edição

14

**paguei** — Palavra dissílaba — 1ª sílaba, *pa*, difóna *p*, consonância articulada, bilabial surda; *a*, voz articulada, velo-faríngea, átona; 2ª sílaba, trifóna: *gu*, consonância, articulada, línguo-velar, soante, faríngea; *éi*, ditongo decrecente, com prepositiva acentuada e formado de vozes biarticuladas, línguo-palatais. Palavra monótona, oxítona. Palavra representada por cinco letras todas minúsculas, a terceira vem alterada pelo sinal de guturalização *u*.

**prompto** — Palavra dissílaba — 1ª sílaba, *prom*, trifóna: *pr*, grupo consonantal, formado da explosiva bilabial surda e da tremulante fraca; *om*, voz monoarticulada, bilabial, nasal—2ª sílaba, *pto*, difóna; *pt*, articulação, explosiva, línguo-dental, surda; *o* voz biarticulada, bilabial, átona. Palavra monótona, paroxítona. Palavra representada por cinco letras e dois sinais: *m* de nasalização e *p* mero vestígio etimológico.

#### II

**13 — Nome** é a palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de uma entidade, fenómeno ou ação.

**Modificativo** é a palavra que indica um dos *modos* pelos quais consideramos um *nome*.

tona. Palavra representada por cinco letras todas minúsculas; a terceira vem alterada pelo sinal de guturalização *u*.

**prompto** — Palavra dissílaba — 1ª sílaba, *prom*, trifóna: *pr*, grupo consonantal, formado da explosiva bilabial surda e da tremulante fraca; *om*, voz uniarticulada, bilabial, nasal—2ª sílaba, *pto*, difóna; *pt*, articulação, explosiva, línguo-dental, surda; *o* voz biarticulada, bilabial, átona. Palavra monótona, paroxítona. Palavra representada por cinco letras e dois sinais: *m* de nasalização e *p* mero vestígio etimológico.

## II

### Taxionomia

**13 — Nome** é a palavra que resume os caracteres essenciais ou diferenciais de uma entidade, fenómeno ou acção. (1)

**Modificativo** é a palavra que indica um dos *modos* pelos quais consideramos um *nome*.

**Conectivo** é a palavra que indica a interdependência de dois nomes ou duas frases.

**Pronome** é a palavra que evita um nome.

Entre as nominativas se acham os *substantivos* e os *verbos*; entre as modificativas os *adjectivos* e os *advérbios*; entre as conectivas a *preposição* e a *conjunção*; entre as

(1) A palavra *cadeira*, por exemplo, resume três caracteres essenciais (sem um dos quais deixa de ser *cadeira*): *encôsto*, *assento*, *pés*, e um característico diferencial; *com um lugar* (com dois logares já seria *sofá*).

## Anexo 4. Citações - 1ª e 2ª edições

### Citações - 1ª edição

*nada, nada disso, por força, com certeza.* Todas essas pertencem á numerosíssima classe das *partículas* muito descuradas dos gramáticos e de suma importância, como : *pois sim, não vê, podéra, já se vê, que esperança, nunca,* etc., etc. e que não são interjeições.

**28** — Eis a lista geral dos advérbios :

1º de DÚVIDA : *talvez, quiçá, acaso, por ventura*

exs : *virá talvez amanhã ; viveremos socegados quiçá felizes ; encontrará-lo-ei acaso um dia ; encontrá-lo-emos por ventura em casa (1)*

2º de FREQUÊNCIA : *diariamente, quotidianamente, semanalmente, mensalmente, etc., nunca, jamais, sempre, às vezes, raramente (2), uma vez, etc., sucessivamente, constantemente, etc.*

exs : *estudo diariamente ; nunca o vi ; vejo-o sempre ; encontro-o às vezes ; viaja constantemente ; jamais soube disso.*

3º de INTENSIDADE (3) : *muito, assás, bastante, excessivamente, demais, demasiadamente, pouco, mais, menos, tão, tanto, quã, quanto, quase, meio, depressa, devagar, demoradamente, etc.*

(1) *Por ventura* é, na significação originária, designativo de causa : *por determinação da ventura, da sorte, da fortuna.* A acepção de dúvida, aparece tão somente com verbos no futuro.

(2) *Nunca* exprime a negação da frequência e *sempre* a frequência ininterrupta, como *eternamente* exprime a duração absoluta.

(3) Os gramáticos chamam a êsses advérbios : *de quantidade.* Esta expressão não convém de modo algum, pois não indicam o quanto, mas somente a intensidade da ação, como : *êle deceu muito* (excesso, além do que devia, o quanto devia e mais ainda.)

quicá felizes; encontrá-lo hei *acaso* um dia; encontrá-lo hemos *por ventura* em casa (1).

2º. de FREQUÊNCIA : *diariamente, quotidianamente, semanalmente, mensalmente, etc.*; *nunca, jamais, sempre, às vezes, raramente* (2), *uma vez, etc.*, *sucessivamente, constantemente, etc.*;

exs. : estudo *diariamente*; *nunca* o vi; vejo-o *sempre*; encontro-o *às vezes*; *viaja constantemente*; *jamais* soube disso.

3º. de INTENÇÃO: *acinte, acintemente, adrede, intencionalmente, propositadamente* (3), *premeditadamente, (de intuito, de plano, etc.) acaso, casualmente*;

exs: caminhou *acinte* para prendê-lo; ia *adrede* para matá-lo; fez isso *intencionalmente*; saíu *propositadamente*; cometeu o crime *premeditadamente*; feriu *casualmente* (ausência de intenção). (4)

4º. de INTENSIDADE (5): *muito, assaz, bastante, excessivamente, demais, demasiadamente, pouco, mais, menos, tão, tanto, quão, quanto, quasi, meio, depressa, devagar, demoradamente, etc.*;

(1) *Por ventura* é, na significação originária, designativo de causa: *por determinação da ventura, da sorte, da fortuna*. A accepção de dúvida, aparece tão somente com verbos no futuro. Compare-se : *por ventura* encontrei Paulo no jardim—*por acaso*.

(2) *Nunca* exprime a negação da frequência e *sempre* a frequência ininterrupta, como *eternamente* exprime a duração absoluta.

(3) O prof. Said Ali impugna o uso desse advérbio *jamais* usado pelos clássicos; estes só conheceram *de propósito*. *Propositadamente* é formação de Ruy Barbosa, aconselhada para impedir o *propositadamente*, errôneo.

(4) Na expressão: *caiu casualmente*, o advérbio exprime a ausência de causa certa.

(5) Os gramáticos chamam a esses advérbios: *de quantidade*. Esta expressão não convém de modo algum, pois não indicam o *quanto*, mas somente a *intensidade* da acção, como: *ele desceu muito* (excesso, além do que devia, o *quanto* devia e *mais* ainda).

## Anexo 5. Parágrafos Unidos - 1ª e 2ª edições

### Parágrafos Unidos - 1ª edição

33

com os fatos reais da linguagem devemos distinguir tres *classes* de palavras: *ideativas*, *emotivas* e *denotativas*.

As *ideativas* compreendem as *nominativas*, *modificativas* e *conectivas* conforme vimos. As *emotivas* dividirei em *interjectivas* e *intensivas* segundo revelam a emoção pura, ou apenas um pouco de emoção *em reforço* a uma idéa, a *ênfase*, numa palavra.

As *denotativas* subdividiremos em: *afirmativas* (*positivas* ou *negativas*), *exclusivas*, *inclusivas*, *designativas*, *correctivas*, *explicativas*, *expletivas* e *sintéticas*.

Eis um quadro provisório dessa classificação:

### Parágrafos Unidos - 2ª edição

31

designações, etc. Tais palavras não exprimem nenhuma idéa propriamente, mas indicam certos movimentos ou operações subjectivas indispensáveis à compreensão do pensamento ou às suas cambiantes.

Na impossibilidade de reconhecerem *idéa* nas interjeições, suprimiram-nas da taxionomia, considerando-as simples gritos da alma, sem reflectirem que há *expressões* interjectivas e *frases* interjectivas com pensamento analisável, como: *raios te partam!*

Logo, para procedermos scientificamente, de acôrdo com os factos reais da linguagem, devemos distinguir três *classes* de palavras: *ideativas*, *emotivas* e *denotativas*.

As *ideativas* compreendem as *nominativas*, *pronomina-tivas*, *modificativas* e *conectivas*, conforme vimos. As *emotivas* dividiremos em *interjectivas* e *intensivas* segundo revelam a emoção pura, ou apenas um pouco de emoção *em reforço* a uma idéa, a *ênfase*, numa palavra. As *denotativas* subdividiremos em: *aditivas*, *afirmativas*, *concessivas*, *correctivas*, *designativas*, *exclusivas*, *expletivas*, *explicativas*, *inclusivas*, *sintéticas*.

Eis um quadro provisório dessa classificação:

Anexo 6. Errata - 2ª edição

ERRATA		
PAG.	LINHA	LEIA-SE
22	— nota 2ª	<i>qual</i>
30	— 1	frase
34	— 22	gramaticais
46	— 1	classificá-las
86	— 25	epitáfio
89	— 28	forma
117	— 16	espanhol
129	— 1 a 2	parentescas
130	— 10	avaro
150	— 11	<i>N</i> , desinência do particípio presente.
160	— 12	objectiva
—	— 13	<i>livro</i>

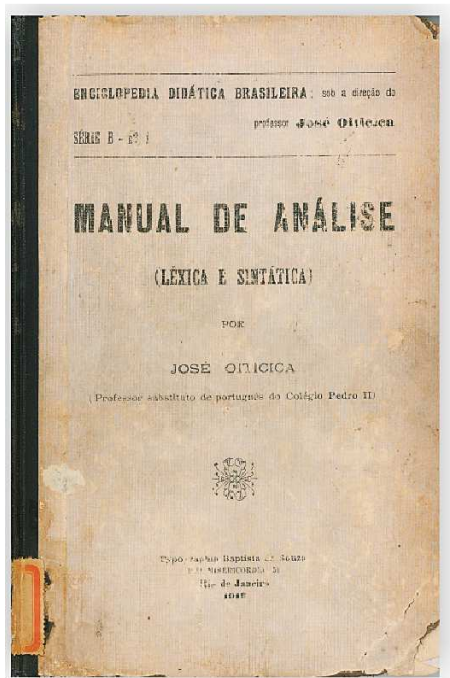
Anexo 7. Propaganda - 2ª edição

**DO MESMO AUTOR**

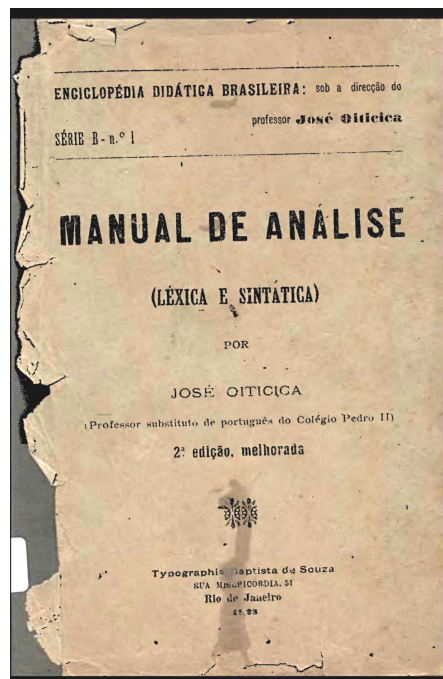
<b>SONETOS</b> — (1ª serie 1905-1911) — 1 vol. br.....	2\$000
<b>SONETOS</b> — (2ª serie — 1911-1919) — 1 vol. br.....	4\$000
<b>ODE AO SOL</b> — (1912-1913) — 1 vol: br.	3\$000
<b>ESTUDOS DE PHONOLOGIA</b> — (these de concurso ao Collegio Pedro II — 1916). 1 vol. br (esgotado).....	

Brevemente: **Manual de estilo** (descrições,  
narrações, dissertações, cartas, diálogos,  
etc.)

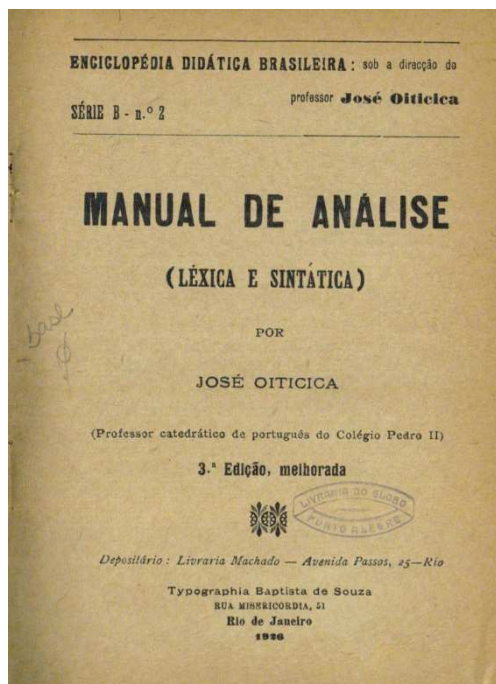
Anexo 8. Capas das Edições do *Manual de Análise Léxica e Sintática*



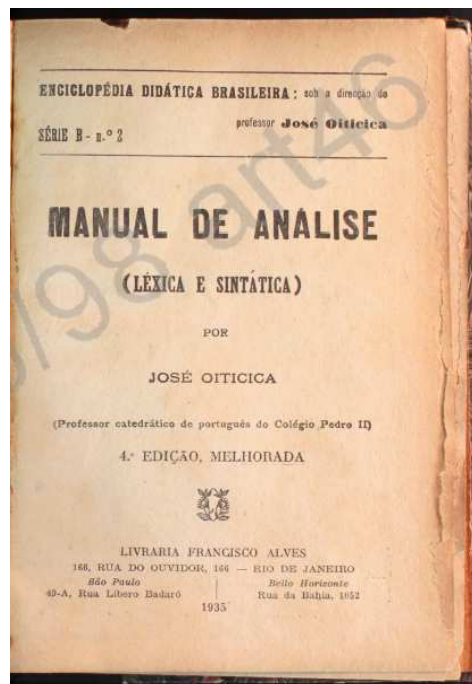
Capa da 1ª edição do Manual de Análise Léxica e Sintática - 1919



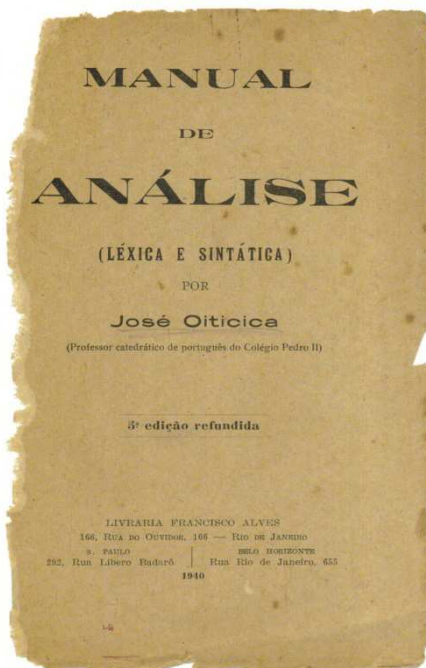
Capa da 2ª edição – 1923



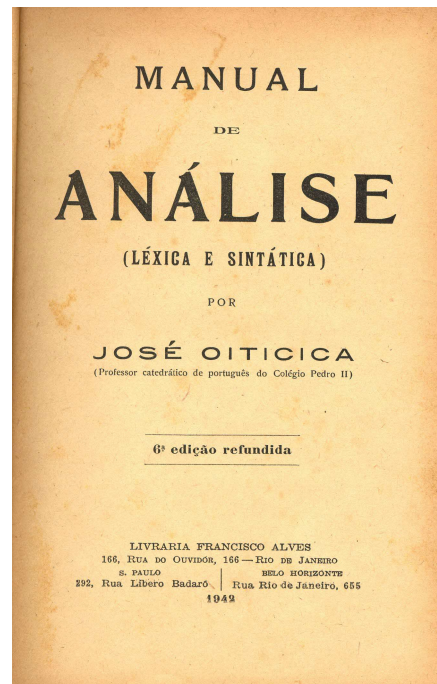
. Capa da 3ª edição - 1926



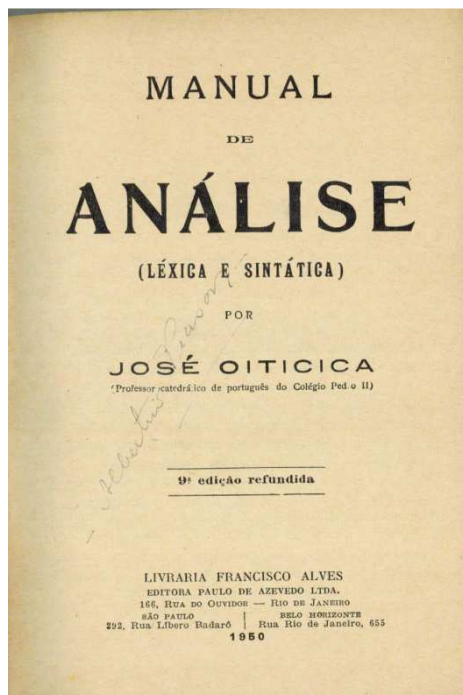
Capa da 4ª edição - 1935



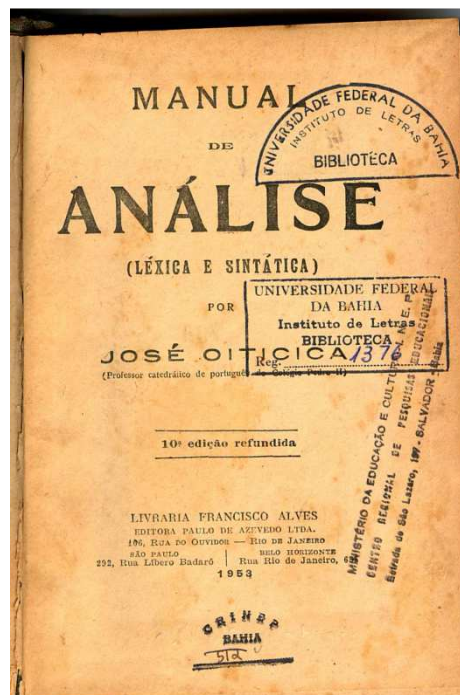
Capa da 5ª edição - 1940



Capa da 6ª edição - 1942



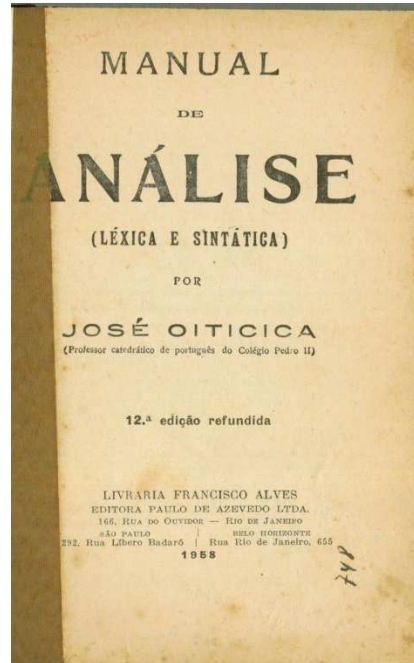
Capa da 9ª edição - 1950



Capa da 10ª edição - 1953



Capa da 11ª edição - 1955



Capa da 12ª edição - 1958